



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Departamento de Ciências da Terra

**DIAGNÓSTICO PARA A SUSTENTABILIDADE NO
MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**

FUNDAMENTOS PARA UMA AGENDA 21 LOCAL

Ana Cláudia Campos Fernandes

MESTRADO EM GEOCIÊNCIAS
AMBIENTE E ORDENAMENTO

Orientador científico

Prof. Doutor Alexandre Oliveira Tavares
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

setembro, 2015

Agradecimentos

“Se consegui ver mais longe é porque estava aos ombros de gigantes.”
Isaac Newton

Foram muitos os gigantes que me permitiram ver e chegar mais longe e só me resta deixar aqui o meu apreço e agradecimento através das singelas palavras que se seguem.

Em primeiro lugar obrigada aos gigantes que são a minha família (pai, mãe, irmã, Luna, tia Eduarda, tio Júlio, primo Rui e prima Tânia) que de distintas formas possibilitaram e contribuíram para a finalização deste trabalho. Um agradecimento especial e profundo aos meus pais a quem devo tudo e a quem dedico esta dissertação. Quando me propôs a desenvolver este trabalho no nosso município foi por acreditar que a Agenda 21 Local introduz mudanças que melhoram a vida das pessoas e ninguém merece uma vida melhor que vocês...

Ao Filipe o meu grande gigante, pelo carinho, motivação e paciência, que tantas vezes teve a árdua tarefa de me apoiar, dissuadindo-me de desistir e a acreditar nas minhas capacidades.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Alexandre Tavares por me ter “apresentado” a Agenda 21 Local dando sentido ao meu percurso académico e pessoal. Foi um privilégio tê-lo como professor e em especial como orientador. Agradeço os ensinamentos, conselhos e acima de tudo por ter acreditado em mim, transmitindo a confiança que tantas vezes me faltou. Um obrigada não basta para demonstrar a minha gratidão e reconhecimento.

A todos os que comigo partilharam o percurso académico que para não ser indevida não citarei nomes à exceção do Mário Monteiro pela prontidão e imprescindível ajuda com o software ArcGIS para a realização da cartografia presente neste trabalho.

Às minhas queridas irmãs de São Salvador com quem tive a sorte de partilhar alguns anos da minha vida em Coimbra, sem vocês tudo teria sido mais difícil obrigada por todos os momentos. Mantenho-vos a todas no meu coração por mais desligada que seja.

Gostaria de agradecer institucionalmente à Câmara Municipal de Carregal do Sal pelo acolhimento, facilidades disponibilizadas, assim como a confiança demonstrada nas várias etapas deste trabalho deixando votos que reconheçam o potencial da Agenda 21 Local...

Pessoalmente gostaria de agradecer ao Sr. Presidente Rogério Abrantes e ao Sr. Vice-Presidente José Batista a possibilidade de realizar este trabalho, agradecer ao Dr. António Ribeiro o acompanhamento e à Dr.^a Cristina Silva por acreditar na Agenda 21 Local.

A todos os colegas da Câmara Municipal de Carregal do Sal que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho ou simplesmente pela partilha diária. Não posso deixar de agradecer especificamente ao Sr. Borges e ao Sr. Anselmo pelo primor com que elaboraram os quadros utilizados na campanha e afeição demonstrada.

Um agradecimento muito especial aos presidentes de junta pela dedicação e partilha de trabalho nas fases cruciais deste percurso.

A todos os munícipes do concelho de Carregal do Sal e entidades que participaram e se envolveram nas iniciativas dinamizadas no âmbito da Agenda 21 Local. Desejando que as suas expectativas não saiam desfaldadas e que o trabalho futuro a realizar-se, se materialize em melhorias reais no seu dia-a-dia.

Finalmente a todos os que se foram cruzando comigo e que de alguma forma contribuíram para este desfecho.

O meu sincero obrigada...

Resumo

A partir das últimas décadas do século passado tem-se assistido a uma preocupação crescente pela adoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, com reflexos na qualidade de vida da população atual e das gerações futuras.

A Agenda 21 Local prefigura-se como uma oportunidade na prossecução desse desejado desenvolvimento, designado atualmente por desenvolvimento sustentável. Nomeadamente pelo seu processo de construção, fundamentado numa abordagem integradora das dimensões que intervêm no território (ambiental, social, económica e institucional), quer pela importância que atribui a todos os atores locais promovendo a partilha de poder e de responsabilidades.

A presente dissertação tem como objetivo central a elaboração do diagnóstico para a sustentabilidade no município de Carregal do Sal tendo em vista a implementação de uma Agenda 21 Local, enquanto via essencial para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Esse propósito foi alcançado através da elaboração das caracterizações física, ambiental, socioeconómica e institucional do município, da aplicação de um instrumento de análise de auscultação aos atores locais e da utilização da ferramenta SWOT. O conjunto ponderado destes contributos permitiu a definição de 11 vetores estratégicos para a estruturação de um Plano de Ação coerente e capaz de dar resposta às expectativas e necessidades reais dos munícipes.

Palavras-chave: Agenda 21 Local, Desenvolvimento Sustentável, Diagnóstico, Vetores, Carregal do Sal

Abstract

In the last decades of the last century there has been a growing concern over the adoption of a more sustainable development model, with impact on the quality life of the current population and future generations.

Local Agenda 21 arises as an opportunity to pursuit that development, currently called sustainable development. Namely by their construction process, grounded in an integrative approach of the dimensions involved in the territory (environmental, social, economic and institutional), and by the value credited to all the stakeholders promoting the sharing of power and responsibilities.

This thesis aims develop a sustainable diagnostic in Carregal do Sal in view of implementing a Local Agenda 21, essential to promote their sustainable local development.

This goal was achieved through the physical, environmental, socio-economic and institutional characterization of this municipality, by the application of a questionnaire to the stakeholders and through the application of a SWOT analysis. Previous results allowed identify eleven strategic vectors for the development of a coherent plan, able to meet the expectancies and real needs of citizens.

Keywords: Local Agenda 21, Sustainable development, Diagnostic, Vectors, Carregal do Sal

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice.....	vii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros	xv
Acrónimos.....	xvii
1. Introdução.....	1
1.1.Perspetiva histórica	1
1.2. Processos de elaboração da Agenda 21 Local.....	8
1.3. Objetivos da dissertação	9
1.4. Esquema investigativo.....	10
1.5. Organização da dissertação	11
2. Metodologia	13
3. Quadro de referência ambiental e de desenvolvimento	19
3.1 Caracterização física e ambiental.....	19
3.1.1. Enquadramento territorial.....	19
3.1.2. Climatologia	20
3.1.3. Geomorfologia	21
3.1.4. Geologia	22
3.1.5. Hidrografia e hidrogeologia	25
3.1.6. Tipologia dos solos	27
3.1.7. Uso e Ocupação do Solo	29
3.1.8. Valores naturais	31
3.1.9. Qualidade do ar	35
3.1.10. Ruído	36

3.1.11. Gestão dos resíduos sólidos urbanos	37
3.1.12. Água destinada ao consumo humano	43
3.1.13. Consumo de energia.....	46
3.1.14. Recolha e tratamento de águas residuais	49
3.2. Caracterização Socioeconómica	51
3.2.1. Demografia	51
3.2.2. Economia.....	54
3.2.3. Infraestruturas e equipamentos.....	56
3.3. Caracterização da institucional	74
3.3.1. Organização institucional	74
3.3.2. Instrumentos de planeamento.....	75
3.3.3. Atores e associativismo local	76
3.3.4. Financiamento comunitário e projetos de desenvolvimento	77
3.3.5. Participação cívica	79
4. Perceção ambiental e expectativas de desenvolvimento	85
4.1. Perceção ambiental e identificação de fragilidades	85
4.2. Identificação das expectativas e ações de desenvolvimento	89
5. Análise SWOT e vetores de desenvolvimento	101
6. Considerações finais e conclusões	109
6.1. Considerações finais	109
6.2. Conclusões gerais.....	114
6.3. Limitações metodológicas	114
6.4. Recomendações e desafios futuros.....	115
7. Bibliografia.....	117
Anexo I	125
Anexo II	137
Anexo III	145
Anexo IV	149
Anexo V	159

Anexo VI.....	163
Anexo VII.....	167
Anexo VIII.....	171

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Critérios fundamentais em Desenvolvimento Sustentável.....	3
Figura 1.2 - Histórico das conferências da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis.....	7
Figura 1.3 - Esquema Investigativo.....	11
Figura 2.1- Esquema geral da análise SWOT.....	17
Figura 3.1 - Enquadramento geográfico do Município de Carregal do Sal.....	20
Figura 3.2 - Temperatura do ar (°C).....	21
Figura 3.3 - Precipitação (mm).....	21
Figura 3.4 - Unidades morfológicas do centro de Portugal.....	22
Figura 3.5- Cartograma da geologia no município de Carregal do Sal.....	24
Figura 3.6- Cartograma da hidrografia no município de Carregal do Sal.....	26
Figura 3.7- Cartograma da capacidade de uso do solo no município de Carregal do Sal	28
Figura 3.8- Cartograma do uso e ocupação do solo no município de Carregal do Sal.....	30
Figura 3.9- Cartograma do património natural no município de Carregal do Sal.....	33
Figura 3.10- Cartograma dos recursos naturais no município de Carregal do Sal.....	34
Figura 3.11 - Produção de RSU indiferenciados <i>per capita</i> (kg/hab/dia) nos municípios da AMRPB em 2011.....	38
Figura 3.12 - Representação da taxa de variação dos RSU recolhidos para o município de Carregal do Sal e AMRPB para o período entre 2000 e 2014.....	39
Figura 3.13 - Evolução dos RSU recolhidos (em toneladas) no município de Carregal do Sal.	39
Figura 3.14 - Evolução da recolha seletiva nos ecopontos nos municípios da AMRPB em kg.	40
Figura 3.15 - Recolha seletiva nos ecopontos <i>per capita</i> (kg/hab/ano) nos municípios da AMRPB em 2011.....	41
Figura 3.16 - Evolução da recolha seletiva nos ecopontos (em kg) no município de Carregal do Sal.....	41
Figura 3.17 - Evolução da recolha seletiva no ecocentro (em kg) no município de Carregal do Sal.....	42
Figura 3.18 - Evolução dos custos com os RSU (em euros) no município de Carregal do Sal.	43
Figura 3.19- Evolução dos volumes de água captados, consumidos e perdas no sistema...	45
Figura 3.20- Evolução dos consumos de água por habitante (m ³ /hab.).....	45

Figura 3.21- Evolução do consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.).	46
Figura 3.22- Evolução do consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor (kWh/cons.).	46
Figura 3.23- Evolução do consumo de energia elétrica na indústria por consumidor (kWh/cons.).	47
Figura 3.24- Evolução do nº de kWh consumidos na iluminação da via pública por habitante e zona geográfica.	47
Figura 3.25- Evolução do nº de kWh consumidos iluminação interior de edifícios do Estado por habitante e zona geográfica.	48
Figura 3.26- Evolução do consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).	48
Figura 3.27- Evolução da população no Município de Carregal do Sal de 1920 a 2011.	51
Figura 3.28- Evolução da população por freguesia de 1991 a 2011.	52
Figura 3.29- Percentagem da população residente no Município por faixa etária, entre 1981 e 2011.	53
Figura 3.30- Percentagem da população residente por faixa etária em 2011 por freguesias.	53
Figura 3.31- Evolução da população ativa no Município por setor de actividade (em %).	54
Figura 3.32- População ativa por setor de actividade por freguesia em 2011.	55
Figura 3.33 - Evolução da taxa de actividade por género entre 1991 a 2011 no Município.	55
Figura 3.34- Cartograma da rede viária e ferroviária no município de Carregal do Sal.	57
Figura 3.35- Evolução da taxa de desemprego por género e total entre 1991 a 2011 no Município.	61
Figura 3.36- Evolução da percentagem de beneficiários do RSI no município de Carregal do Sal e da Sub- Região Dão-Lafões entre 2007 a 2012.	63
Figura 3.37- Variação do nível de escolaridade, entre 2001 e 2011.	68
Figura 3.38- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular na Sub-região Dão-Lafões e no Município de Carregal do Sal, por ano letivo.	69
Figura 3.39- Organograma representativo da estrutura administrativa do Município de Carregal do Sal.	74
Figura 3.40- Instrumentos de referência no Município de Carregal do Sal.	75
Figura 4.1 - Visão dos inquiridos sobre o Município de Carregal do Sal.	86
Figura 4.2 - Problemas ambientais que afetam o Município de Carregal do Sal.	87
Figura 4.3 - Problemas sociais que afetam o Município de Carregal do Sal.	87
Figura 4.4 - Problemas económicos que afetam o Município de Carregal do Sal.	88
Figura 4.5 - Problemas na governação que afetam o Município de Carregal do Sal.	89

Figura 4.6 - Expectativas sobre a dinâmica da população e apoio social no Município de Carregal do Sal.....	90
Figura 4.7- Expectativas sobre questões ambientais e de proteção civil no Município de Carregal do Sal.....	91
Figura 4.8 - Expectativas sobre questões económicas e de governação no Município de Carregal do Sal.....	92
Figura 4.9 - Expectativas sobre questões de educação e cultura no Município de Carregal do Sal.	93
Figura 4.10- Comparação entre os projetos/ações propostas e as sugestões dos inquiridos, organizados por domínio	98
Figura 6.1 - Campanha desenvolvida no âmbito da realização dos fora 21	110
Figura 6.2 - Imagens do Fórum 21 realizado na sede da junta de freguesia de Beijós no dia 5 de julho de 2015	111
Figura 6.3 - Nº de participantes em cada um dos <i>fora</i> 21.....	113

Índice de Quadros

Quadro 2.1- Instrumentos de referência no Concelho de Carregal do Sal.	14
Quadro 3.1 - Capacidade de uso do solo no Município de Carregal do Sal	27
Quadro 3.2 - Uso/ocupação do solo no Município de Carregal do Sal.	29
Quadro 3.3 - Concelhos abrangidos pelo SIC de Carregal do Sal.....	31
Quadro 3.4 - Valores anuais médios (base horária) registados na estação de Fornelo do Monte- Vouzela.....	35
Quadro 3.5 - RSU indiferenciados com valorização material por tratamento mecânico.	38
Quadro 3.6 - Incumprimentos ao valor paramétrico definido pela legislação em vigor.	44
Quadro 3.7 - Sistemas de tratamento e infraestruturas existentes no concelho.	49
Quadro 3.8 - Respostas Sociais no Município de Carregal do Sal.	60
Quadro 3.9 - Desemprego registado no Município segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês).	62
Quadro 3.10 - Desemprego registado no Município segundo o grupo etário (situação no fim do mês).....	62
Quadro 3.11 - Desemprego registado no Município segundo os Níveis de Escolaridade (situação no fim do mês).....	62
Quadro 3.12 - Tempos máximos de resposta garantidos, segundo a Portaria n.º 1529/2008 de 26 de dezembro.	65
Quadro 3.13 - Evolução de alguns indicadores relativos à saúde no município de Carregal do Sal (Legenda: S.I.- Sem Informação; SUB- serviço de urgência básica; SAP- serviço de atendimento permanente ou prolongado).	66
Quadro 3.14 - Organização do Agrupamento de Escolas do Concelho de Carregal do Sal.	67
Quadro 3.15 - Evolução da taxa de analfabetismo.....	68
Quadro 3.16 - Equipamentos Desportivos no Município de Carregal do Sal.	70
Quadro 3.17 - Equipamentos Culturais no Município de Carregal do Sal.....	70
Quadro 3.18 - Rede Municipal de Espaços Musealizados do Município de Carregal do Sal.....	72
Quadro 3.19 - Listagem de publicações editadas pela Câmara Municipal de Carregal do Sal.	73
Quadro 3.20 - Distribuição das associações do Município de Carregal do Sal, por freguesia.	76
Quadro 3.21 - Nº de projetos aprovados e valores envolvidos do QREN para o Município de Carregal do Sal e entidades com responsabilidade na gestão de fundos.	79

Quadro 3.22 - Participação eleitoral para o Parlamento Europeu no Município de Carregal do Sal.	80
Quadro 3.23 - Participação eleitoral nas autárquicas no Município de Carregal do Sal.....	80
Quadro 3.24 - Participação eleitoral nas legislativas no Município de Carregal do Sal.....	81
Quadro 3.25 - Participação eleitoral nas presidenciais no Município de Carregal do Sal.	81
Quadro 3.26 - Participação eleitoral em referendos no Município de Carregal do Sal.	81
Quadro 4.1 - Hierarquização de projetos e ações pelos inquiridos.....	93
Quadro 4.2 - Projetos e ações propostas pelos inquiridos.	95
Quadro 4.3 - Grau de adequação do questionário, segundo os inquiridos.	96
Quadro 4.4 - Sugestões dos inquiridos.	97
Quadro 5.1 - Forças presentes no município de Carregal do Sal	102
Quadro 5.2 - Fraquezas presentes no município de Carregal do Sal	103
Quadro 5.3 - Oportunidades para o município de Carregal do Sal	103
Quadro 5.4 - Ameaças para o município de Carregal do Sal	104
Quadro 5.5 - Vetores estratégicos de desenvolvimento sustentável no município de Carregal do Sal	105
Quadro 5.6 – Relação entre a análise SWOT e os vetores estratégicos.....	106
Quadro 6.1 - Compilação das votações dos vetores estratégicos nos <i>fora</i>	112
Quadro 6.2 - Vetores estratégicos da Agenda 21 Local de Carregal do Sal.....	113

Acrónimos

A21- Agenda 21

A21L- Agenda 21 Local

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde

AMRPB- Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

APA- Agência Portuguesa do Ambiente

APCV- Associação de Paralisia Cerebral de Viseu

ARH- Administração da Região Hidrográfica

CEVS- Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis

CLAS- Conselhos Locais de Ação Social

CMCS- Câmara Municipal de Carregal do Sal

CMMAD- Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento

CMOEPCC- Centro Municipal de Operações de Emergência de proteção Civil

CNUAD- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento

CSF- Comissões Sociais de Freguesia

DDT- Diclorodifeniltricloroetano

DGOTDU- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DITAL 21- Desenho e Implementação Transfronteiriça da Agenda 21 Local

DOC- Denominação de Origem Controlada

DOP- Denominação de Origem Protegida

DS- Desenvolvimento Sustentável

EE- Estações Elevatórias

EM- Estrada Municipal

EN- Estrada Nacional

ENDS- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ER- Estrada Regional

ERSAR- Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos

ETAR- Estação de Tratamento de Águas Residuais

FS- Fossas Séticas

GA 21- Grupo de Acompanhamento 21

GT 21- Grupo de Trabalho 21

IC- Itinerário Complementar

ICLEI- International Council for Local Environmental Initiatives

IDRC- International Development Research Centre

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGP- Indicação Geográfica Protegida
INAG- Instituto da Água
INE- Instituto Nacional de Estatística
IP- Itinerário Principal
IPMA- Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social
IQar- Índice de Qualidade do Ar
IT- Instalações de Tratamento
ITM- Índice de Transparência Municipal
L_{den}- indicador diurno-entardecer-nocturno
L_n- indicador nocturno
MIT- *Massachusetts Institute of Technology*
NUT- Nomenclatura de Unidade Territorial
ONG- Organizações Não Governamentais
OOM- Organização Meteorológica Mundial
PARES- Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica
PDM- Plano Director Municipal
PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUA- Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PO- Programa Operacional
PROF Dão Lafões- Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões
PSRN 2000- Plano Setorial da Rede Natura 2000
PU- Plano de Urbanização
QCA- Quadro de Apoio Comunitário
QREN- Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN- Reserva Agrícola Nacional
REN- Reserva Ecológica Nacional
RGR- Regulamento Geral de Ruído
RSI- Rendimento Social de Inserção
RSU- Resíduos Sólidos Urbanos
SAP- Serviço de Atendimento Permanente ou Prolongado
SIC – Sítio de Importância Comunitária
SIDS- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SNS- Sistema Nacional de Saúde
SUB- Serviço de Urgência Básica

SWOT- Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

UCC- Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

VP- Valor Paramétrico

ZCI- Zona Centro Ibérica

1. Introdução

1.1. Perspetiva histórica

A década de 60 do século passado afirmou-se como um marco na consciencialização do mundo ocidental para as consequências do modelo de desenvolvimento vigente. Alguns autores atribuem à bióloga norte-americana Rachel Carson esse feito, pela publicação da sua obra literária de denúncia e divulgação científica: a *Primavera Silenciosa* em 1962. Além da alerta para as consequências do uso de pesticidas como o Diclorodifeniltricloroetano (DDT) para o meio ambiente e seres humanos, fundou os alicerces para a discussão da relação Homem – Meio Ambiente.

Em 1968 o industrial italiano Aurelio Pecceie e o cientista escocês Alexander King fundam o Clube de Roma e convocam um grupo internacional de profissionais de áreas distintas (política, indústria, economia, ciência...) com o intuito de debater diversos assuntos internacionais da atualidade mas em particular, as preocupações relacionadas com o consumo ilimitado de recursos numa perspetiva a longo prazo. Em 1972 publicam o relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*, elaborado por uma equipa do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) liderada por Dana Meadows. Neste estudo são explorados uma série de cenários e destacadas as opções possíveis para a sociedade conciliar um progresso sustentável tendo em conta as restrições ambientais (<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/112/reportagens/uma-luta-que-atraversa-decadas>).

O ano de 1972 é ainda marcado por outro acontecimento com relevância histórica, a realização em Estocolmo da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Sob a égide das Nações Unidas a comunidade científica mundial debate a relação entre ambiente e desenvolvimento económico numa perspetiva global. Desta conferência surge o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e a Declaração

de Estocolmo que apela “aos governos e cidadãos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente em benefício de todos os povos e das gerações futuras” (PNUA, 1972). A partir deste evento, surge um neologismo que exemplifica o novo tipo de desenvolvimento que se ambiciona, o Ecodesenvolvimento (Barbieri, 2000 in Álvares, 2009).

Em 1982 já sob a alçada do PNUA realiza-se uma nova conferência a Estocolmo + 10, da qual resulta a criação da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) presidida pela Gro Harlem Brundtland. A esta Comissão são atribuídos três objetivos:

- ❖ Reexaminar as questões críticas respeitantes ao meio ambiente e desenvolvimento e formular propostas realistas para abordá-las;
- ❖ Propor novas formas de cooperação internacional de modo a orientar políticas e ações rumo às mudanças necessárias;
- ❖ Dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos, uma maior compreensão dos problemas, estimulando-os a uma atuação mais firme (CMMAD,1987).

O resultado do trabalho atribuído à CMMAD é publicado em 1987 no *Relatório Brundtland: O Nosso Futuro Comum*, onde “nasce” o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como o: “*Desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.*” (CMMAD,1987)

Segundo este Relatório os principais objetivos das políticas ambientais nacionais de desenvolvimento que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são entre outros, os seguintes:

- ❖ Retomar o crescimento;
- ❖ Alterar a qualidade do desenvolvimento;
- ❖ Preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- ❖ Atender às necessidades de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- ❖ Manter um nível populacional sustentável;
- ❖ Melhorar e conservar a base dos recursos;
- ❖ Reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- ❖ Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomadas de decisão.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável definido pela CMMAD consiste numa das referências mais reconhecidas sobre o tema, contudo este é um conceito que tem promovido diversas interpretações por vezes até contraditórias devido à dificuldade de aceitação do termo (Álvares, 2009).

O autor Rosseto (2003) apresenta uma explicação para a ambiguidade que o conceito gera relacionada com a evolução/integração dos pilares fundamentais em que assenta o DS, referindo que as primeiras preocupações acerca do desenvolvimento sustentável tiveram o seu início a partir da discussão em redor dos problemas ambientais e na expectativa de um possível esgotamento dos recursos naturais essenciais à sobrevivência da espécie humana. Todavia as questões económicas e sociais têm vindo a alcançar peso equivalente nos debates sobre o tema, não sendo mais admitido o centralismo nas questões ambientais. Assim o ponto comum encontrado entre as diversas definições é a abordagem integrada das dimensões sociais, económicas e ambientais do DS.

Na figura seguinte apresenta-se o esquema representativo do DS, assente nos três pilares fundamentais de desenvolvimento que quando integrados, e os seus imperativos implementados a nível local, progride-se em direção ao DS.



Figura 1.1 - Critérios fundamentais em Desenvolvimento Sustentável
 Fonte: Adaptado de Partidário M. 1999; *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), e
International Development Research Centre (IDRC), 1996.

Posteriormente foi considerado fundamental a integração de uma nova dimensão, a institucional, reafirmando o processo evolutivo e dinâmico do conceito de DS.

Segundo Ferrão *et al.* (2004) (in Sousa,2009) as quatro dimensões podem ser definidas como:

- ❖ *“Dimensão institucional: funcionamento e estrutura das instituições públicas, cívicas e da sociedade civil (v.g., Organizações Não Governamentais - ONG) e ainda o setor privado e empresas;*
- ❖ *Dimensão económica: alcançar o progresso económico sem pôr em causa as condições de vida das populações e os recursos naturais. Para tal, o desenvolvimento económico deverá ser baseado num uso mais racional e eficiente das matérias-primas e dos recursos naturais em geral e simultaneamente, manter estruturas e capacidades sociais que possibilitem a atividade produtiva;*
- ❖ *Dimensão social: a melhoria das condições sociais implica uma generalização a toda a humanidade (incluindo as gerações futuras) de patamares de bem-estar social e condições de vida dignos mas conciliáveis com a preservação de recursos. Trata-se, afinal, de promover a igualdade de oportunidades e uma distribuição mais equitativa dos recursos, do bem-estar e da qualidade de vida. O desenvolvimento social será tanto mais sustentável quanto maior for o uso eficiente, equitativo e racional dos recursos, pelo que a mudança de comportamentos se tornou um dos principais objetivos;*
- ❖ *Dimensão ecológica: refere a conservação da base de sustentação da vida no planeta e, conseqüentemente, da própria sociedade humana. Estão envolvidas, neste caso, a proteção ambiental, a preservação da biodiversidade, a limitação da poluição ambiental e a gestão equilibrada de recursos renováveis e não renováveis. Pretende-se que as capacidades de carga e de regeneração do planeta sejam levadas em conta, sublinhando os limites que, a serem ultrapassados, poderão pôr em causa as possibilidades de desenvolvimento económico e social e, em última análise, a sobrevivência da própria humanidade.”*

Em 1992 na cidade do Rio de Janeiro realiza-se mais uma Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), denominada de Cimeira da Terra e considerada como o mais importante e promissor encontro planetário do século XX. Esta conferência focou-se nas reflexões presentes no Relatório de Brundtland, nomeadamente a necessidade da criação de um plano de ação estratégico comum tendo em vista o DS global. A resposta a esta lacuna é colmatada pela preparação de uma agenda de trabalho para o DS no século XXI: a Agenda 21 (A21). Este acordo assinado por cerca de 200 países, incluindo Portugal, impôs-se como um dos mais importantes documentos resultantes do encontro.

Através da A21 a comunidade das nações procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas, apresentando-se ao mesmo tempo o mapa e o roteiro para a construção de uma sociedade sustentável (CNUAD, 1995).

A Agenda 21 é constituída por quarenta capítulos distribuídos por quatro secções: Dimensões Sociais e Económicas; Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento; Reforço do Papel dos Principais Parceiros e Meios de Implementação.

O Capítulo 28 faz o apelo às autoridades locais e incute-lhes a responsabilidade de desenvolverem as suas Agendas 21 Locais (A21L), por se apresentarem como o nível de governo mais próximo do povo e por muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 terem as suas raízes nas atividades locais (CNUAD, 1995).

“Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma “Agenda 21 local”. Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formular as melhores estratégias. O processo de consultas aumentará a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável. Os programas, as políticas, as leis e os regulamentos das autoridades locais destinados a cumprir os objetivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais.” (CNUAD, 1995)

Segundo Farinha (2005) existem duas grandes novidades associadas à A21L que a torna distinta dos outros planos: o modo como “faz as coisas” e a “direção” que procura imprimir ao desenvolvimento local.

“O “modo como faz” diz respeito ao processo e aos métodos de trabalho que privilegia. Dando forte ênfase ao envolvimento de todos os atores locais num processo participativo e de planeamento estratégico, virado para a ação e para resolver e prevenir os problemas prioritários.

Apesar da autarquia local ter um papel fundamental, a A21L dá muita importância ao envolvimento e ao trabalho de cooperação abrangendo muitos outros atores locais, tais como outros setores da administração pública, empresários e representantes do tecido produtivo, técnicos especialistas nos vários domínios de conhecimento, associações socioculturais e ambientais, escolas, universidades, cidadãos líderes de opinião e cidadãos completamente vulgares e comuns.

A A21L tem a perspetiva de que todos, instituições e sociedade civil, são necessários para a enorme tarefa de assegurar o desenvolvimento sustentável. Procura mobilizar todas as capacidades institucionais e da sociedade civil locais, num processo transparente, eficiente, construtivo e virado para a ação. A sua filosofia é que os desafios são demasiado grandes para serem enfrentados só por uma entidade; é necessária a colaboração ativa de todos.

Relativamente à "direção para onde se vai", a A21L tem por objetivo fundamental aumentar a qualidade de vida da população presente mas sem hipotecar a qualidade de vida das gerações futuras. Visa acautelar os recursos e o sistema necessário à vida, tornar o tecido económico local mais forte e competitivo, alcançar comunidades socialmente mais justas e integradoras, proteger e valorizar o património natural e aumentar as capacidades cívicas e de governação local."

O mesmo autor refere ainda que a A21L apresenta-se como uma oportunidade para alterar atitudes, através do reconhecimento da existência de limites claros para as atitudes de consumo e desperdício atuais. O que implica uma mudança de valores e de comportamento por parte dos cidadãos e instituições, sendo a educação para a sustentabilidade uma tarefa urgente.

Na Europa o primeiro passo rumo à sustentabilidade é firmado em 1994 com a realização da primeira Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, dando início à Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CEVS). Desta Conferência resultou um importante documento estratégico conhecido como a Carta de Aalborg, no qual se reconhecem paralelamente os problemas da vivência urbana e se estabelecem os conceitos e princípios relativos à sustentabilidade, demonstrados pela declaração *"a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental"* (UCP, 2002).

Desde a conferência de *Aalborg* ocorreram mais seis conferências da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis (Figura 1.2). Apesar destas conferências apresentarem resultados distintos, expõem um denominador comum, o estímulo e o reconhecimento da necessidade da ação local rumo ao desenvolvimento sustentável.

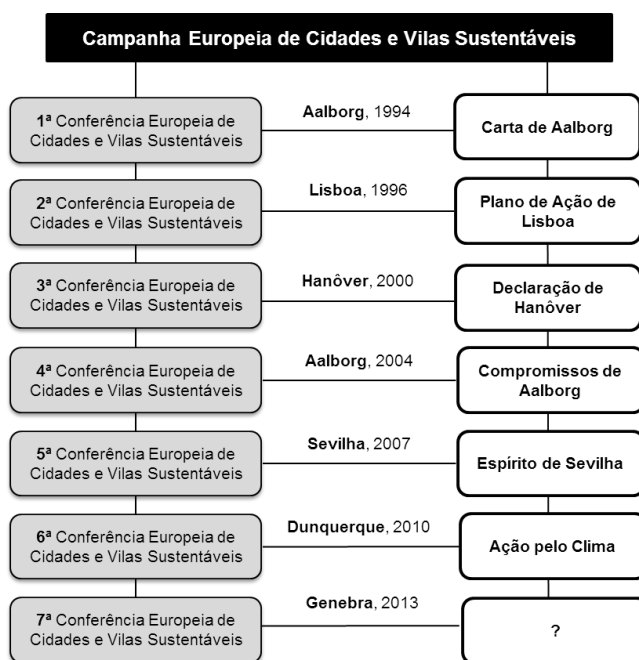


Figura 1.2 - Histórico das conferências da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis.

Fonte: Adaptado de Sousa (2009).

Ao assinarem a Carta de Aalborg, as cidades, vilas e unidades territoriais da Europa comprometem-se a desenvolver e a implementar a sua própria Agenda 21 Local (CEVS, 1994 in Sousa 2009). Inspirados na Carta, os Compromissos de Aalborg estabelecem orientações flexíveis e uma abordagem integrada e transversal dos problemas locais. O processo exige várias etapas integradas que vão desde a caracterização do quadro de referência de desenvolvimento local, ao estabelecimento de metas, à implementação de ações e avaliação do processo, o chamado Ciclo de Sustentabilidade (Sousa, 2009). É na primeira fase do Ciclo de Sustentabilidade que se caracteriza o estado do desenvolvimento local de acordo com os 10 Compromissos de Aalborg (CEVS, 1994 in Sousa, 2009):

- ❖ Governação;
- ❖ Gestão local para a sustentabilidade;
- ❖ Bens comuns naturais;
- ❖ Consumo responsável e opções de estilos de vida;
- ❖ Planeamento e desenho urbano;
- ❖ Melhor mobilidade, menos tráfego;
- ❖ Ação local para a saúde;
- ❖ Economia local dinâmica e sustentável;
- ❖ Equidade e justiça social;
- ❖ Do local para o global.

Na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015, a menção à Agenda 21 apresenta-se no capítulo relativo à introdução, enquadrando a elaboração da ENDS na iniciativa global iniciada na CNUAD de 1992.

“Com efeito, a Agenda 21, adotada na CNUAD, incentivou os estados a adotarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, como forma de aplicar e desenvolver as decisões da Conferência, corporizadas na referida Agenda 21 e nos designados acordos do Rio. O apelo à elaboração destes documentos estratégicos, que devem reforçar e harmonizar as políticas nacionais para a economia, as questões sociais e o ambiente foi reafirmado na Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas de 1997 (Rio+5)...” (ENDS 2015, 2008)

Contudo a ENDS não apresenta objetivos ou medidas para a implementação da Agenda 21 Local, nem refere qual o papel dos municípios como reconhecidos atores fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável local. Todavia no Plano de Implementação da ENDS da Região Autónoma dos Açores um dos objetivos gerais é a implementação da Agenda 21 Local no território, desígnio assumido pela Administração Regional dos Açores com o envolvimento das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e de todas as associações cívicas (Sousa, 2009).

Por outro lado, no Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), de 2007, é proposta a integração dos princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos Instrumentos de Gestão Territorial como uma das medidas prioritárias para a promoção da participação cívica e institucional nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial.

Segundo os objetivos e metas no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), 2007, para o indicador A21L`s, uma das medidas previstas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013 é a promoção da Agenda 21 Local, com o objetivo específico de aumentar o número de municípios com Agenda 21 Local. Para este indicador, o QREN prevê que, no final do seu período de vigência, 100% dos municípios portugueses tenham uma Agenda 21 Local (SIDS 2007).

Não existem estudos atuais quanto ao número de A21L`s em processo de elaboração. Em agosto de 2009 contabilizavam-se 104 processos de Agendas 21 Locais e de Planos Municipais do Ambiente, segundo Sousa (2009).

1.2. Processos de elaboração da Agenda 21 Local

“A Agenda 21 Local não segue normas nem padrões rígidos nem existem receitas para a sua implementação. No entanto, deve ser baseada num processo que envolva i) o compromisso dos vários intervenientes no território na preparação de um plano de ação de

longo prazo visando o desenvolvimento sustentável; ii) a consulta à comunidade e às organizações de âmbito local; iii) o diagnóstico participado das condições sociais, económicas e ambientais e das necessidades locais; iv) a construção participada da visão e dos objetivos locais e v) a realização de processos de acompanhamento e de avaliação, assim como, de informação do processo” (Selman, 2000 in Sousa, 2009).

Entretanto foram surgindo vários guias metodológicos na literatura da especialidade, com o intuito de produzir uma abordagem sistemática que auxilie os processos de elaboração da Agenda 21 Local, de seguida apresentam-se alguns exemplares redigidos em português:

- ❖ **Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local**, disponibilizado pelo ICLEI a fim de auxiliar todos aqueles que participem na Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis, a iniciar e a realizar o processo da Agenda 21 Local nas suas comunidades (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU, 2000).
- ❖ **Guia Agenda 21 Local, um desafio para todos**, desenvolvido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) com o propósito de contribuir para uma maior mobilização e eficácia. Constituindo-se como um referencial normativo para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local. O principal objetivo deste guia é apoiar todas as entidades que têm em curso ou pretendem desenvolver iniciativas desta natureza, no sentido de monitorizarem os seus próprios processos, tendo por base o conceito de melhoria contínua (APA, 2007).
- ❖ **Agenda 21 Local- Guia Metodológico de Apoio para Contextos Rurais e de Forte Interioridade**, este guia resulta da experiência proporcionada pelo projeto “DITAL 21: Desenho e Implementação Transfronteiriça da Agenda 21 Local”. Apresentando-se essencialmente orientado para territórios e realidades socioeconómicas cujas características sejam as que marcam a região Alentejana e a Extremadura Espanhola. Estas particularidades essencialmente relacionadas com contextos territoriais de interioridade, apontam para a necessidade de desenvolvimento de estratégias específicas (Farinha, 2005).

1.3. Objetivos da dissertação

Para a elaboração do diagnóstico para a sustentabilidade no Município de Carregal do Sal tendo em vista a implementação de uma Agenda 21 Local enquanto via essencial para a promoção do desenvolvimento local sustentável, foi realizada uma investigação que pretendeu atingir os seguintes objetivos:

- ❖ Caracterização dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do Município de Carregal do Sal, identificando as potencialidades e fragilidades;
- ❖ Definição das oportunidades e ameaças municipais, de forma a estabelecer as grandes opções estratégicas de desenvolvimento;
- ❖ Definição dos vetores estratégicos de promoção local;
- ❖ Identificação das parcerias e das redes locais para futuras ações de desenvolvimento.

1.4. Esquema investigativo

Com o intuito em alcançar os objetivos descritos anteriormente construiu-se o esquema investigativo da Figura 1.3, que nos resume a sequência do estudo realizado ao longo desta dissertação. Assim a partir de distintas fontes de informação e adotando diversos métodos e técnicas de análise (descritas no capítulo referente à metodologia), foi possível obter os resultados expostos nos capítulos 3, 4 e 5 permitindo assim a formulação das conclusões presentes no capítulo 6.

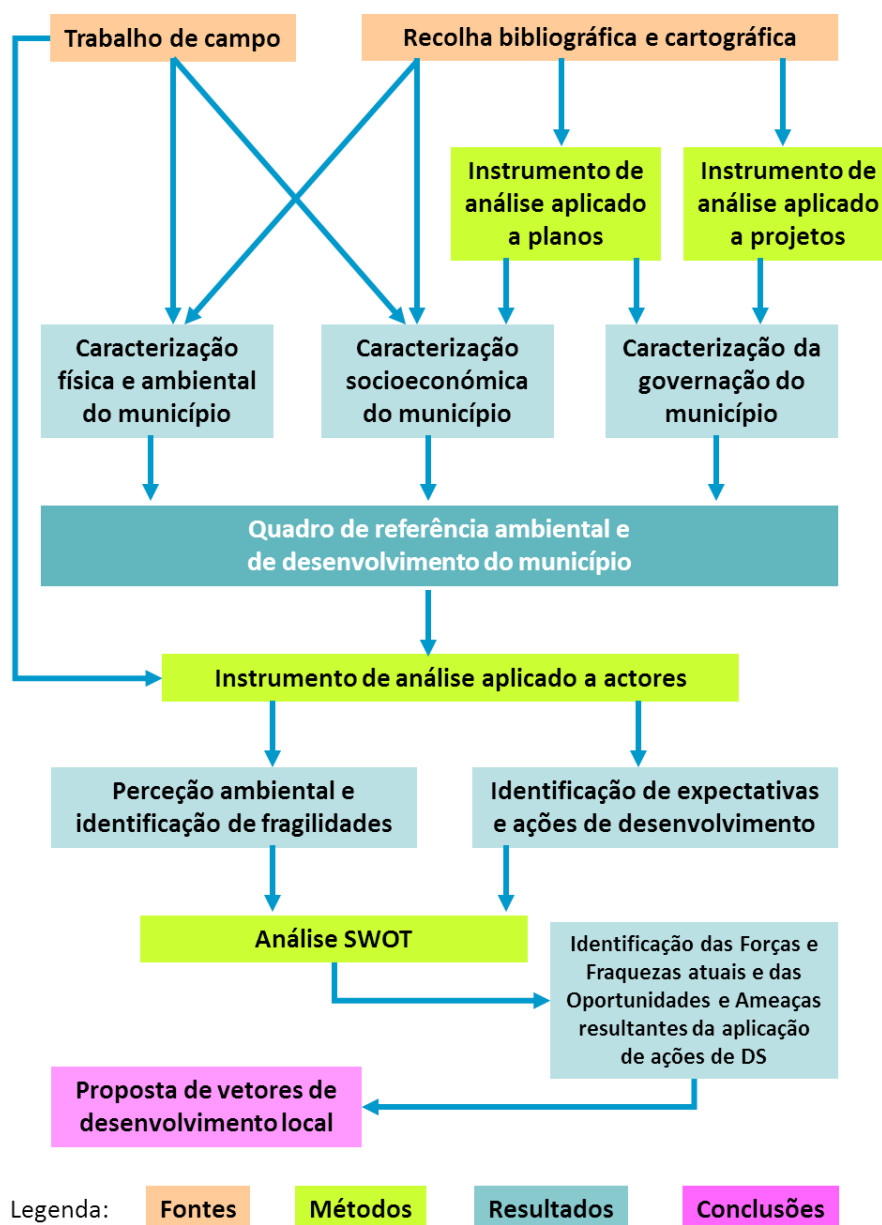


Figura 1.3 - Esquema Investigativo.

1.5. Organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em 6 capítulos: Introdução; Metodologia; Quadro de referência ambiental e de desenvolvimento; Perceção ambiental e expectativas de desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável municipal; Conclusões. Apresenta-se ainda as Referências bibliográficas que suportaram a análise e os Anexos.

No primeiro capítulo que corresponde à introdução, enquadra-se a temática do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Local através de conceitos, exemplos e processos de aplicação da A21L. São ainda descritos os objetivos a que nos propusemos

com a realização deste trabalho, apresentando o esquema investigativo desenvolvido e adotado ao longo do processo de investigação.

A metodologia utilizada encontra-se descrita no capítulo segundo. Explica-se a sequência investigativa seguida, assim como as diversas técnicas de trabalho e instrumentos de análise utilizados.

No capítulo três, apresenta-se o quadro de referência ambiental e de desenvolvimento do município de Carregal do Sal, através da caracterização física, ambiental, socioeconómica e de governação realizada.

No quarto capítulo apresenta-se a perceção ambiental e expectativas de desenvolvimento, decorrentes da análise dos questionários aplicados aos diversos atores locais seleccionados no Município de Carregal do Sal.

No quinto capítulo elabora-se uma análise SWOT (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*) identificando as forças e fraquezas existentes no município atualmente, e as oportunidades e ameaças resultantes da aplicação de ações de desenvolvimento sustentável. Tendo em conta os resultados da avaliação SWOT, são sugeridos 11 vetores de desenvolvimento sustentável que deverão nortear o Plano de Ação da A21L de Carregal do Sal aquando da sua elaboração.

No sexto capítulo reflete-se sobre as limitações metodológicas sentidas ao longo deste trabalho de investigação. Apresentam-se algumas conclusões gerais e específicas que sobressaíram na finalização desta dissertação e fornecem-se diretrizes no âmbito da implementação da A21L.

Por fim e para além das referências bibliográficas apresentam-se anexos que contribuíram para e na elaboração desta investigação.

2. Metodologia

Para a elaboração do diagnóstico para a sustentabilidade do município de Carregal do Sal, foi desenvolvida uma metodologia investigativa de forma a alcançarem-se os objetivos descritos no ponto 1.3. da introdução. Esta investigação foi suportada por contributos bastante diversificados nomeadamente, o trabalho de campo, a recolha, análise e processamento de informação escrita, estatística e cartográfica.

Inicialmente efectuou-se a pesquisa e consulta bibliográfica relativamente ao tema em estudo, nomeadamente sobre DS e A21L que contribuíram numa primeira abordagem para a realização do enquadramento teórico (Capítulo 1). Todavia a consulta bibliográfica foi transversal a todo o percurso investigativo.

Para a aferição do quadro de referência ambiental e de desenvolvimento municipal procedeu-se à Caracterização física, ambiental, social, económica e institucional do município. Nesse propósito recorreu-se aos seguintes meios, nomeadamente:

- ❖ Recolha e consulta de informação geográfica e digital, que possibilitou a construção de cartografia municipal através da utilização do *software* ArcGIS 10.2 (ESRI®);
- ❖ Consulta da informação estatística disponível no *site* do Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente a análise e tratamento de dados dos Censos de 1991, 2001 e 2011; assim como das estatísticas territoriais segundo alguns indicadores como a saúde, a educação, o apoio social;
- ❖ Levantamento e análise de estudos, planos e outras fontes documentais municipais com relevo no âmbito desta caracterização. Designadamente os instrumentos elencados no quadro 2.1. Este trabalho foi desenvolvido entre setembro e outubro de 2013, do qual resultaram fichas de leituras e grelhas sínteses para sistematização da informação necessária para o estudo em desenvolvimento.

Instrumentos de âmbito regional e setorial
Plano Regional de ordenamento Florestal (PROF) do Dão e Lafões (2006)
Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (2002)
Plano Setorial da Rede Natura 2000
Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira (2006)
Plano de Gestão das bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 4
Instrumentos de âmbito municipal
Grandes Opções do Plano
Plano de atividades do Município
Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal (2001)
Plano de Urbanização de Carregal do Sal (2005)
Plano Municipal de Emergência de Carregal do Sal (1999)
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Carregal do Sal (2012)
Plano Operacional Municipal de Carregal do Sal (2013)
Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal (2006)
Pré-Diagnóstico do Concelho de Carregal do Sal (2007)
Atualização do Diagnóstico do Concelho de Carregal do Sal (2009)
Plano de Ação (Social) de Carregal do Sal (2013/2014)
Relatório Final de Diagnóstico do Território de Carregal do Sal (Fase 4 PORI) - Freguesias de Currelos e Cabanas de Viriato (2008)
Modelo de Planeamento do Programa de Respostas Integradas (PRI)

Quadro 2.1- Instrumentos de referência no Concelho de Carregal do Sal.

Após definido o quadro de referência ambiental e de desenvolvimento do município, considerou-se que já estavam reunidos os conhecimentos necessários para a construção de um instrumento de análise de auscultação aos atores locais.

O instrumento de análise validado e que consta do Anexo 1 foi aplicado aos *stakeholders* locais. Os *stakeholders* neste contexto consideram-se como atores locais chave, por terem um papel relevante na comunidade apresentando-se como intervenientes em áreas distintas como educação, economia, política, segurança, associativismo, apoio social e conhecedores das dinâmicas locais.

Após pesquisa de reconhecimento e inventariação dos atores locais, procedeu-se à seleção dos que se consideraram importantes auscultar no âmbito da Agenda 21 Local. Foram então selecionadas:

- ❖ As entidades que atuam a diversos níveis no município: política, ação social, educação, saúde, segurança, agricultura e ambiente;
- ❖ As associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades de carácter social;

- ❖ As empresas localizadas nos parques industriais e/ou que se candidataram a fundos de apoio comunitário;
- ❖ E ainda dez empresas por freguesia.

No Anexo 2 apresenta-se a listagem dos inquiridos selecionados.

Tendo em conta que se pretendia que este instrumento de análise fosse aplicado aos *stakeholders* locais, com a selecção de dez empresas por freguesia procurou-se alargar a amostra dos inquiridos e incluir indivíduos de diferentes contextos sociais, com diferentes atividades, níveis de formação e vivências, na perspetiva de se obterem informações que traduzam a opinião da maioria da população do Município de Carregal do Sal. Procurou-se igualmente que as freguesias de Parada, Beijós e Cabanas de Viriato se encontrassem bem representadas na amostra, dado o menor peso demográfico e económico destas freguesias.

A selecção das empresas foi baseada num inventário cedido pela Câmara Municipal, organizado por freguesias. Os nomes das empresas foram posteriormente ordenados por ordem alfabética e numerados. A selecção das empresas foi efetuada através de um gerador de números aleatórios (<http://randomnumbergenerator.intemodino.com/pt/> -aplicação utilizada no dia 21 de fevereiro de 2014). Para a Freguesia de Parada não foi necessário utilizar esta tecnologia visto que nesta freguesia, existiam apenas nove empresas.

Procurou-se assim um nível de amostragem mínimo de 15 inquiridos por freguesia.

O questionário elaborado estava organizado em 11 grupos de resposta fechada e 2 perguntas de resposta aberta, que basicamente pretendiam reconhecer a perceção dos inquiridos sobre o quadro de referência local e expectativas em relação às estratégias de desenvolvimento a implementar no município.

No grupo 1 pediu-se para que os inquiridos seleccionassem as 4 opções que melhor representam a visão do município.

Do grupo 2 ao grupo 5 solicitou-se a identificação dos principais problemas que afetam o município nos diferentes domínios (ambiental, social, económico e de governação), sem restrições quanto ao número de opções a eleger.

Do grupo 6 ao grupo 9, sob a forma de escala de Likert, avaliou-se a expectativa dos inquiridos, pelo grau de importância atribuído às ações ou medidas a promover sobre a dinâmica da população e de apoio social; questões ambientais e de proteção civil; questões económicas e de governação e ainda sobre questões de educação e cultura.

No grupo 10 avaliou-se a expectativa sobre projetos e ações de desenvolvimento com necessidade de implementação a curto prazo e no grupo 11 solicitou-se a indicação de outros projetos ou ações que considerassem de importante implementação. No grupo 12 os inquiridos classificaram o grau de adequação do questionário à realidade do município. Por último deu-se a possibilidade de deixarem as sugestões que considerassem oportunas.

O instrumento de análise foi apresentado numa reunião para validação, que contou com a presença do executivo da Câmara Municipal de Carregal do Sal, e alguns responsáveis técnicos dessa autarquia.

Os presentes foram convidados a dar o seu contributo e sugestões para o referido questionário. No total contabilizaram-se 20 propostas, que foram analisadas e adequadas à reformulação do questionário. Procedeu-se assim à alteração ou substituição de perguntas já existentes (num total de nove), ou pela formulação de questões adicionais (no total duas).

Dos referidos contributos resultou o instrumento de análise descrito anteriormente.

A aplicação dos questionários foi procedida de uma nota de imprensa divulgada no sítio da Web da Câmara Municipal (<http://www.carregal-digital.pt/pt/articles/noticias/municipio-inicia-o-programa-agenda-21-local>) assim como no jornal do município “Uvas e Romãs”, com tiragem trimestral, procurando familiarizar os munícipes sobre a iniciativa.

Na aplicação do questionário foi solicitada a colaboração dos Presidentes de Junta de Freguesia do Município, quer para a validação dos atores selecionados nas diferentes freguesias, quer para o acompanhamento na entrega dos questionários.

Aquando da entrega dos questionários, os inquiridos eram enquadrados nos objetivos da Agenda 21 Local e qual o objetivo do questionário.

Sempre que o inquirido selecionado (no caso das empresas escolhidas por freguesia) não se mostrava disponível para colaborar com a iniciativa, passava-se à empresa que se encontrava imediatamente a seguir no inventário, caso essa empresa fosse também uma das selecionadas, passava-se à seguinte e assim sucessivamente. Este mesmo procedimento utilizou-se sempre que se encontrava um inquirido previamente selecionado, por pertencer a outra entidade que pertencesse à amostra deste estudo.

No total foram administrados 160 questionários no município de Carregal do Sal entre março e maio de 2014, obtendo-se resposta a 133 dos questionários entregues. Os dados produzidos foram tratados recorrendo ao *software* Microsoft Excel, versão de 2010, pelos atributos estatísticos e gráficos.

O tratamento dos dados obtidos através do instrumento de análise permitiu avaliar qual a perceção dos inquiridos sobre o município a diversos níveis (ambiental, social, económico e governação), a identificação das fragilidades e as expectativas.

Tendo em conta quer os dados do quadro de referência municipal (Caracterização física, socioeconómica e de governação) quer os resultados obtidos pelo tratamento de dados do instrumento de análise, recorreu-se à ferramenta de diagnóstico habitualmente designada como Análise SWOT.

A origem da Análise SWOT remonta à década de 70 do século passado. Foi desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Christensen como instrumento de análise à gestão de empresas possibilitando a identificação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças como refere Ota (2008). No entanto a sua versatilidade permitiu que esta ferramenta alargasse o seu espectro de aplicação a outras áreas distintas da gestão.

Como se pode verificar no esquema representativo da análise SWOT (Figura 2.1), este instrumento apresenta duas componentes principais: indicadores da situação interna ou pré-existente, expostos pela existência de forças e fraquezas, e os indicadores do ambiente externo ou a adquirir, descritos pela existência de oportunidades e ameaças (Markovska *et al.*, 2009; Guiné *et al.*, 2010; Vianney, 2014).

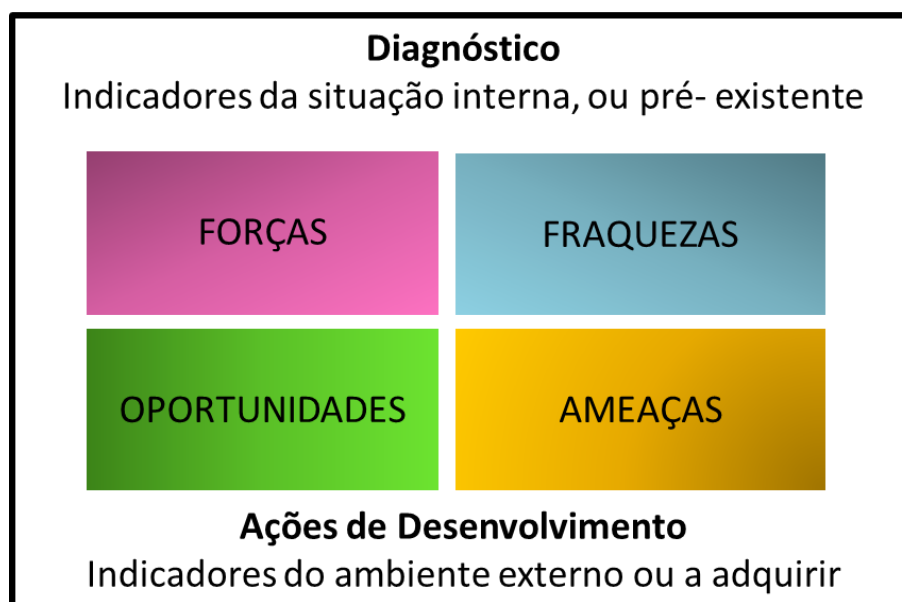


Figura 2.1- Esquema geral da análise SWOT

Fonte: Adaptado de Vianney, 2014

Neste contexto a aplicação da Análise SWOT permitiu de uma forma simples, expedita e metódica identificar as forças e fraquezas atuais, através do diagnóstico elaborado assim como as oportunidades e ameaças resultantes de ações de Desenvolvimento Sustentável a implementar.

Da avaliação da Análise SWOT construída foi possível selecionar 11 vetores de desenvolvimento local, que deverão determinar a orientação e os temas fundamentais do Plano de Ação da Agenda 21 Local, aquando da sua elaboração.

3. Quadro de referência ambiental e de desenvolvimento

Ao longo deste capítulo caracterizam-se as dimensões físicas, ambientais, sociais, económicas e institucionais do município de Carregal do Sal. Esta análise permitirá estabelecer o quadro de referência ambiental e de desenvolvimento local, resultando na identificação das suas fragilidades e potencialidades.

3.1 Caracterização física e ambiental

3.1.1. Enquadramento territorial

Localizado na Região Centro (Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) II) (Figura 3.1), Carregal do Sal é um dos municípios do Distrito de Viseu que integra a Sub-região de Dão-Lafões (NUT III). Apresenta como concelhos limítrofes: Oliveira do Hospital, Tábua, Santa Comba Dão, Tondela, Nelas e Viseu, estando localizado a pouco mais de 30 Km deste último e a cerca de 60 Km de Coimbra.

Com uma área de 116,9 Km² e 9835 habitantes segundo os Censos de 2011, possui uma densidade populacional de 84,1 hab./Km².

A reorganização administrativa introduzida pela Lei n.º 11-A/2013 fez diminuir em duas o número de freguesias, passando a estar organizado da seguinte forma:

- ❖ Freguesia de Beijós- Beijós, Pardieiros, Póvoa da Pegada e Póvoa de Lisboa;
- ❖ Freguesia de Cabanas de Viriato- Cabanas de Viriato e Laceiras;
- ❖ União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral- Casal da Torre, Vila da Cal, Casal Mendo, Carregal do Sal, Papízios, Pinheiro, Póvoa da Arnosa e Sobral;
- ❖ Freguesia de Oliveira do Conde- Oliveira do Conde, Azenha-Albergaria-Alvarelhos, Fiais da Telha, Oliveirinha, Travanca de S. Tomé e Vila Meã;
- ❖ Freguesia de Parada- Parada, Póvoa das Forcadas e Póvoa de Santo António.

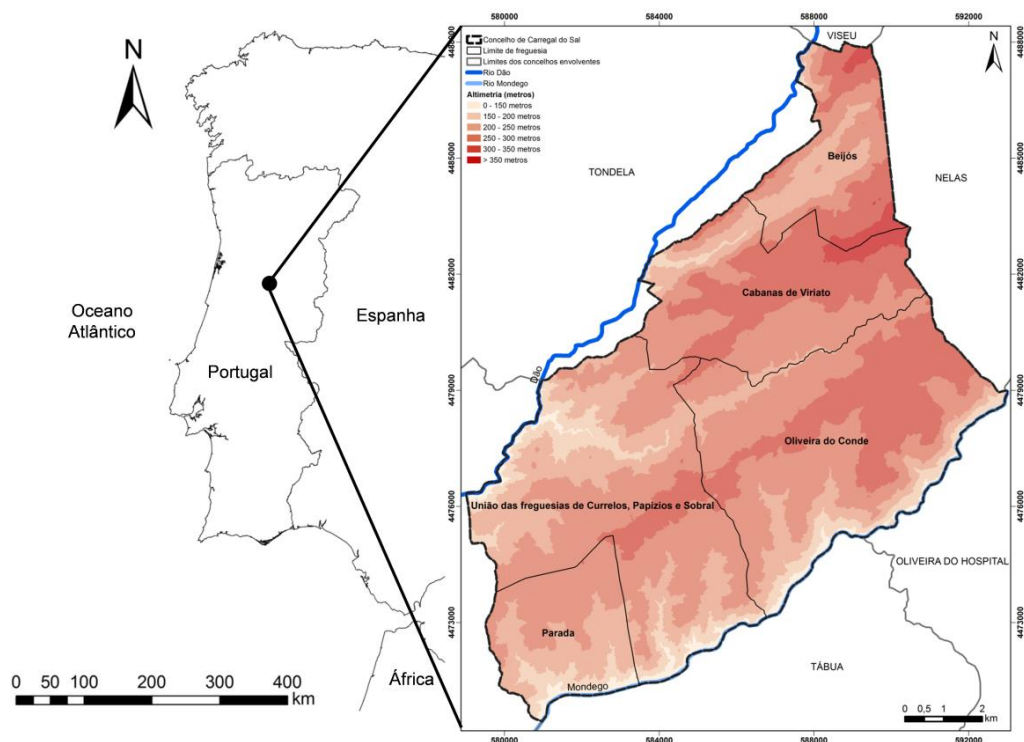


Figura 3.1 - Enquadramento geográfico do Município de Carregal do Sal.

3.1.2. Climatologia

O clima pode ser definido como uma síntese das condições meteorológicas, ou mais precisamente, como a descrição estatística das características do estado do tempo durante um certo intervalo temporal. O período clássico adotado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) é de 30 anos e os apuramentos estatísticos referentes a estes intervalos são designados por Normais Climatológicas de Referência (Atlas Climático Ibérico, s/data).

A caracterização do clima apresentada para o município de Carregal do Sal tem por base a normal climatológica de 1981-2010 (provisória) referente à estação de Viseu (Lat.: 40°40'N; Lon.: 07°54'W; Alt.: 443m). A inexistência de uma estação no município levou-nos a considerar os dados registados nessa estação, o que poderá introduzir algumas diferenças entre os valores registados na estação de Viseu e os que seriam observados no município de Carregal do Sal.

Segundo a classificação de Köppen o clima no município de Carregal do Sal é do tipo Csb- clima temperado com inverno chuvoso e verão seco e temperado. Visto que a temperatura média do mês mais frio está compreendida entre os 0 e os 18 °C (janeiro com 7,1 °C), apresenta um período marcadamente seco no verão e a temperatura média do mês mais quente é menor a 22 °C e com quatro meses ou mais com temperatura média superior a 10 °C, como se pode verificar nas figuras seguintes.

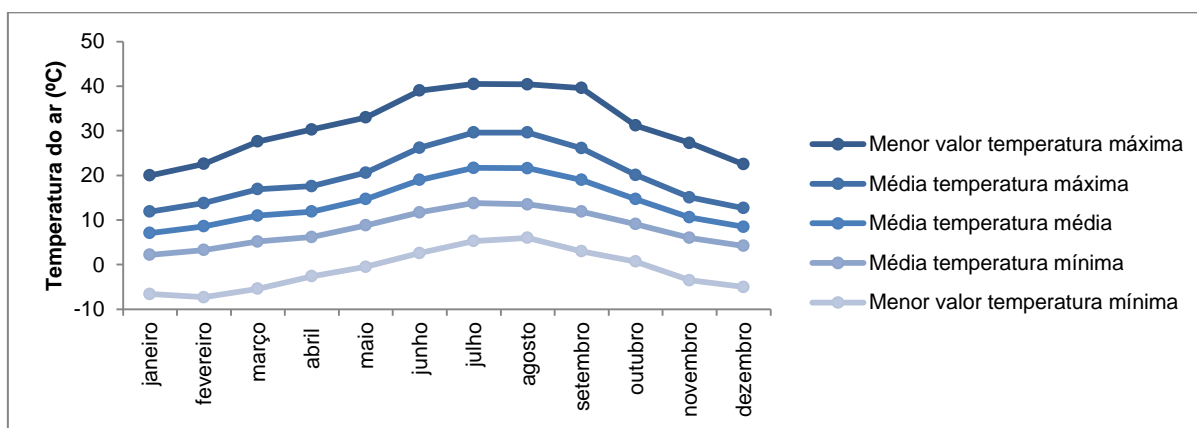


Figura 3.2 - Temperatura do ar (°C).

Fonte: IPMA, I.P. (Período de análise 1981-2010)

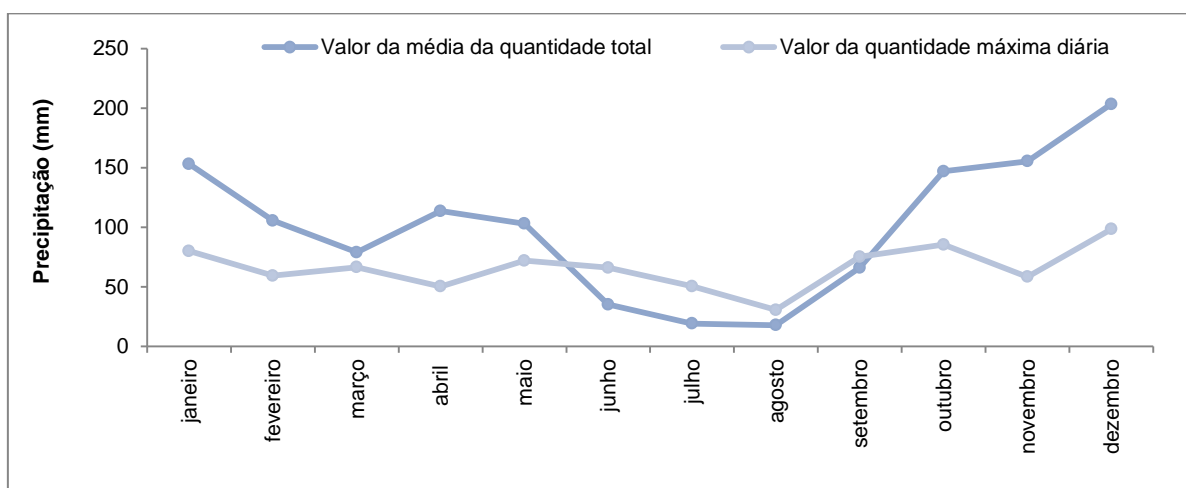


Figura 3.3 - Precipitação (mm).

Fonte: IPMA, I.P. (Período de análise 1981-2010)

3.1.3. Geomorfologia

Tendo em consideração as unidades morfológicas definidas por Orlando Ribeiro (1949) para o centro de Portugal o município de Carregal do Sal desenvolve-se na designada “plataforma inclinada da Beira Alta” assinalada com o n.º 5 da Figura 3.4. Esta plataforma corresponde a uma ampla superfície de aplanamento de origem tectónica por abatimento dos blocos levantados do Caramulo e da Cordilheira Central e entalhada pelos rios Mondego e Dão e seus afluentes.

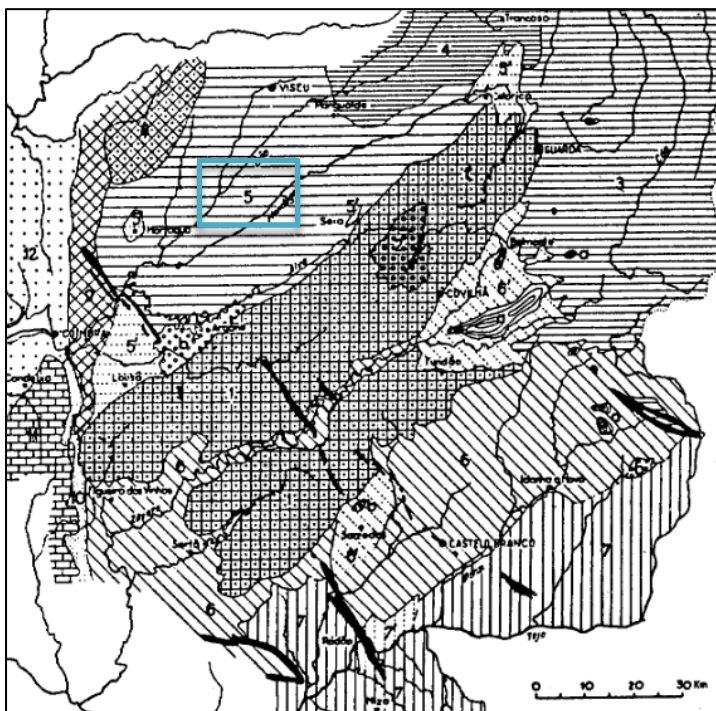


Figura 3.4 - Unidades morfológicas do centro de Portugal

Fonte: Ribeiro O. (1949)

Através de uma observação expedita à Figura 3.6, verifica-se que a região apresenta um relevo pouco acentuado, com uma cota mínima e máxima de 120m e 370m, respetivamente. É predominantemente no setor Nordeste do município que se observam as altitudes mais significativas, em contraste às baixas altitudes que acompanham principalmente o traçado do rio Mondego mas também o do rio Dão.

3.1.4. Geologia

Sob o ponto de vista geológico, no município de Carregal do Sal estão representadas as unidades do Maciço Hespérico. Este maciço é constituído essencialmente por formações precâmblicas e paleozóicas onde predominam os batólitos graníticos, xistos e quartzitos (Ferreira, 2000).

Entre as diversas zonas em que o Maciço Hespérico foi compartimentado por Julivert et al. (1974), tendo em conta a estrutura e o contexto paleogeográfico, o município de Carregal do Sal encontra-se na designada Zona Centro Ibérica (ZCI) (Ferreira, 2000).

Esta unidade paleogeográfica apresenta grande diversidade contendo regiões com diferentes graus de metamorfismo e grande abundância de granitóides hercínios relacionados com o magmatismo sin-orogénico com idades de implantação distintas (Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Centro, 2012).

As unidades geológicas aflorantes na área em estudo são essencialmente de natureza granítica, figurando esporadicamente rochas filonianas e depósitos modernos de cobertura.

Segundo a Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000 (Oliveira *et al.*, 1992), as unidades geológicas presentes na área em estudo correspondem a granitos e granodioritos porfiróides, granitos monzoníticos porfiróides, granitos moscovíticos-biotíticos, rochas filonianas de quartzo e quartzo carbonatado e depósitos de Arcoses de Coja (ver Figura 3.5).

Segundo Silva (1995) na região de Carregal do Sal os granitos aflorantes foram distinguidos tendo em conta as suas características. Assim os granitos e granodioritos porfiróides são classificados por Silva (1995), por monzogranito biotítico de grão muito grosseiro a grosseiro, porfiróide. A sua particularidade reside nos grandes e abundantes fenocristais de andesina-oligoclase e de microclina. É um granito peraluminoso potássico classificado quimicamente como mesocrata. É possível distinguir neste granito cristais equidimensionais de cordierite magmática, por vezes formando aglomerados. Segundo a mesma autora os granitos monzoníticos porfiróides correspondem a um monzogranito biotítico- moscovítico de grão médio a grosseiro, porfiróide de composição heterogénea com fenocristais de microclima pertítica. Finalmente para Silva (1995) os granitos moscovíticos-biotíticos são classificados como um monzogranito moscovítico-biotítico de grão fino a médio com textura hipidiomórfica a xenomórfica granular, sendo quimicamente classificado de leucogranito alcalino.

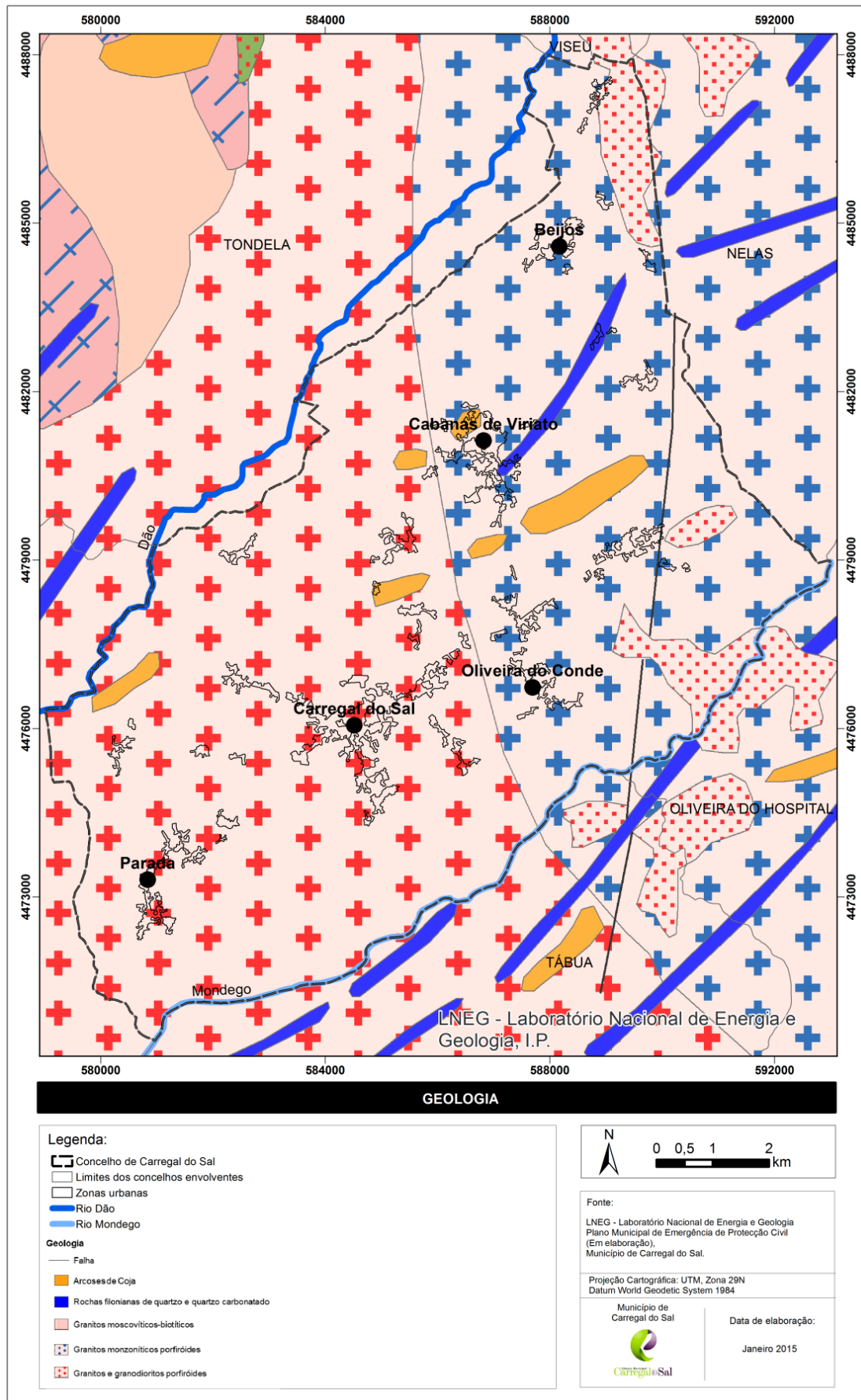


Figura 3.5- Cartograma da geologia no município de Carregal do Sal

3.1.5. Hidrografia e hidrogeologia

A rede hidrográfica do município (ver Figura 3.6) insere-se na bacia hidrográfica do Rio Mondego e do seu afluente direito, o Rio Dão. As direções principais da rede são NE-SW, fruto dos rejogos tectónicos e paralelos entre si, como representados pelo traçado do Rio Dão e do Rio Mondego, os quais constituem-se elementos estruturantes do território, limitando administrativamente o município a norte e a sul, respetivamente.

O paralelismo entre a distribuição e características dos recursos hídricos subterrâneos e as unidades geológicas de Portugal Continental são incontestáveis. Assim no que concerne à hidrogeologia o município de Carregal do Sal localiza-se no Maciço Antigo, unidade constituída essencialmente por rochas eruptivas e metassedimentares (granitóides, xistos, grauvaques e quartzitos). Estas rochas apresentam características hidrogeológicas semelhantes, nomeadamente a baixa aptidão aquífera e o modo de circulação da água subterrânea, que se realiza predominantemente através das descontinuidades- planos de fratura e xistosidade e ainda pelos poros intergranulares em zonas de alteração significativa (ARH do Centro, 2012).

Segundo o Atlas do Ambiente, nesta região o grau de produtividade média das formações aquíferas subterrâneas é de 50 m³/km²dia. O baixo grau de produtividade reflete a litologia de diminuta permeabilidade ocorrendo preferencialmente, o escoamento superficial (Atlas do Ambiente, 1984).

Todavia estas características limitam a vulnerabilidade à poluição dos aquíferos. De acordo com o estudo realizado no âmbito do Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Mondego, Vouga e Lis, o município apresenta um índice de susceptibilidade à poluição predominantemente “baixo” e “médio a baixo” e pontualmente “médio”.

Ainda no âmbito do PBH do Mondego, Vouga e Lis as unidades hidrogeológicas ali representadas foram alvo de particular atenção. O estudo realizado permitiu aferir que os furos são menos produtivos que os poços, poços com drenos horizontes e minas por estes captarem a água na zona superficial onde a alteração e a fracturação são intensas, e por isso em meio de porosidade dupla (Almeida *et al.*, 2000).

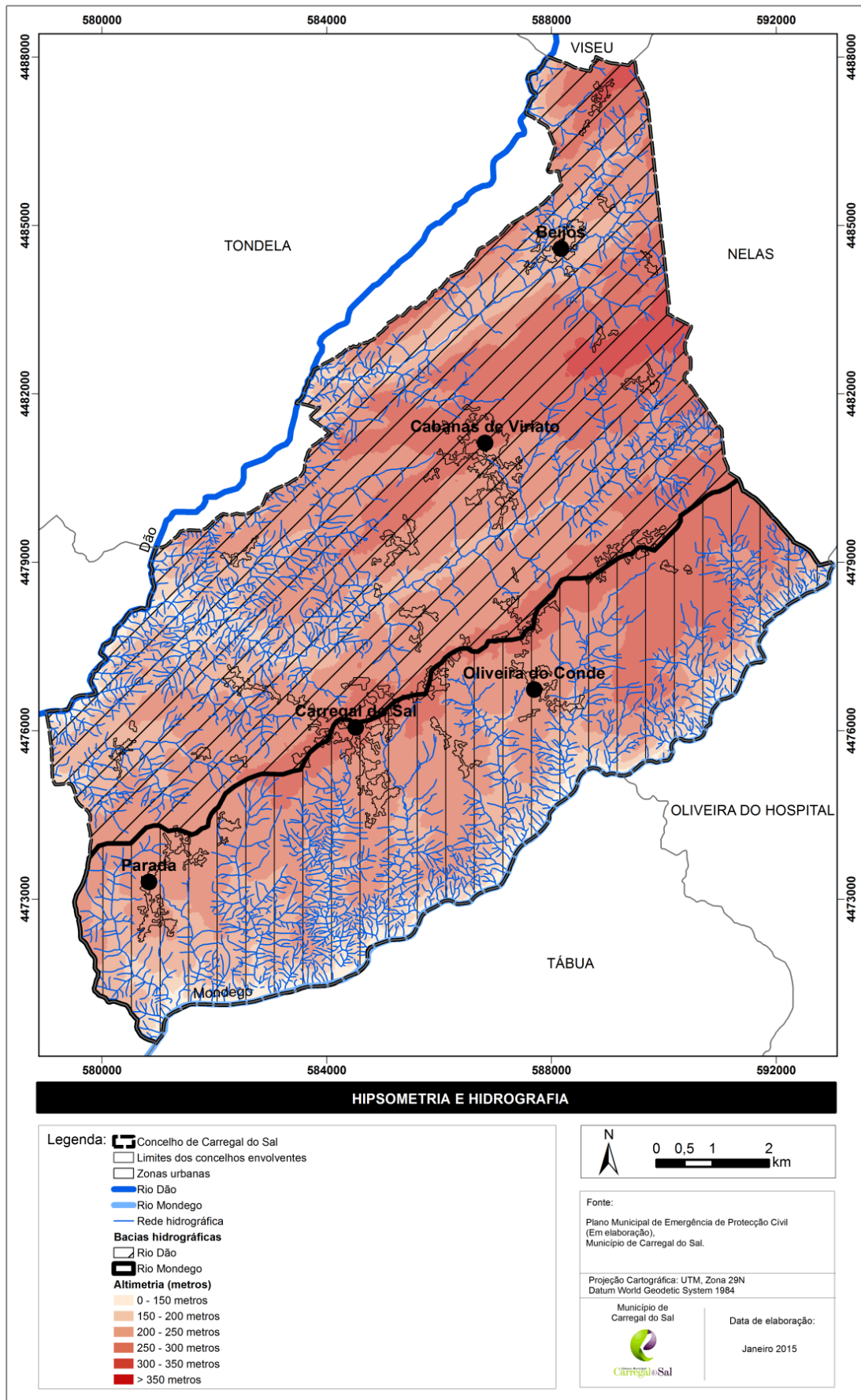


Figura 3.6- Cartograma da hidrografia no município de Carregal do Sal

3.1.6. Tipologia dos solos

Para a avaliação do solo que constitui o território em estudo recorreu-se à informação cartográfica do “Atlas do Ambiente” à escala 1:1 000 000, nomeadamente a Carta de Solos, a Carta de Capacidade de Uso do Solo e a Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos e respetiva notícia explicativa.

No que concerne ao tipo de solo o município de Carregal do Sal apresenta-se homogéneo, todo o território é constituído por cambissolos húmicos associados a cambissolos dístricos (rochas eruptivas).

Os cambissolos caracterizam-se por serem solos pouco desenvolvidos, com baixas quantidades de argila, matéria orgânica e compostos de alumínio e/ou ferro. Estes solos apresentam grande potencial agrícola que diminui com a acidez dos mesmos (IUSS *Working Group WRB*, 2007).

Tendo em conta as classes de pH estabelecidas para Portugal Continental, os solos do município são assinalados como muitos ácidos com um pH compreendido entre os 4,6 e 5,5, o que normalmente indicia elevados teores de alumínio de troca (Freitas, 1984).

Relativamente à capacidade de uso do solo conforme se constata no quadro seguinte (3.1) e na Figura 3.7 o município é constituído por solos que revelam uma aptidão essencialmente agrícola (51,5%), apesar do solo com aptidão florestal também ser significativo (30,8%).

Classe	Utilização/Caracterização	Área (ha)	Área (%)
Classe A	Agrícola- zonas de relevo plano a suavemente ondulado, de solos profundos com grande fundo de fertilidade que permitem suportar, sem se degradarem culturas de tipo intensivo	5100,37	43,7
Classe C	Agrícola Condicionada- zonas com características semelhantes às zonas de utilização agrícola mas com algum fator limitante, nomeadamente a má drenagem, pequena espessura efectiva, falta de sistematização do terreno. Mas que poderão ser alvo de correcção através de um pequeno investimento.	916,89	7,8
Classe F	Não Agrícola (Florestal)- zonas de relevo acentuado, com elevados riscos de erosão, de solos delgados ou esqueléticos com pouca fertilidade e fraca capacidade produtiva.	3598,26	30,8
Classe A+F	Complexos	266,41	2,3
Classe C+F	Complexos	1799,86	15,4

Quadro 3.1 - Capacidade de uso do solo no Município de Carregal do Sal

Fonte: Atlas do Ambiente

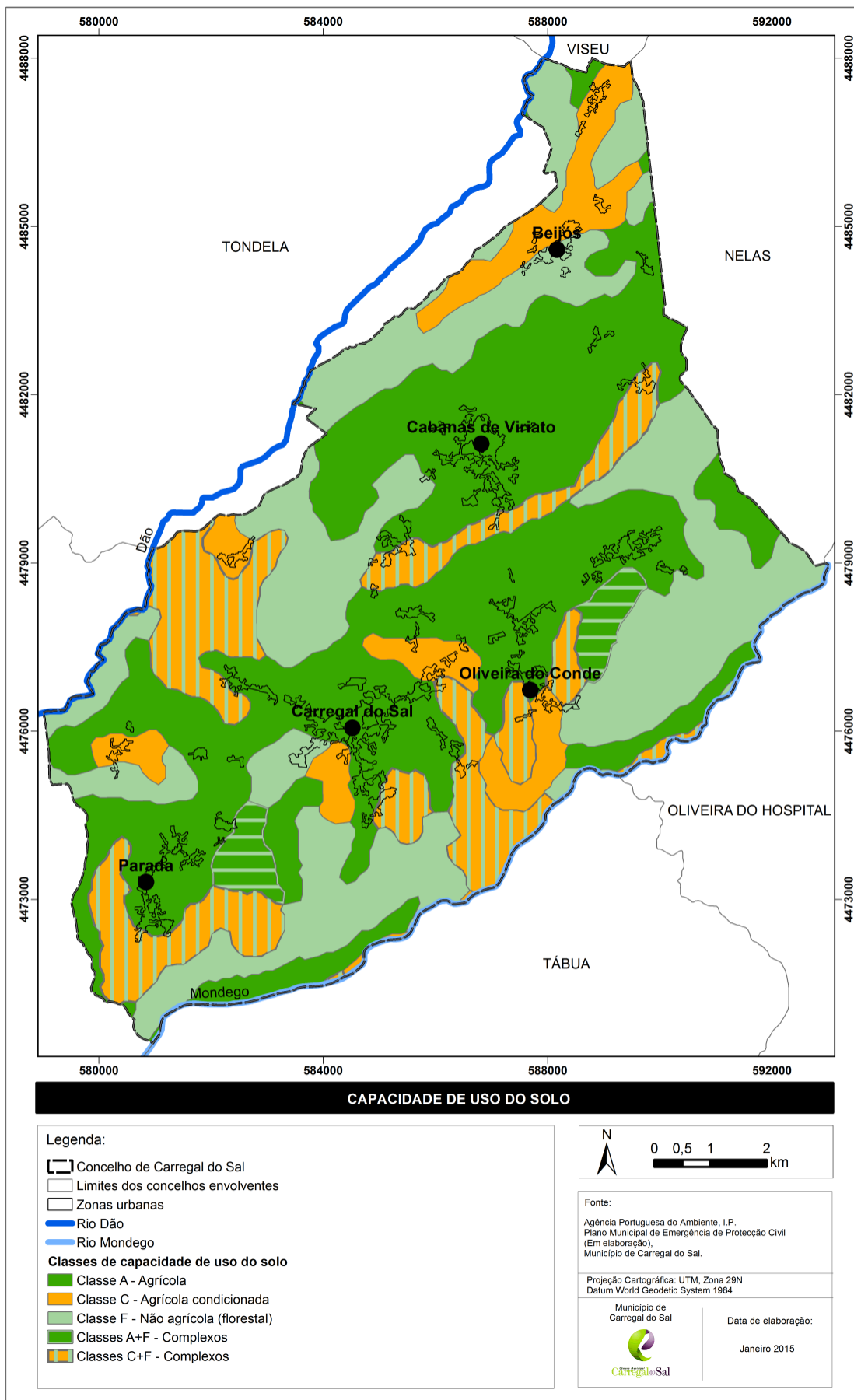


Figura 3.7- Cartograma da capacidade de uso do solo no município de Carregal do Sal

3.1.7. Uso e Ocupação do Solo

Através do levantamento da ocupação/uso do solo à escala nacional, realizado no âmbito do projeto comunitário *Corine Land Cover 2007*, foi possível verificar qual a distribuição (ver Figura 3.8) das classes de uso do solo no Município de Carregal do Sal (Quadro 3.2).

Classes de uso (Nível II)		Área (ha)	Área (%)
Territórios Artificializados	Tecido Urbano	492,58	4,21
	Indústria, comércio e transportes	164,11	1,40
	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	14,35	0,12
	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas	8,71	0,07
	Total	679,75	5,8
Áreas Agrícolas e Agroflorestais	Culturas temporárias	252,07	2,16
	Culturas permanentes	257,33	2,20
	Áreas agrícolas heterogéneas	2466,94	21,10
	Florestas	4616,05	39,49
	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	3314,00	28,35
	Zonas descobertas e com pouca vegetação	13,19	0,11
Total	10919,58	93,41	
Corpos de Água	Águas interiores	90,03	0,77
	Total	90,03	0,77

Quadro 3.2 - Uso/ocupação do solo no Município de Carregal do Sal.

Fonte: IGP (2007)

A análise do quadro anterior evidencia a preponderância da ocupação por parte da classe das áreas agrícolas e agroflorestais totalizando 93,41% da área do município de Carregal do Sal, sendo que dentro desta são as florestas e as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea que se destacam. Enquanto a floresta se encontra disseminada em todo o território, as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea localiza-se maioritariamente no setor SE acompanhando o traçado do rio Mondego.

Os territórios artificializados no concelho representam apenas 5,8% da sua área. Ficando assim comprovada a ruralidade e o potencial dos recursos naturais no território.

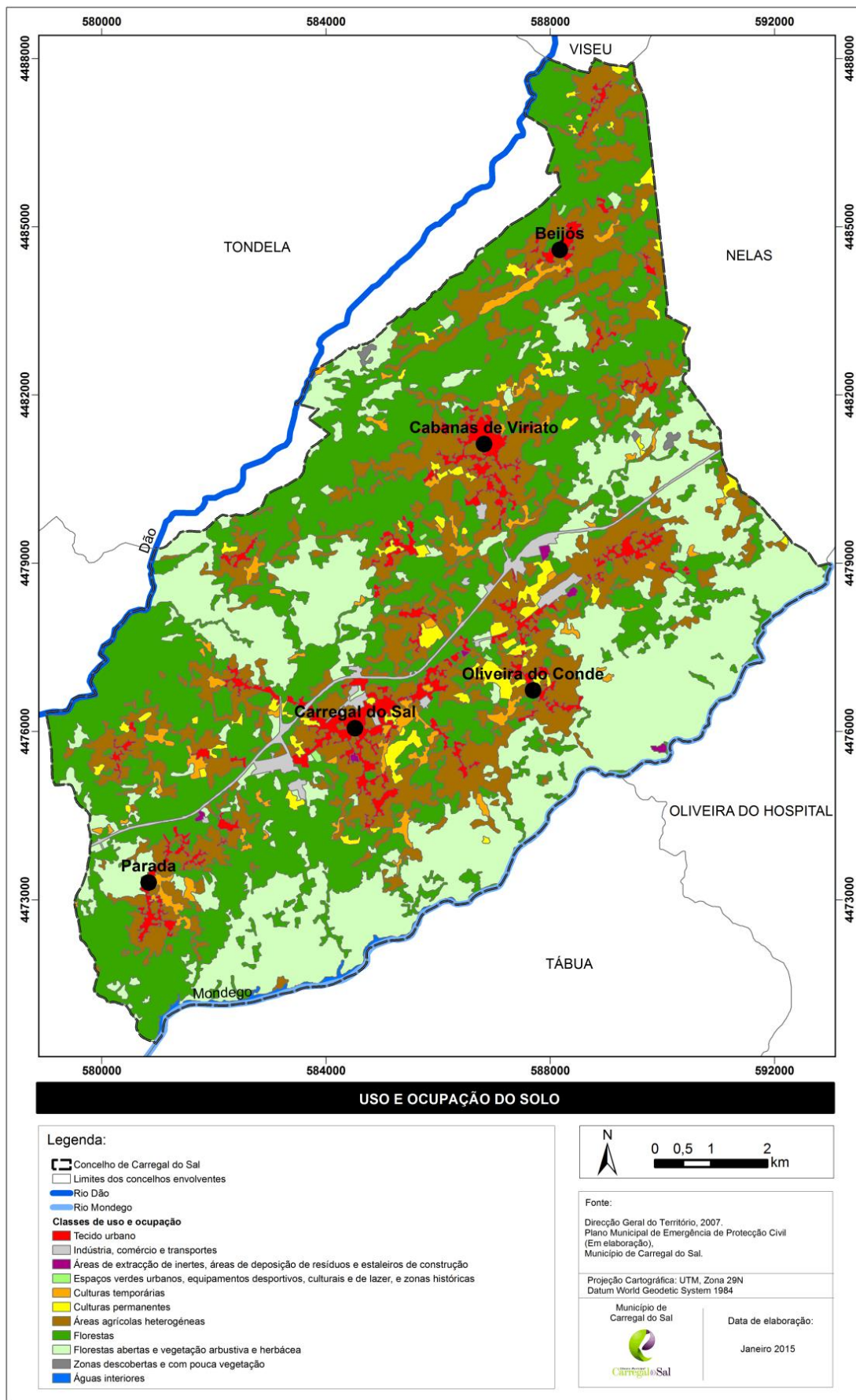


Figura 3.8- Cartograma do uso e ocupação do solo no município de Carregal do Sal.

3.1.8. Valores naturais

Em virtude do seu valor natural o concelho em estudo encontra-se integrado na Rede Natura 2000, com o Sítio de Importância Comunitária (SIC) de Carregal do Sal. Classificação obtida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto.

O SIC apresenta uma área total de 9554 ha, repartida por quatro concelhos, Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Seia e Tábua (Quadro 3.3).

Concelho	Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho
Carregal do Sal	1476	13	15
Oliveira do Hospital	6576	28	69
Seia	1125	3	12
Tábua	377	2	4

Quadro 3.3 - Concelhos abrangidos pelo SIC de Carregal do Sal.

Fonte: Plano Setorial da Rede Natura 2000.

A conjugação dos solos mais degradados ou incipientes resultantes da vegetação arbustiva (*Cytisus multiflorus*) que suportam, com os afloramentos graníticos existentes constituem o habitat preferencial do *Narcissus scaberulus*. Este endemismo lusitano de ocorrência exclusiva neste Sítio, foi a espécie determinante para a criação desta área classificada (Plano Setorial da Rede Natura (PSRN) 2000). O conjunto das orientações de gestão contempla ainda outros valores naturais existentes na área (ver Anexo 3), de forma a assegurar a conservação e manutenção da biodiversidade existente.

No município de Carregal do Sal encontram-se ainda classificadas três Árvores de Interesse Público- Monumento Vivo: um pinheiro- manso, um medronheiro e uma cameleira.

Esta classificação atribui ao arvoredo um estatuto similar ao do património construído classificado, já que estes constituem um património de elevadíssimo valor ecológico, paisagístico, cultural e histórico (<http://www.icnf.pt/portal/florestas/aip/mon-viv>).

No âmbito do PROF Dão Lafões foram ainda reconhecidos no município de Carregal do Sal dois corredores ecológicos, faixas que promovem a ligação entre áreas florestais disseminadas promovendo a troca genética, fundamental para a conservação da biodiversidade, localizados ao longo dos cursos dos rios Mondego e Dão.

O território municipal integra ainda zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN) que visam a conservação do património natural e do uso específico do solo.

Na Figura 3.9 é possível visualizar a delimitação destas zonas e verificar que tanto as áreas de REN como de RAN se encontram dispersas por todo o território. Contudo a REN afeta áreas mais amplas, nomeadamente ao longo do rio Mondego, enquanto a RAN restringe-se a áreas menores e nas proximidades dos aglomerados urbanos.

No que concerne a ocorrências naturais (ver Figura 3.10) estão reconhecidos como recursos geológicos alguns jazigos de urânio cujos direitos mineiros pertencem à Empresa Nacional de Urânio e parte da concessão hidrotermal das Caldas de São Gemil, cujo titular é a Câmara Municipal de Tondela. Neste contexto importa ainda referir o requerimento entregue na Direção-Geral de Energia e Geologia em junho de 2014 por uma empresa privada, para a exploração de depósitos minerais de quartzo e feldspato na freguesia de Beijós.

Consequência da sua localização geográfica, o município de Carregal do Sal insere-se na área de produção de alguns produtos endógenos de denominação de Origem Protegida (DOP), de Indicação Geográfica Protegida (IGP) e de Denominação de Origem Controlada (DOC), designadamente: o queijo Serra da Estrela; o requeijão Serra da Estrela; o borrego Serra da Estrela; a maçã bravo de Esmolfe; a maçã da Beira Alta e o vinho do Dão.

Tendo em conta o estudo que definiu as Regiões de Proveniência para as espécies florestais em Portugal Continental o município integra estas zonas delimitadas devido a algumas espécies. Com o intuito em dinamizar uma ajustada gestão do património florestal municipal a par da viabilidade económica a aposta do executivo recaiu no incentivo à plantação de uma das espécies identificadas, o pinheiro manso (*Pinus pinea L.*).

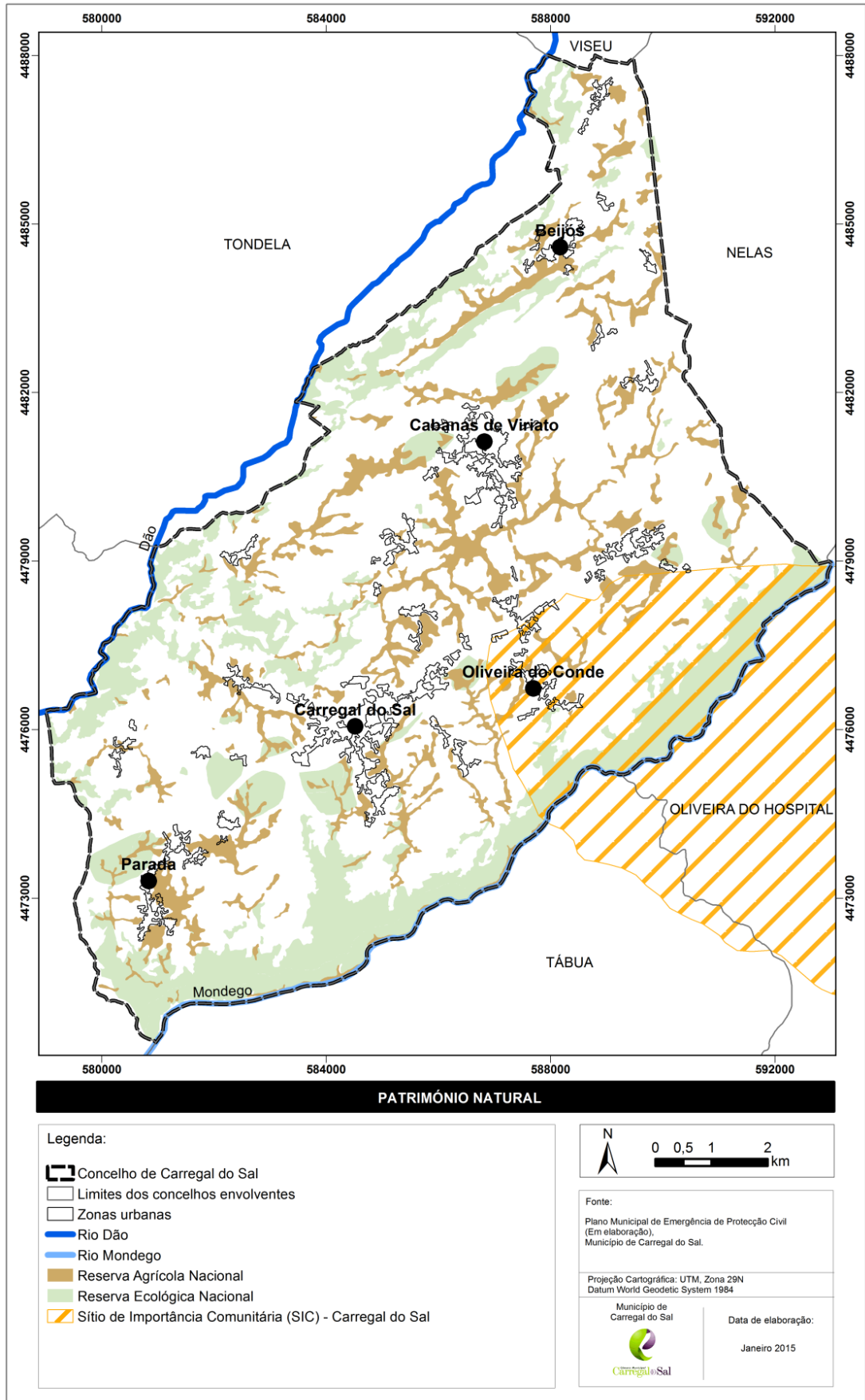


Figura 3.9- Cartograma do património natural no município de Carregal do Sal.

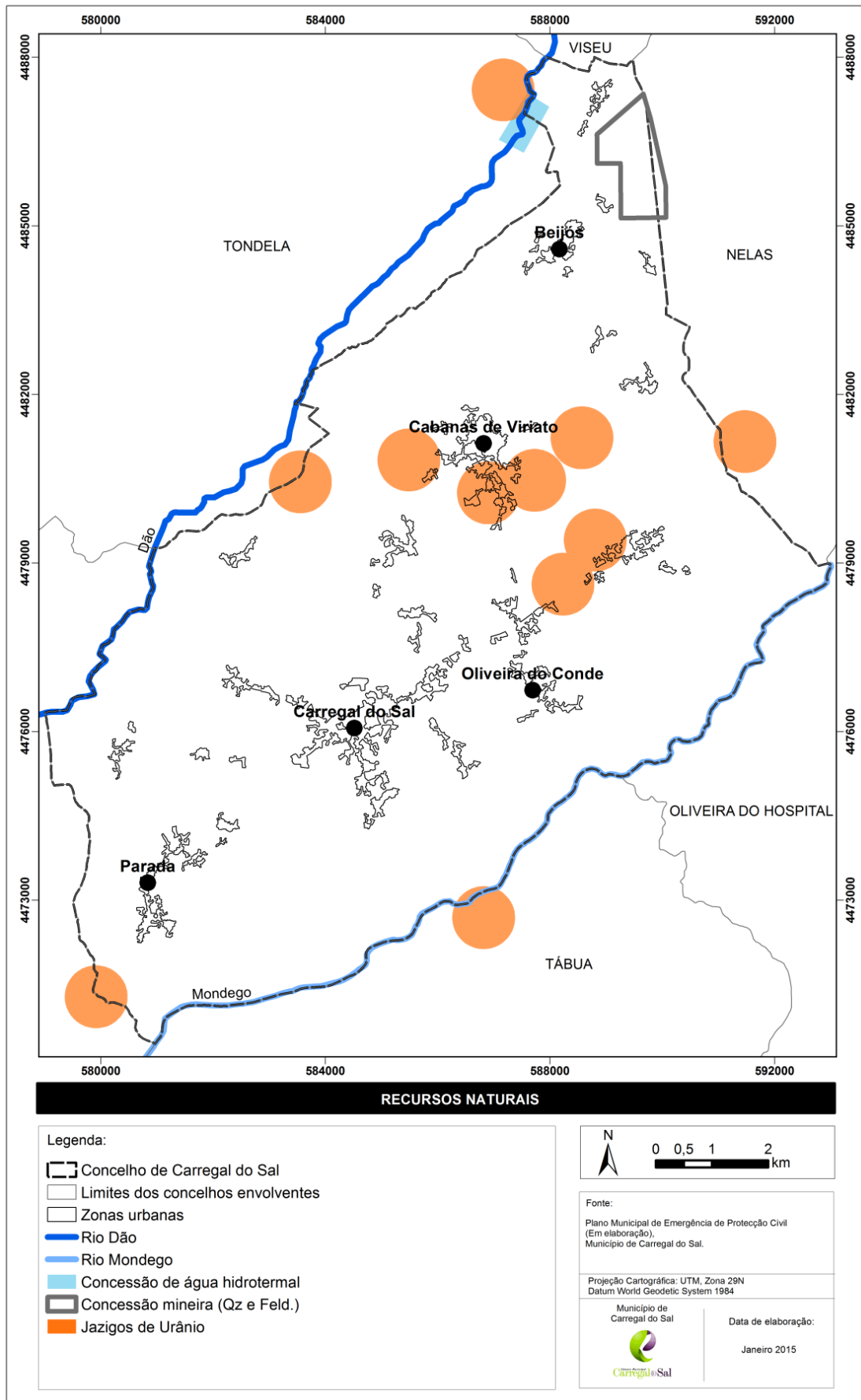


Figura 3.10- Cartograma dos recursos naturais no município de Carregal do Sal.

3.1.9. Qualidade do ar

A Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito do sistema de monitorização de qualidade do ar em Portugal, desenvolveu uma base de dados a QualAr permitindo desta forma a consulta por qualquer utilizador via internet, da informação compilada por esta rede de estações fixas de medição.

A unidade funcional de avaliação e gestão da qualidade do ar onde o município de Carregal do Sal se insere é a zona da região centro interior. Nesta unidade encontram-se duas estações de monitorização, uma no concelho de Vouzela e outra no Fundão. De forma a caracterizar-se a qualidade do ar no município em estudo utilizaram-se os dados registados pela estação de Vouzela na freguesia de Fornelo do Monte.

Esta estação com características rurais de fundo encontra-se em funcionamento desde 2005, fazendo medições diárias e de hora a hora dos valores do monóxido de azoto, dióxido de enxofre, partículas <10 µm, dióxido de azoto, ozono e óxidos de azoto.

No quadro seguinte (3.4) apresentam-se os valores anuais médios dos poluentes, calculados a partir dos registos de base horária na estação de Fornelos do Monte. A confrontação desses valores com o Índice de Qualidade do Ar (IQar) definido para os anos estudados (2005 a 2013) permitiu aferir que o IQar é bom. A atribuição desta classificação deve-se apenas à quantidade de Ozono medida, já que os restantes poluentes se encontram na classe de muito bom, importa ainda referir que para esta estação não são registados os valores do monóxido de carbono impossibilitando a avaliação deste poluente.

	Dióxido de Enxofre µg/m ³	Partículas < 10 µm µg/m ³	Dióxido de Azoto µg/m ³	Monóxido de Azoto µg/m ³	Ozono µg/m ³	Óxidos de Azoto µg/m ³
2005	2,0	8,8	3,2	sem dados	92,8	sem dados
2006	2,0	10,7	2,9	0,1	81,4	3,0
2007	2,3	9,5	2,7	0,1	80,2	2,9
2008	1,7	10,5	1,9	0,1	73,7	2,0
2009	1,9	12,5	3,5	0,7	76,5	4,7
2010	2,1	15,0	5,9	1,0	80,9	7,5
2011	2,9	15,1	3,9	0,5	64,1	4,6
2012	2,3	12,6	1,5	0,3	70,8	1,9
2013	2,7	13,6	2,5	0,9	77,6	3,8

Quadro 3.4 - Valores anuais médios (base horária) registados na estação de Fornelo do Monte- Vouzela.

Fonte: APA- QualAr.

3.1.10. Ruído

A exposição ao ruído pode ter consequências ao nível da saúde e conforto humano, na estabilidade das comunidades animais, no valor económico do espaço e na perturbação de atividades que ocorram na envolvente da fonte de perturbação, pelo que se apresenta importante a identificação das fontes de ruído e respetiva quantificação (Partidário, 1999).

O mapa do ruído do município de Carregal do Sal foi revisto em 2008, de forma a se apresentar em conformidade com o atual Regulamento Geral de Ruído (RGR – Dec. Lei 9/2007). Segundo este mesmo regulamento compete ao município classificar as zonas como sensíveis ou mistas consoante o tipo de ocupação existente ou prevista. O Plano Diretor Municipal (PDM) de Carregal do Sal não define as zonas sensíveis e mistas, no entanto o Plano de Urbanização (PU) de Carregal do Sal apresenta essa classificação na sua área de intervenção.

Na elaboração do mapa do ruído foram consideradas três tipos de fonte sonora para o município de Carregal do Sal: o tráfego rodoviário, o ferroviário e as indústrias (fontes fixas).

No relatório do mapa de ruído encontram-se as seguintes conclusões:

- ❖ O Itinerário Complementar (IC) 12 e a Estrada Nacional (EN) 234 são as principais vias do concelho, correspondendo aos eixos rodoviários onde os valores de ruído são mais elevados;
- ❖ É possível identificar ainda outros fatores de incomodidade sonora com algum significado: o ruído gerado pelo tráfego ferroviário, o ruído gerado pelas estradas secundárias mais movimentadas e o ruído gerado pelas indústrias (apresentados por ordem decrescente de importância- critério baseado na estimativa do nº de pessoas afetadas por Km²);
- ❖ A via ferroviária não introduz um acréscimo significativo dos níveis sonoros na envolvente;
- ❖ Na proximidade das indústrias verifica-se o contributo da sua laboração no indicador diurno-entardecer-nocturno (L_{den}) embora pouco significativo, com níveis de ruído entre os 55 dB(A) e os 60 dB(A), ou seja dentro dos limites definidos para as zonas sensíveis e mistas. Para o indicador nocturno (L_n) não se atesta qualquer influência nos níveis sonoros registados.
- ❖ O afastamento às fontes de ruído enunciadas anteriormente, permite de um modo geral o usufruto de níveis sonoros enquadrados nos limites para as zonas sensíveis, em ambos os períodos de referência.

Tendo em conta que já se passaram seis anos desde a elaboração do mapa do ruído e que desde então ocorreram algumas alterações, nomeadamente na dinâmica de

circulação do tráfego e ocupação do solo, este mapa poderá não representar de forma fidedigna os níveis atuais do ambiente sonoro. Importa ainda frisar que a cartografia que serviu de base à elaboração do mapa do ruído reporta-se ao ano de 1992, tendo sido atualizada no ano de 1997, embora não homologada.

3.1.11. Gestão dos resíduos sólidos urbanos

Segundo o regime jurídico em vigor (Decreto-Lei n.º 239/97 de 9 de setembro) entende-se por gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) as operações de recolha, transporte, armazenamento, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, incluindo a monitorização dos locais de descarga após o encerramento das respetivas instalações, bem como o planeamento dessas operações. As sucessivas revisões aos diplomas vieram reforçar o princípio da responsabilidade do produtor pelos resíduos que produza, incutindo nos municípios ou nas associações de municípios o comprometimento com a gestão dos RSU.

Neste pressuposto em 1991 é constituída a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) com o *“objeto imediato da transformação industrial e comercial de resíduos sólidos (e eventualmente a recolha de lixos da via pública), provenientes das áreas dos municípios associados, cabendo-lhe igualmente a realização, por administração direta ou empreitada, das obras necessárias à instalação dos serviços, sua ampliação ou conservação, aquisição e manutenção do respetivo equipamento e demais bens, necessários à prossecução das suas contribuições”*, tendo sido prorrogada a sua intervenção ao setor do saneamento básico (águas e esgotos) (Estatutos da AMRPB).

Em 1996 é estabelecida a Ecobeirão- Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão E.I.M., S.A., com o objetivo de desenvolver as *“atividades de conceção, construção e gestão de estações de tratamento de resíduos sólidos, líquidos e atividades conexas, bem como, a gestão e concessão de exploração da Central de Valorização Orgânica e de Biogás produzido no Aterro Sanitário da AMRPB”* (Estatutos da Ecobeirão). Esta é uma sociedade de capitais mistos, em que 80% é detido pelo setor público (AMRBP com 72% e 8% repartidos por um grupo de quatro municípios constituído por Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, com 2% de participação cada um) e 20% pertence à CESPA, empresa privada que presta serviços nesta área desde 1997.

A CESPA será a empresa responsável, até 2020, pelo serviço de recolha (indiferenciada e seletiva) dos resíduos e respetivo transporte até ao destino final. Até ao ano de 2012 o destino final dos resíduos indiferenciados era o aterro, a partir dessa data iniciou-se a triagem mecânica onde são separadas algumas embalagens de plástico e

metal, evitando a deposição em aterro. Esta separação permitiu até ao final de 2014 a valorização material de 5.560,500 kg de resíduos o que representa 1,6% do total de RSU indiferenciados recolhidos, como podemos verificar no quadro seguinte.

Ano	Filme	PET	PEAD	P. mistos	Aço	Total (kg)	Total (%)
2012	210.000	96.300	61.000	21.200	212.500	601.000	0,5
2013	1.177.700	440.500	294.700	455.200	898.800	3.266.900	2,9
2014	81.400	395.300	197.100	374.700	644.100	1.692.600	1,4
Total	1.469.100	932.100	552.800	851.100	1.755.400	5.560.500	1,6

Quadro 3.5 - RSU indiferenciados com valorização material por tratamento mecânico.

Fonte: AMRPB.

Atualmente a AMRPB é formada por 19 municípios dos distritos de Coimbra, Guarda e Viseu, abrangendo uma área geográfica com cerca de 4.660,00 Km² e servindo uma população total de 348914 habitantes (Censos 2011).

No ano de 2011 esta população foi responsável pela produção de 127 038,425 toneladas de RSU indiferenciados, representando uma produção *per capita* de 1 kg/hab/dia, ligeiramente inferior à média Nacional que rondava os 1,3 kg/hab/dia.

Na figura seguinte (3.11) encontra-se representada a produção *per capita* de RSU indiferenciados em 2011 nos municípios que integram a AMRPB. A sua análise permite verificar que 47,3% dos municípios apresentaram uma produção *per capita* superior à da AMRPB para igual período. Deste grupo faz parte Carregal do Sal afigurando-se como o segundo município com maior produção de resíduos, com 1,12 kg/hab/dia.

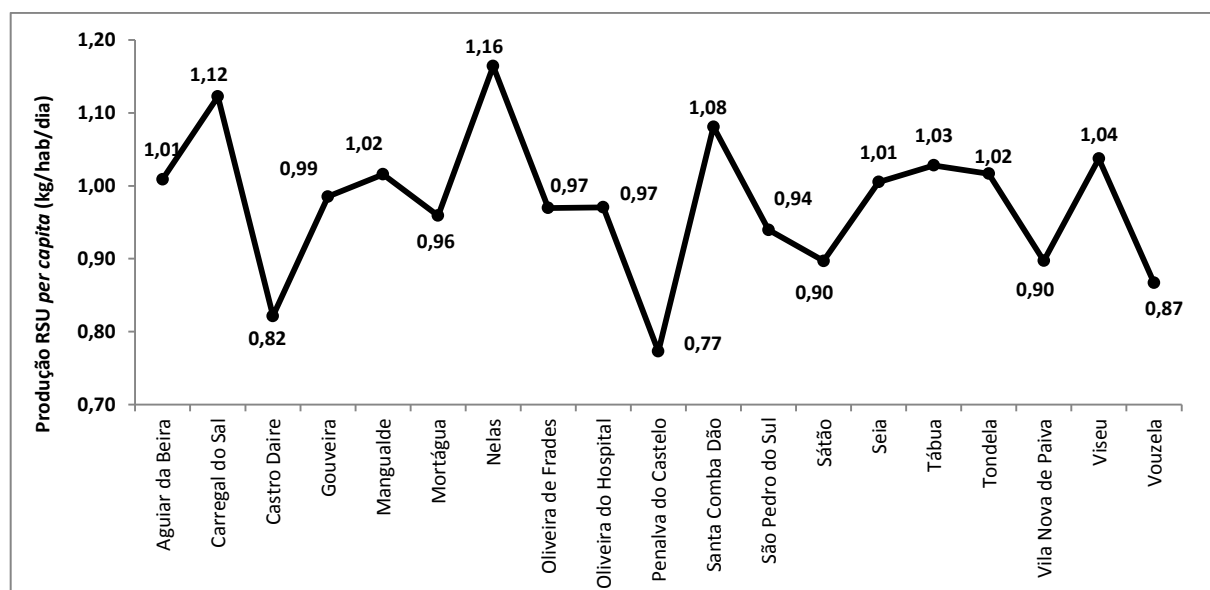


Figura 3.11 - Produção de RSU indiferenciados *per capita* (kg/hab/dia) nos municípios da AMRPB em 2011.

Fonte: Cálculos a partir de dados da AMRPB.

A figura seguinte (3.12) representa as taxas de variação dos RSU recolhidos no município de Carregal do Sal e na AMRPB (total dos 19 municípios) para o período entre 2000 e 2014. A sua análise permite verificar que as variações no município de Carregal do Sal são normalmente mais expressivas que as da AMRPB.

A análise conjunta da figura 3.12 e 3.13 permite correlacionar as taxas de variação calculadas para o município de Carregal do Sal com a evolução da quantidade de RSU recolhidos no município.

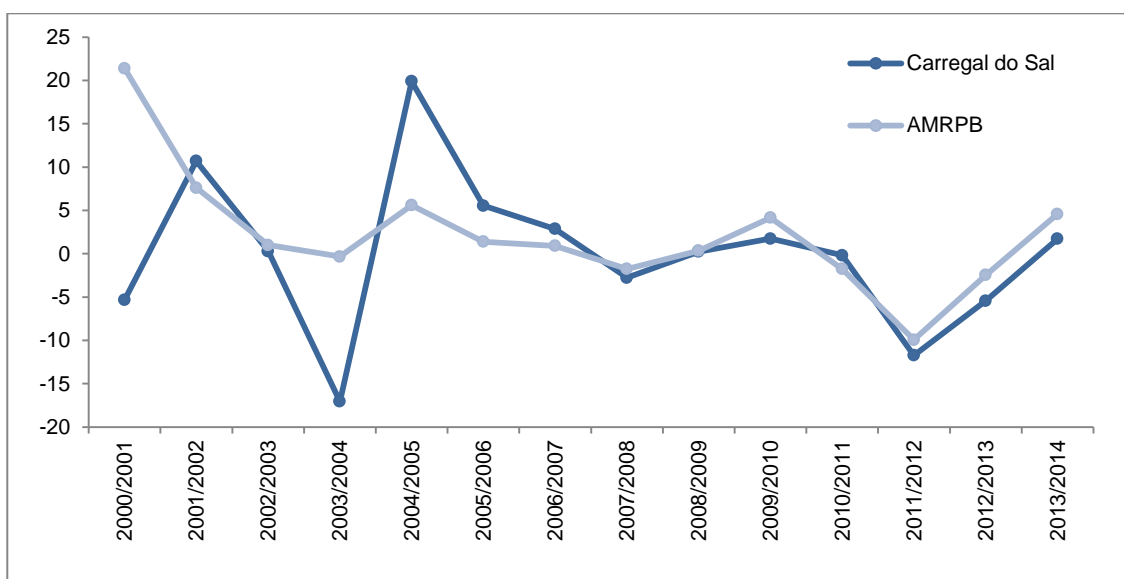


Figura 3.12 - Representação da taxa de variação dos RSU recolhidos para o município de Carregal do Sal e AMRPB para o período entre 2000 e 2014.

Fonte: Cálculos a partir de dados da AMRPB.

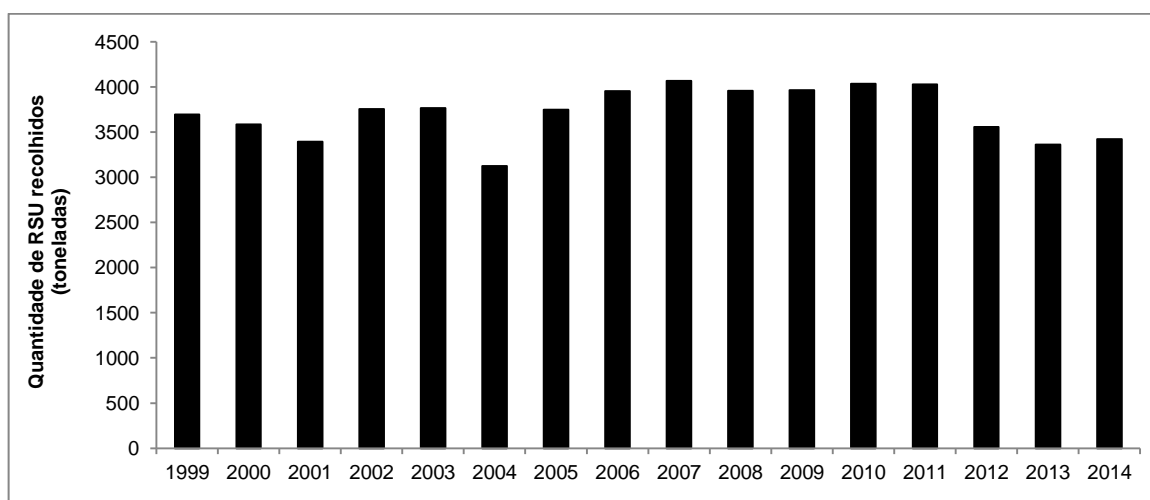


Figura 3.13 - Evolução dos RSU recolhidos (em toneladas) no município de Carregal do Sal.

Fonte: Cálculos a partir de dados da AMRPB.

No que concerne à natureza dos RSU indiferenciados produzidos pela AMRPB estima-se que 60% do total dos resíduos sejam de natureza orgânica, fruto do contexto rural onde a associação se insere (CESPA, 2012).

Ao nível dos resíduos valorizáveis na figura seguinte (3.14) apresenta-se a evolução da deposição seletiva nos ecopontos dos municípios da AMRPB. De 2003 a 2010 identifica-se uma crescente sensibilização para a deposição seletiva de resíduos. Após o ano de 2010 assiste-se à inversão desta tendência com uma diminuição gradual dos resíduos depositados nos ecopontos, verificando-se em 2014 um tímido acréscimo que poderá indiciar uma nova inversão.

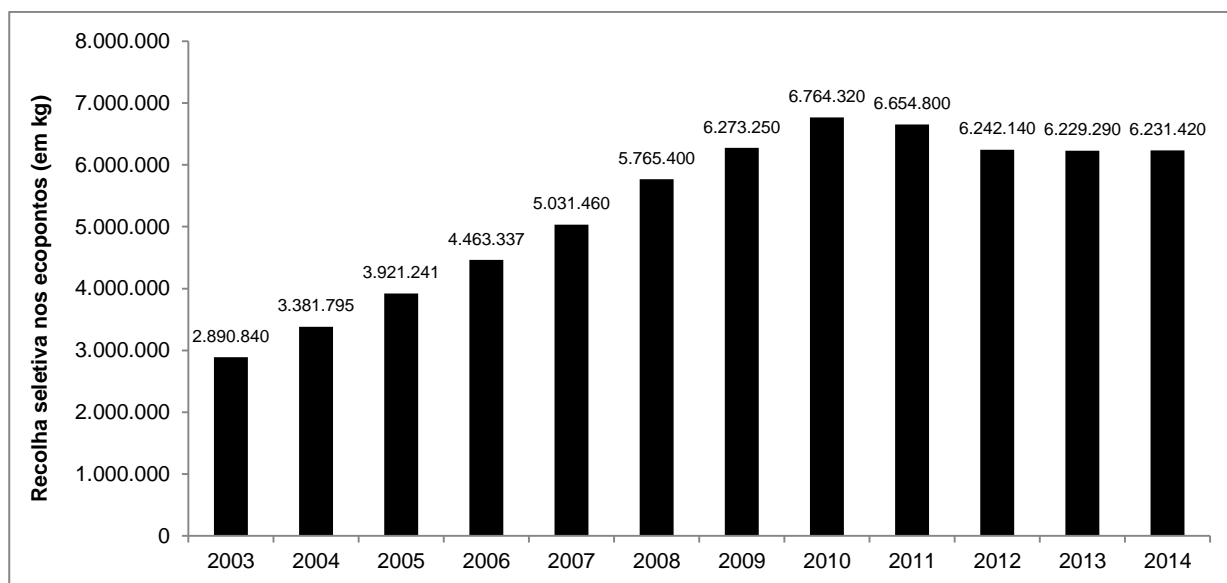


Figura 3.14 - Evolução da recolha seletiva nos ecopontos nos municípios da AMRPB em kg.

Fonte: AMRPB.

Quando analisada a separação *per capita* dos recicláveis em 2011 (ver Figura 3.15), verifica-se que o município de Carregal do Sal regista um valor inferior ao da AMRPB à exceção do vidro.

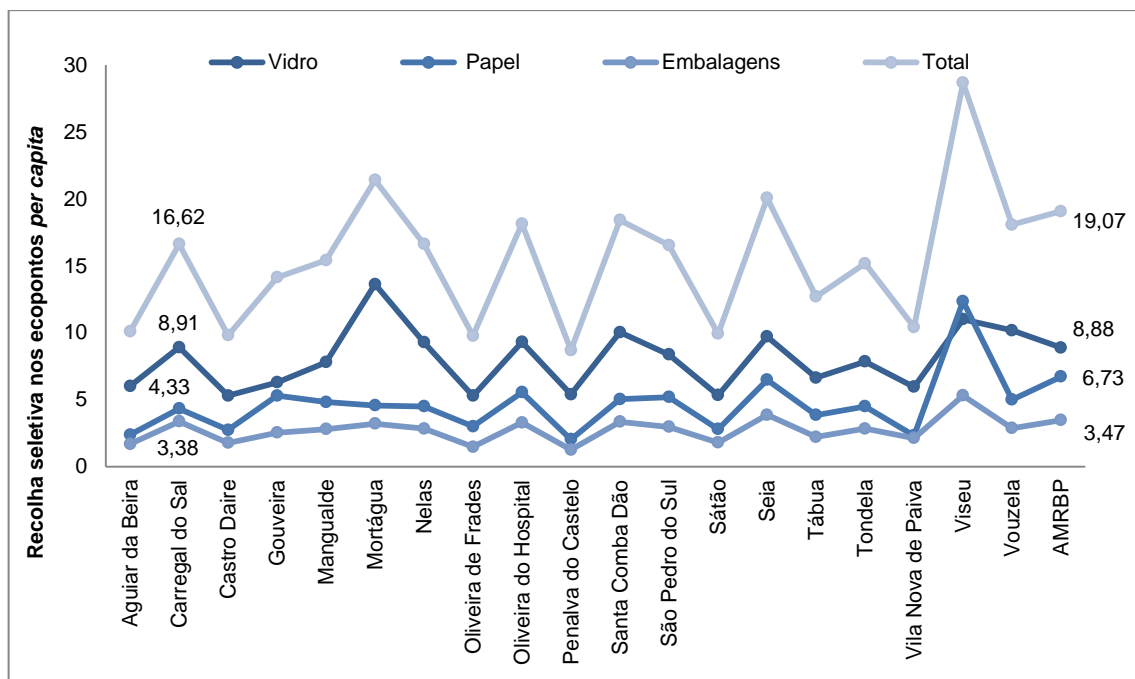


Figura 3.15 - Recolha seletiva nos ecopontos *per capita* (kg/hab/ano) nos municípios da AMRPB em 2011.

Fonte: Cálculos a partir de dados da AMRPB.

Como se pode verificar na figura seguinte (3.16) e corroborando o que foi descrito anteriormente, a quantidade de recicláveis no município de Carregal do Sal incide essencialmente no vidro, destacando-se de forma perentória das quantidades separadas de cartão e embalagens.

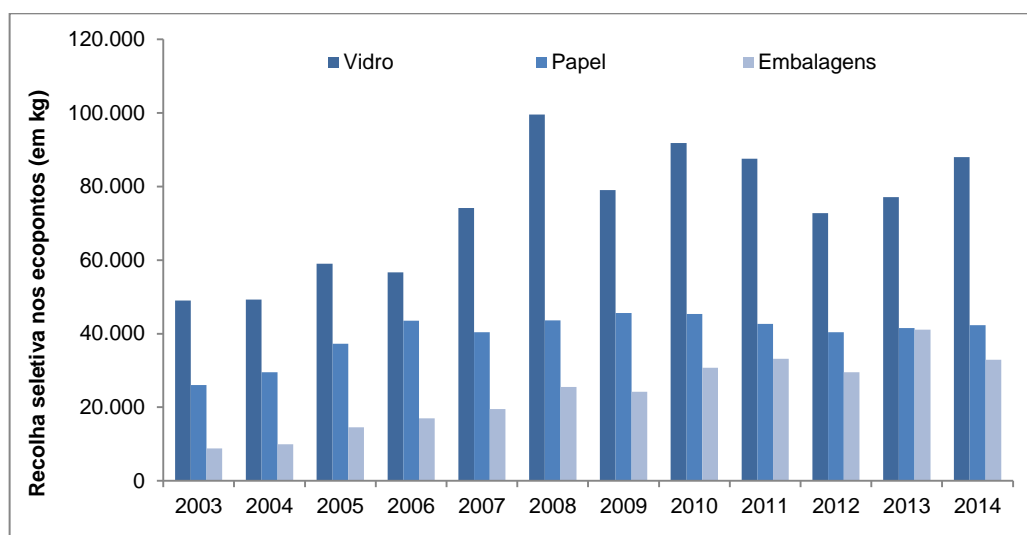


Figura 3.16 - Evolução da recolha seletiva nos ecopontos (em kg) no município de Carregal do Sal.

Fonte: AMRPB.

O ecocentro de Carregal do Sal entrou em funcionamento em 2003, promovendo a receção de resíduos distintos como se pode verificar na figura seguinte (3.17) que representa a evolução dos quantitativos rececionados no ecocentro. A análise à representação leva-nos a identificar duas tendências, de 2003 a 2009 e de 2010 a 2014. Enquanto no primeiro período temporal os quantitativos dos produtos rececionados demonstravam uma maior equidade, no segundo período observa-se uma diminuição nas quantidades recepcionadas à exceção da categoria dos entulhos e verdes.

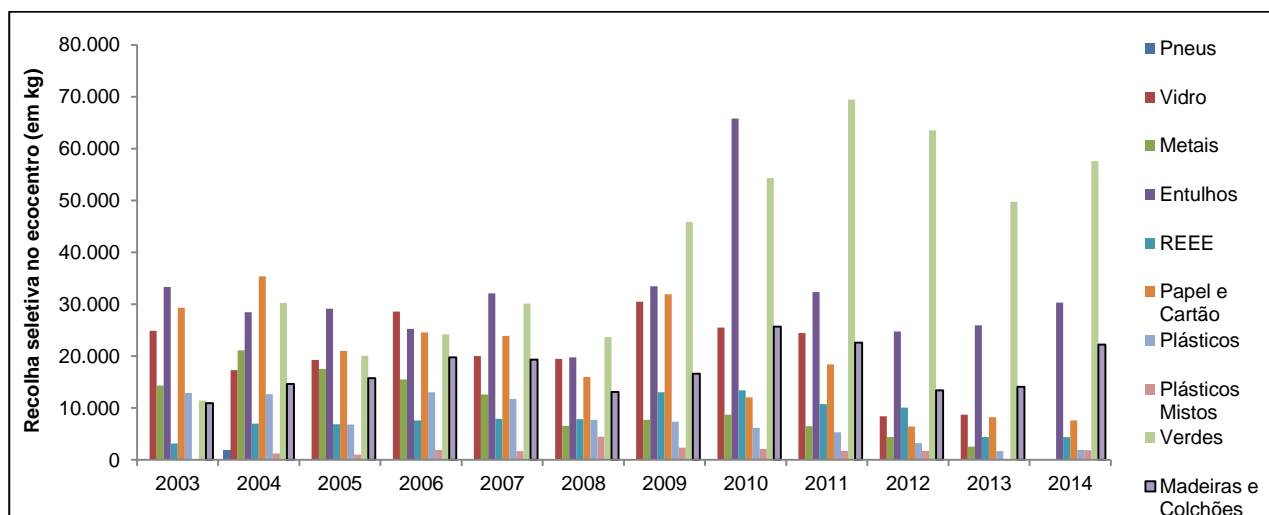


Figura 3.17 - Evolução da recolha seletiva no ecocentro (em kg) no município de Carregal do Sal.

Fonte: AMRPB.

Na figura seguinte (3.18) é possível analisar o esforço financeiro que este serviço representa para a Câmara Municipal de Carregal do Sal (CMCS). Desde 2003 já foram gastos 1.828.312,52 € apenas com a recolha e exploração dos RSU, verificando-se uma tendência de diminuição no custo total a partir de 2010. Todavia é expectável que esta tendência seja revertida se não ocorrer uma diminuição rigorosa da quantidade de resíduos depositados em aterro. A razão prende-se fundamentalmente com o definido no regime geral de gestão de resíduos, nomeadamente com a tarifa paga por tonelada de resíduo depositado em aterro que sofrerá um aumento progressivo anual atingindo em 2020 os 11€/tonelada quando em 2013 se situou nos 4,27 €/tonelada.

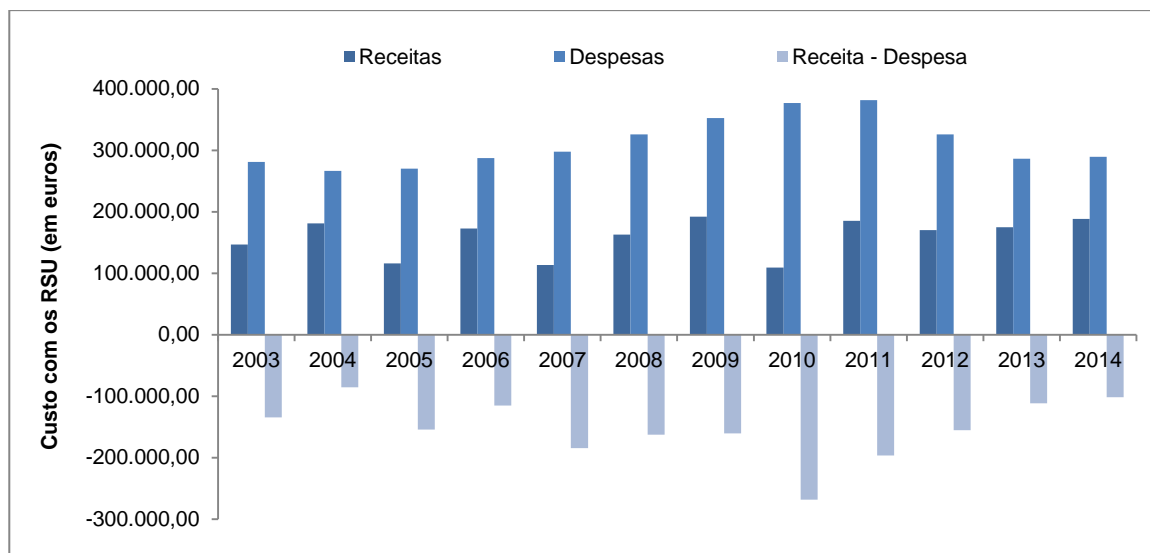


Figura 3.18 - Evolução dos custos com os RSU (em euros) no município de Carregal do Sal.

Fonte: Câmara Municipal de Carregal do Sal.

3.1.12. Água destinada ao consumo humano

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água no Município de Carregal do Sal é assegurado desde 1997 pela Águas do Planalto S. A.. Esta concessionária possui um regime de exclusividade até 2028, consagrado num contrato intermunicipal que abrange ainda os concelhos de Tondela, Tábua, Mortágua e Santa Comba Dão.

Segundo a empresa o abastecimento de água no município de Carregal do Sal tem origem numa captação na Barragem do Paul, através do novo sistema em alta.

A análise aos relatórios trimestrais disponibilizados no *site* da Águas do Planalto S. A. (desde o ano de 2008 até ao ano corrente), relativamente à qualidade da água para o consumo humano para a área de abastecimento do concelho de Carregal do Sal, permitiu verificar que em três destes relatórios foram detetados incumprimentos no valor paramétrico (VP) para o alumínio, a bactéria coliforme e a *escherichia coli* segundo a legislação em vigor. O quadro seguinte (3.6) expõe essas situações.

Incumprimentos ao Valor Paramétrico							
Período	Zona Abastecimento	Análise			Análise de Verificação		
		Parâmetro	Data	Resultado	Data	Resultado	Observações
2008 3º Trimestre	Albufeira do Paul	Alumínio	09/09	220	23/09	63	Pontual
		Alumínio	12/08	204	02/09	82	Pontual
		Alumínio	29/07	331	12/08	134	Pontual
2009 2º Trimestre	Albufeira do Paul	Alumínio	18/04	299	28/04	126	Pontual
		Alumínio	28/04	366	07/05	169	Pontual
		Alumínio	12/05	362	-	-	-
2011 3º Trimestre	Albufeira do Paul	Bactérias coliformes	07/07	1	12/07	0	Situação pontual imediatamente corrigida
		Escherichiacoli	07/07	1	12/07	0	Situação pontual imediatamente corrigida
VP Alumínio= 200 ug/L		VP Bactérias coliformes= 0 N/100ml			VP Escherichiacoli= 0 N/100ml		

Quadro 3.6 - Incumprimentos ao valor paramétrico definido pela legislação em vigor.

Fonte: Relatórios Resumo Trimestral das Águas do Planalto, S. A.

Todavia os dois selos -“Qualidade exemplar da água para consumo humano” e “Qualidade do serviço de abastecimento público de água”- atribuídos às Águas do Planalto, S. A. no ano transato pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), vem demonstrar o esforço crescente desta entidade em prestar um serviço de qualidade nos municípios que abastece.

A pressão negativa exercida sobre um recurso como a água, pode ser avaliada através da quantificação dos volumes de água captados, consumidos e perdas no sistema.

Na figura seguinte (3.19) podemos averiguar uma melhoria na gestão do sistema com um maior equilíbrio entre o volume de água produzida e vendida, minimizando as perdas de água que representam um elevado custo ambiental e económico.

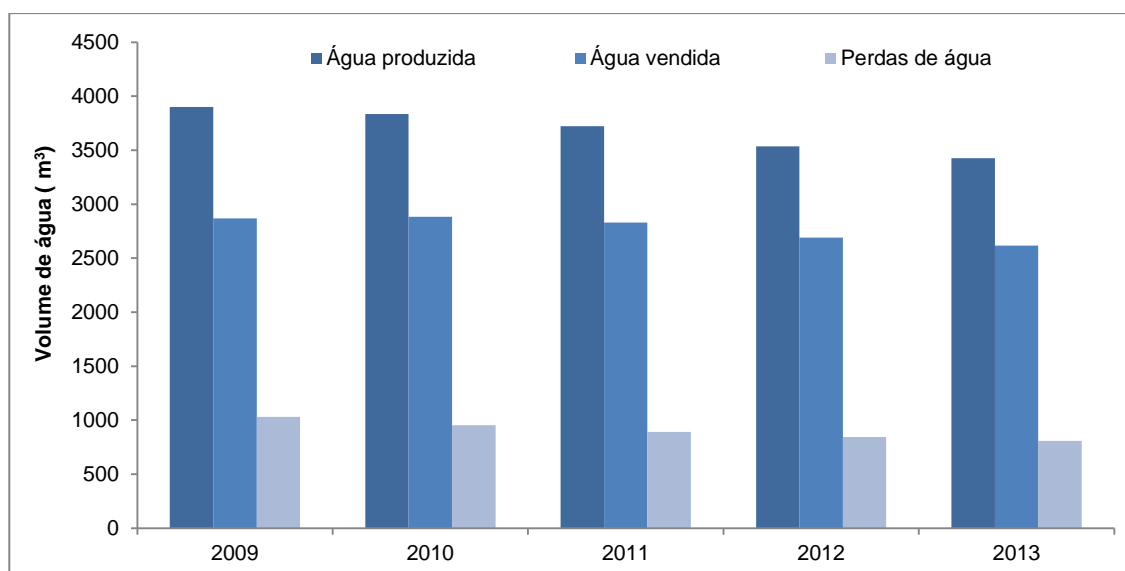


Figura 3.19- Evolução dos volumes de água captados, consumidos e perdas no sistema.

Fonte: Relatório de gestão das Águas do Planalto, S. A.

Quando analisados os consumos médios por habitante tendo em conta os dados disponibilizados pelo INE (ver Figura 3.20), verificamos que os habitantes do município de Carregal do Sal registam um consumo médio bastante superior aos da Região Dão-Lafões. Contudo quando confrontado com os consumos efetuados na Região Centro e Portugal verifica-se uma tendência local positiva na maioria dos anos em análise.

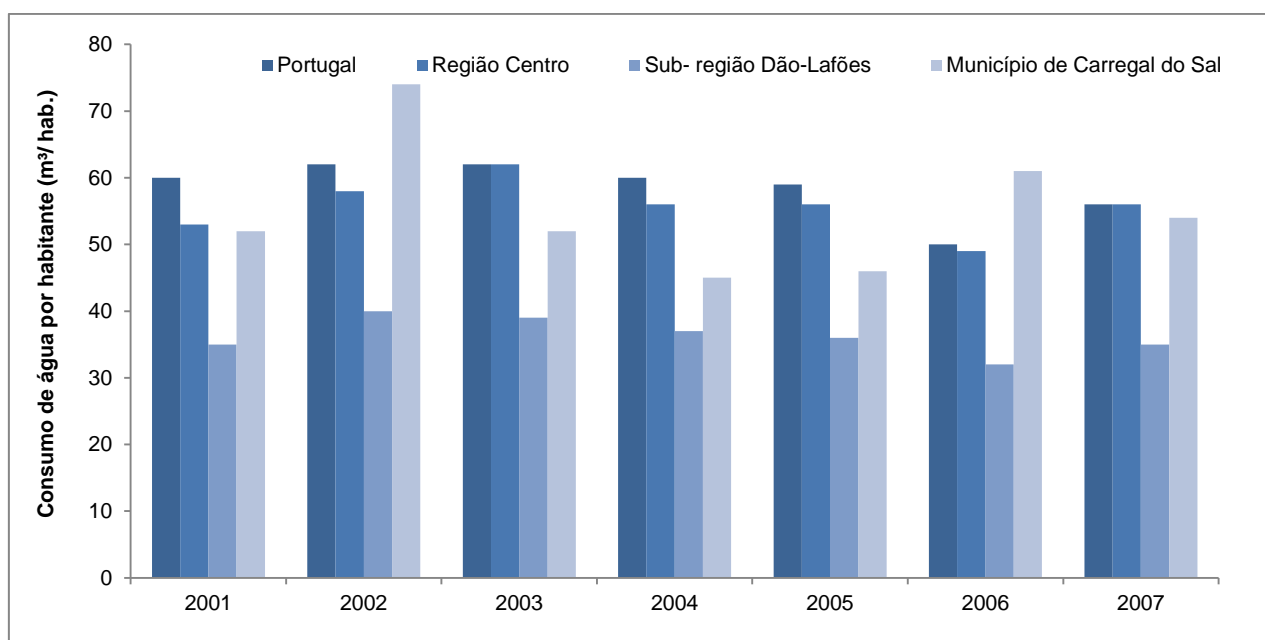


Figura 3.20- Evolução dos consumos de água por habitante (m³/hab.).

Fonte: Estatísticas territoriais, INE

3.1.13. Consumo de energia

Os padrões de consumo assumem um papel fundamental quando se reflete sobre as questões ambientais designadamente, pela dependência aos combustíveis fósseis, a necessidade de uma maior contribuição das energias internas renováveis e promoção da eficiência energética.

As figuras seguintes (3.21, 3.22, 3.23) apresentam a evolução dos consumos energéticos para o uso doméstico, agrícola e industrial.

Tendo em conta o período considerado é possível verificar que as quantidades de eletricidade consumidas no município são menores à média nacional, à da região e sub-região, para os diferentes usos em análise.

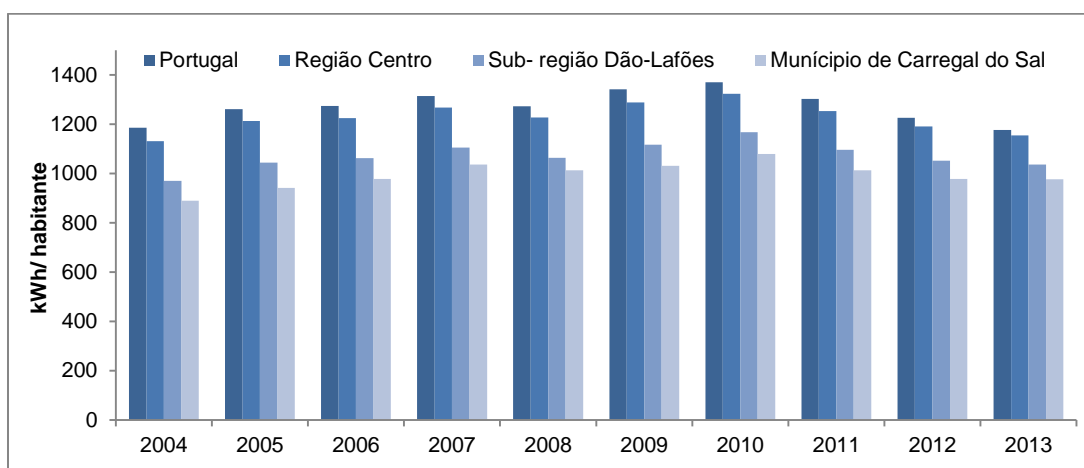


Figura 3.21- Evolução do consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.).

Fonte: Estatísticas territoriais, INE.

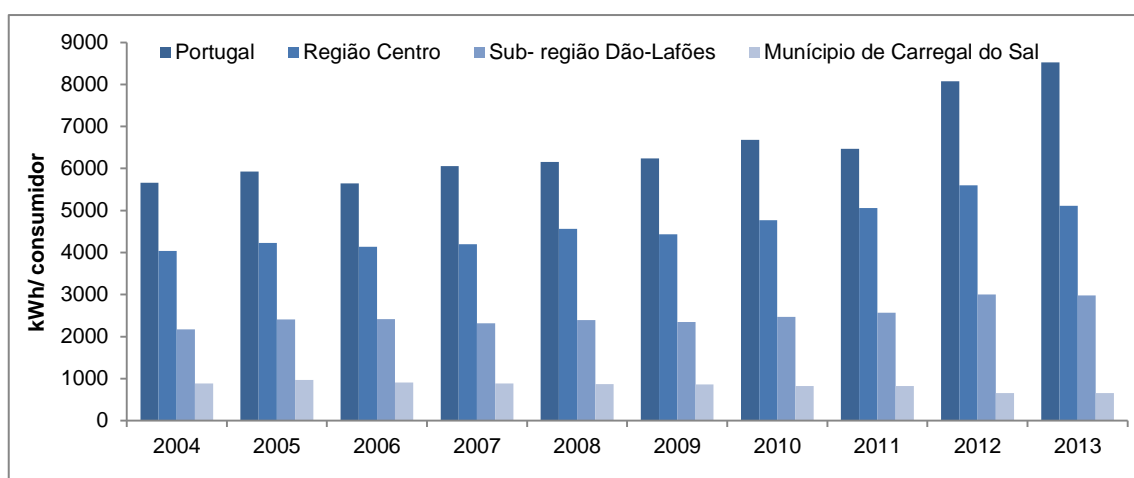


Figura 3.22- Evolução do consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor (kWh/cons.).

Fonte: Estatísticas territoriais, INE.

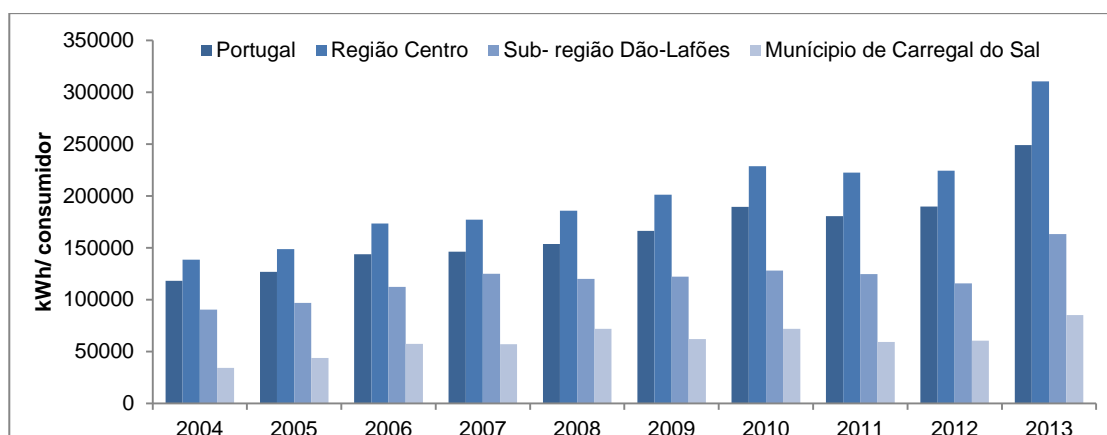


Figura 3.23- Evolução do consumo de energia elétrica na indústria por consumidor (kWh/ cons.).

Fonte: Estatísticas territoriais, INE.

Quando analisados os consumos energéticos dos organismos oficiais designadamente, quantidade de eletricidade consumida na iluminação interior de edifícios do Estado e iluminação da via pública verificamos duas situações distintas (ver Figuras 3.24 e 3.25).

Na iluminação pública o município não se afigura como muito eficiente, visto que desde 2011 apresenta consumos por habitante, superiores ao país e às regiões onde se insere. Todavia no que concerne aos consumos com a iluminação interior de edifícios e tendo em conta o período em análise registou sempre consumos muito inferiores, destacando-se positivamente das zonas geográficas em comparação. Contudo desde 2012 tem-se assistido a uma aproximação no valor dos consumos no município e sub-região Dão Lafões resultante quer do decréscimo acentuado do consumo por habitante em 2012 na sub-região quer pelo acréscimo registado entre 2012 e 2013 para o município de Carregal do Sal.

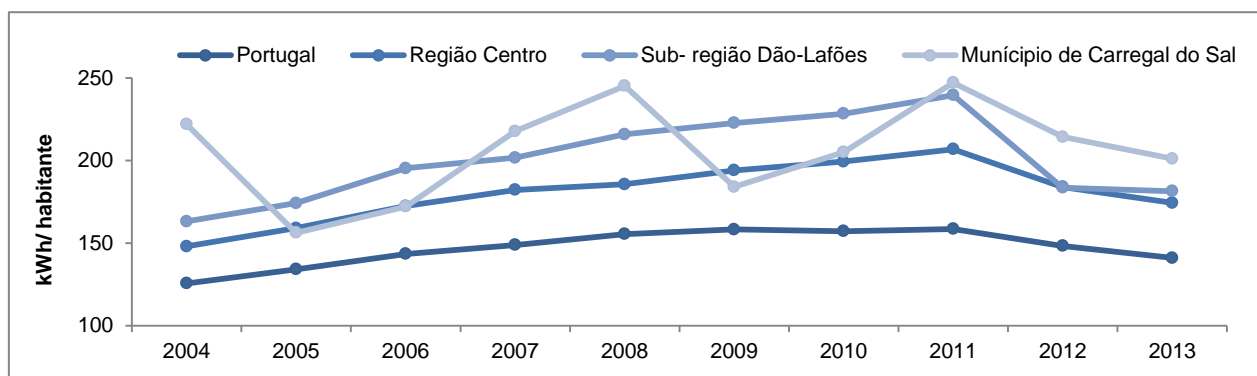


Figura 3.24- Evolução do nº de kWh consumidos na iluminação da via pública por habitante e zona geográfica.

Fonte: Cálculos a partir dos dados das estatísticas territoriais do INE.

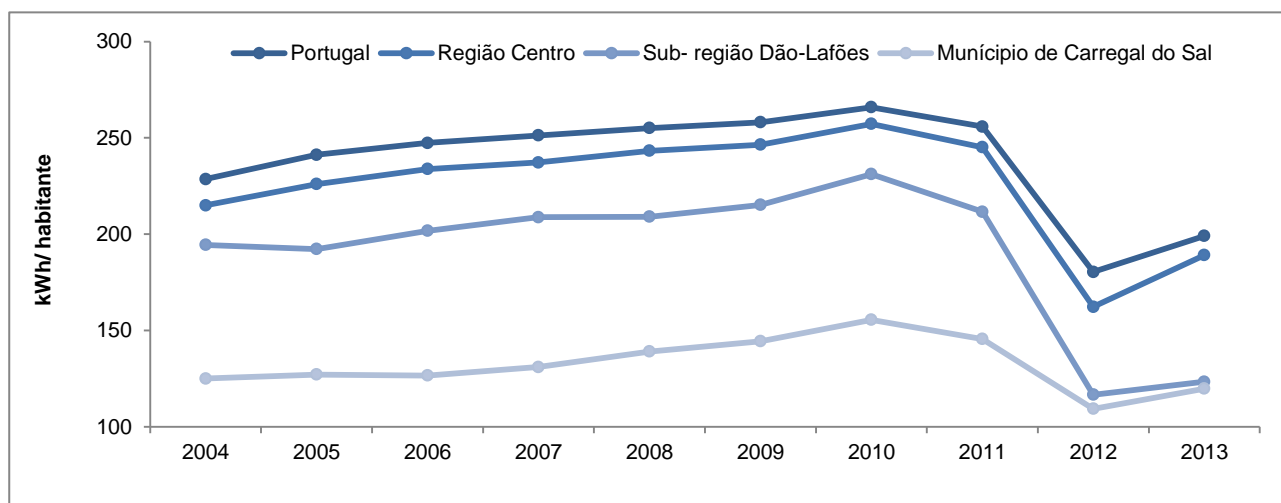


Figura 3.25- Evolução do nº de kWh consumidos iluminação interior de edifícios do Estado por habitante e zona geográfica.

Fonte: Cálculos a partir dos dados das estatísticas territoriais do INE.

Relativamente ao consumo de combustível automóvel (ver Figura 3.26), de 2004 a 2009 verifica-se um menor consumo por habitante no município quando comparado ao nível nacional e regional. Porém a partir de 2009 assiste-se localmente a um aumento no consumo, igualando em 2012 o valor consumido quer a nível nacional quer na sub-região Dão-Lafões (0,5 toneladas equivalente de petróleo/ habitante). É importante ressaltar que o uso do transporte automóvel individual constitui o principal meio de deslocação dos habitantes no município, pela inexistência e/ou escassas alternativas de deslocação.

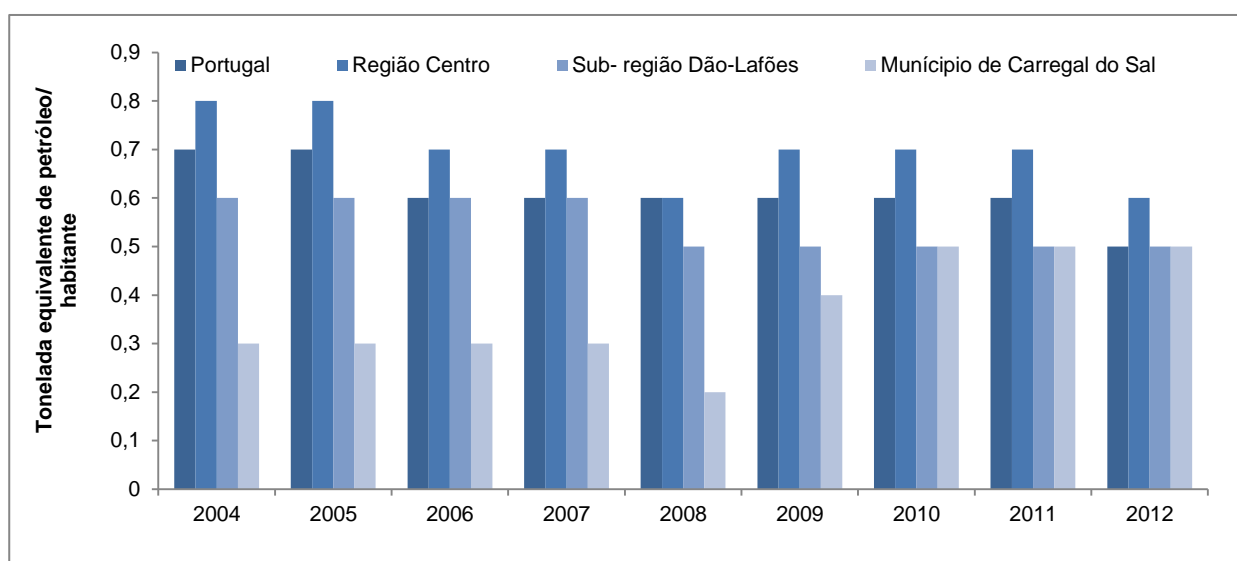


Figura 3.26- Evolução do consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.).

Fonte: Estatísticas territoriais, INE

3.1.14. Recolha e tratamento de águas residuais

A maioria dos sistemas de tratamento e drenagem de efluentes existentes no município de Carregal do Sal remontam às décadas de 80 e 90, do século passado, na altura já com uma taxa de cobertura estimada em mais de 90% da população.

Esta necessidade impulsiva em servir os munícipes de infraestruturas básicas levou o executivo a construir um elevado número de pequenos sistemas de tratamento e drenagem (Quadro 3.7). Estes sistemas com estações de tratamento de águas residuais (ETAR's) de pequenas dimensões, com tratamentos incompletos e com deficiências na sua estrutura fruto de terem atingido a sua vida útil ou de se aproximarem dela, não permitem atualmente cumprir as exigências de rendimentos de depuração fixadas na legislação nacional e comunitária.

Infraestruturas	Número
Sistemas de saneamento de águas residuais	35
Instalações de Tratamento (IT)	35
Fossas Sépticas (FS)	15
ETAR	20
ETAR compacta	1
Estações Elevatórias (EE)	2
Redes de drenagem	44
Extensão das redes de drenagem (Km)	162

Quadro 3.7 - Sistemas de tratamento e infraestruturas existentes no concelho.
Fonte: CMCS, 2014.

Como se compreende a situação descrita anteriormente incute grandes dificuldades à câmara municipal, como entidade gestora deste serviço. Assim a 18 de setembro de 2014 o executivo adjudicou a elaboração do estudo para a reestruturação do sistema de recolha e tratamento de águas residuais do concelho de forma a tornar este serviço sustentável do ponto de vista ambiental e económico.

No âmbito desse estudo, o diagnóstico ao sistema atual fez ressaltar os seguintes aspetos qualitativos e de exploração:

- ❖ *“Infraestruturas de tratamento antigas, obsoletas ou degradadas;*
- ❖ *Tempo de vida útil de muitas das infraestruturas está ultrapassado;*
- ❖ *Ineficiência dos sistemas de tratamento com o conseqüente incumprimento dos valores de descarga;*
- ❖ *Elevado número de sistemas de tratamento;*

- ❖ *Dificuldades no cumprimento da legislação mais rigorosa;*
- ❖ *Reduzido número de licenciamentos de descarga, tendo em consideração o universo de instalações de tratamento;*
- ❖ *Locais de difícil acesso, ou mesmo inacessíveis a maquinaria mais pesada para apoio às operações de exploração e manutenção;*
- ❖ *Algumas instalações de tratamento em locais sem infraestruturas de abastecimento de água e eletricidade;*
- ❖ *Sustentabilidade financeira do sistema não assegurada (receitas apuradas/ custos operacionais);*
- ❖ *Inexistência de stock, o que implica grandes tempos de paragem;*
- ❖ *Descargas ilegais - VLE acima do legalmente imposto;*
- ❖ *Ligações indevidas de águas pluviais;*
- ❖ *Coletores/ caixas de visita com infiltrações;*
- ❖ *4 operadores para manutenção e operação das 35 infraestruturas de tratamento;*
- ❖ *Muitas ETAR e fossas sem leitos de secagem, o que implica uma maior utilização do limpa fossas;*
- ❖ *Lamas desidratadas em leitos de secagem;*
- ❖ *Serviço de limpeza de Fossas particulares.*
- ❖ *Presença em quantidade significativa de material pétreo (areia, brita, pedras e terra);*
- ❖ *Entupimentos por presença de elevada quantidade de gordura (placas);*
- ❖ *Entupimentos por raízes nos coletores, devido à proximidade de árvores de alguns troços;*
- ❖ *Entupimentos com toalhas, por alterações de hábitos, com a utilização de alternativas ao papel higiénico.”*

Tendo em conta as conclusões que emergiram com a realização do diagnóstico e Caracterização da situação atual, irão ser propostas ações com o objetivo de garantir os níveis de qualidade e desempenho operacional exigíveis pelo enquadramento legal dos serviços de saneamento e ainda pelas especificidades locais de proteção dos recursos hídricos, nomeadamente da albufeira da Aguieira (CMCS, 2014).

3.2. Caracterização Socioeconómica

3.2.1. Demografia

3.2.1.1. Evolução e distribuição da população residente

Este é um município que tem registado um decréscimo de população nas últimas décadas, como se pode constatar na Figura 3.27.

Tendo em conta os dados disponibilizados pelo INE para o ano de 2013, o município continua com a tendência registada nos últimos períodos intercensitários (decrécimo da população) registando para esse período de referência 9656 habitantes. Esta situação prende-se com uma taxa de crescimento efetivo de valor negativo (-0,57%), para a qual contribuiu apenas o valor negativo da taxa de crescimento natural (-0,58%) visto que a taxa de crescimento migratório apresenta-se positiva (0,01%).

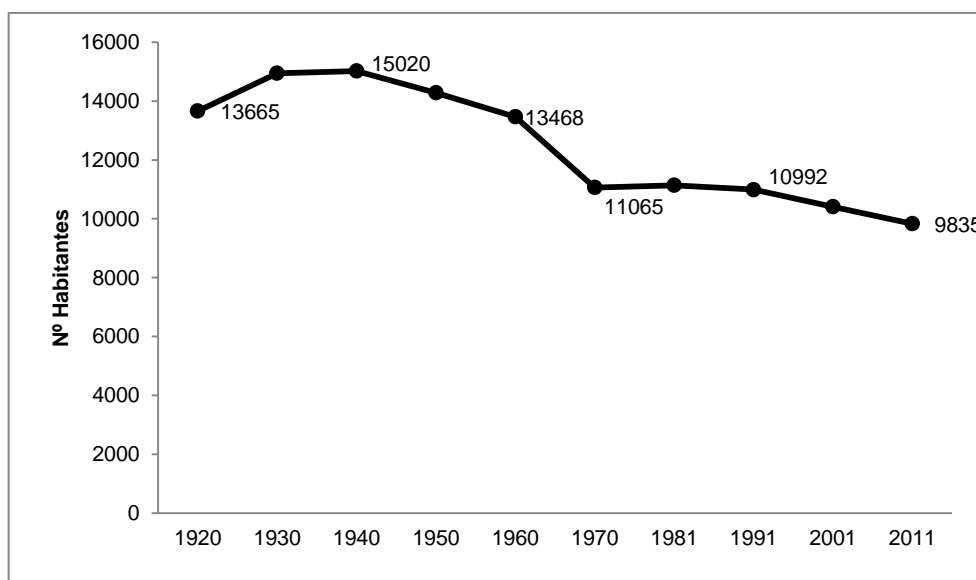


Figura 3.27- Evolução da população no Município de Carregal do Sal de 1920 a 2011.

Fonte: INE.

Esta situação poderá promover a perda de importância relativa do município no contexto da sub-região Dão-Lafões; em 1991 representava 3,9% do total populacional da sub-região, em 2011 fica-se pelos 3,5%, ocupando o 11º lugar num universo de 15 municípios.

Ao analisar-se a distribuição da população residente pelas cinco freguesias que constituem o município verifica-se que 62% da população total reside nas freguesias de Oliveira do Conde e na União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral os restantes

33% distribuem-se pelas freguesias de Cabanas de Viriato, Beijós e Parada sendo esta freguesia a menos populosa.

Também se constata que no período 1991 a 2011 (ver Figura 3.28) estas têm acompanhado a tendência do município, à exceção da União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral, que tem registado um aumento continuado de população residente. Esta situação pode ser explicada por ser nesta freguesia que se localiza a sede do concelho com a respetiva concentração de serviços, equipamentos e infraestruturas.

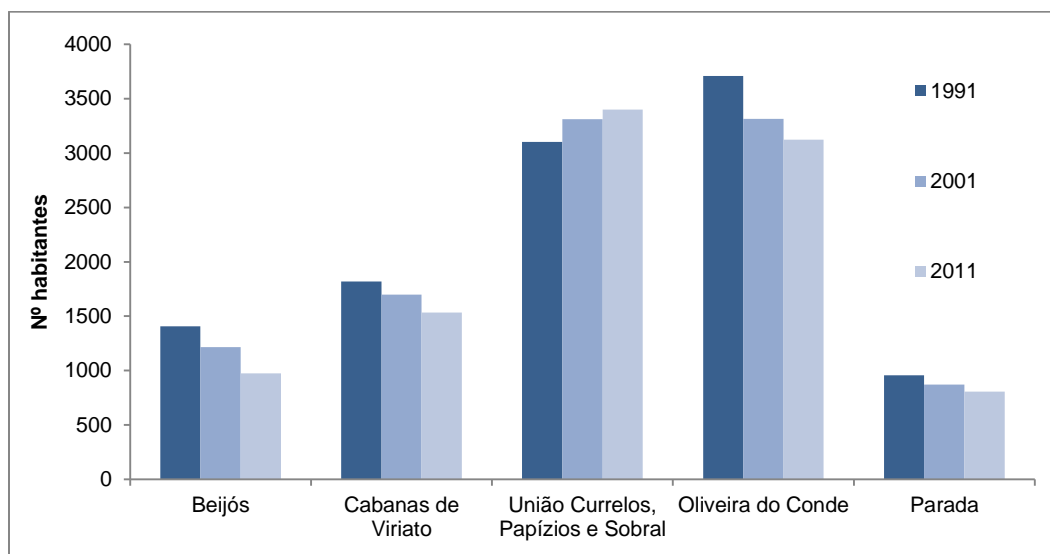


Figura 3.28- Evolução da população por freguesia de 1991 a 2011.

Fonte: INE.

3.2.1.2. População Residente por Faixa Etária

A tendência de envelhecimento observada nas últimas décadas manteve-se, resultado das baixas taxas de natalidade e do aumento da esperança média de vida (ver Figura 3.29). Esta realidade materializa-se num aumento do índice de envelhecimento (nº de idosos por cada 100 jovens) de 132 para 171, de 2001 para 2011.

Também no último período intercensitário, a proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos de idade) decresceu de 15,9% para 13,7% da população residente total. De modo concomitante a proporção de indivíduos em idade ativa (população dos 15 aos 64 anos) sofreu um decréscimo em 2,6%, passando de 63,3% para 60,7% da população residente total. Por outro lado verificou-se o aumento da percentagem de idosos (população com 65 ou mais anos de idade) de 20,8% para 25,6 %.

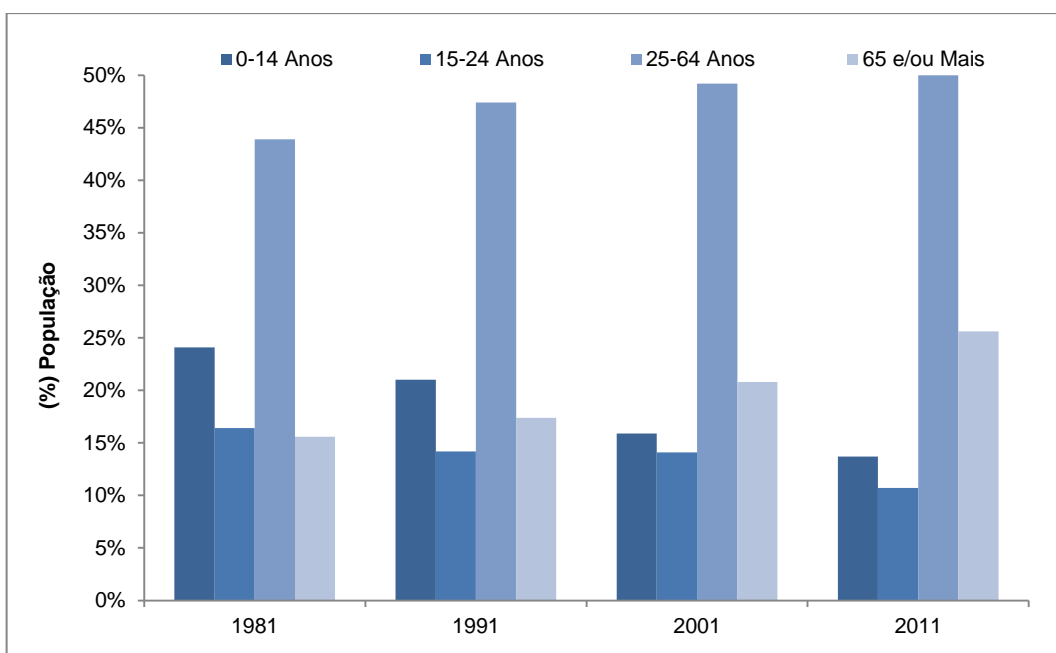


Figura 3.29- Percentagem da população residente no Município por faixa etária, entre 1981 e 2011. Fonte: INE.

Como se pode observar na figura seguinte (3.30) as freguesias apresentam uma distribuição equitativa em relação aos grupos etários presentes. No entanto pode destacar-se uma maior representatividade do grupo dos 0 aos 14 anos nas freguesias de Oliveira do Conde e na União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral; por outro lado são nas freguesias de Cabanas de Viriato e Parada que a percentagem de indivíduos com idade \geq a 65 é mais elevada.

Importa ainda realçar a percentagem da população em idade ativa (60,7%), como uma circunstância positiva e dinamizadora.

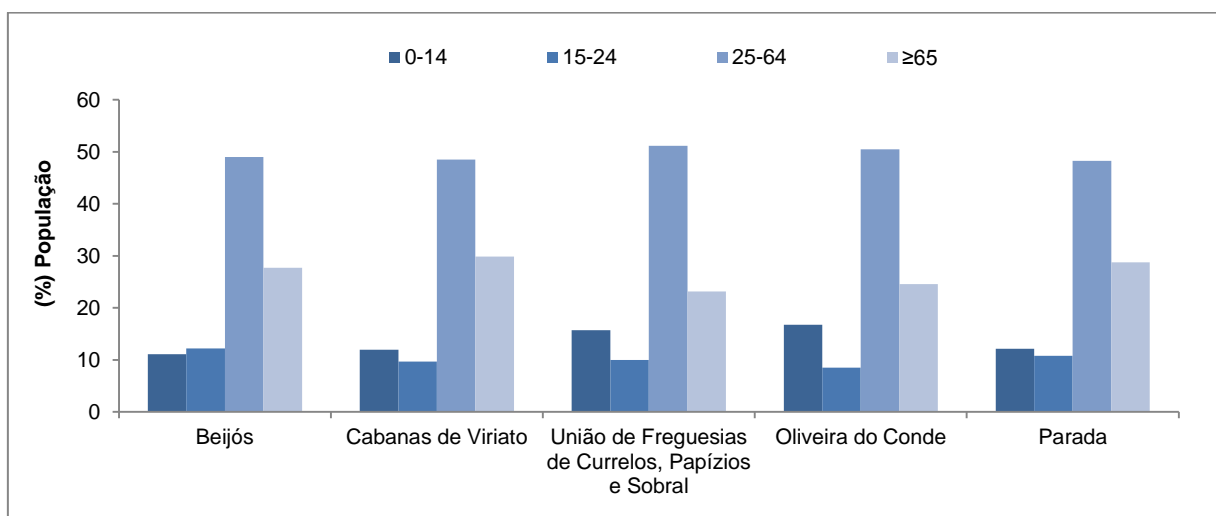


Figura 3.30- Percentagem da população residente por faixa etária em 2011 por freguesias. Fonte: INE

3.2.2. Economia

3.2.2.1. Evolução dos setores de atividade

Como se pode constatar na figura seguinte (3.31) foram muitas as alterações que a estrutura económica concelhia sofreu desde 1970, evoluindo do setor primário para o setor terciário passando pelo secundário.

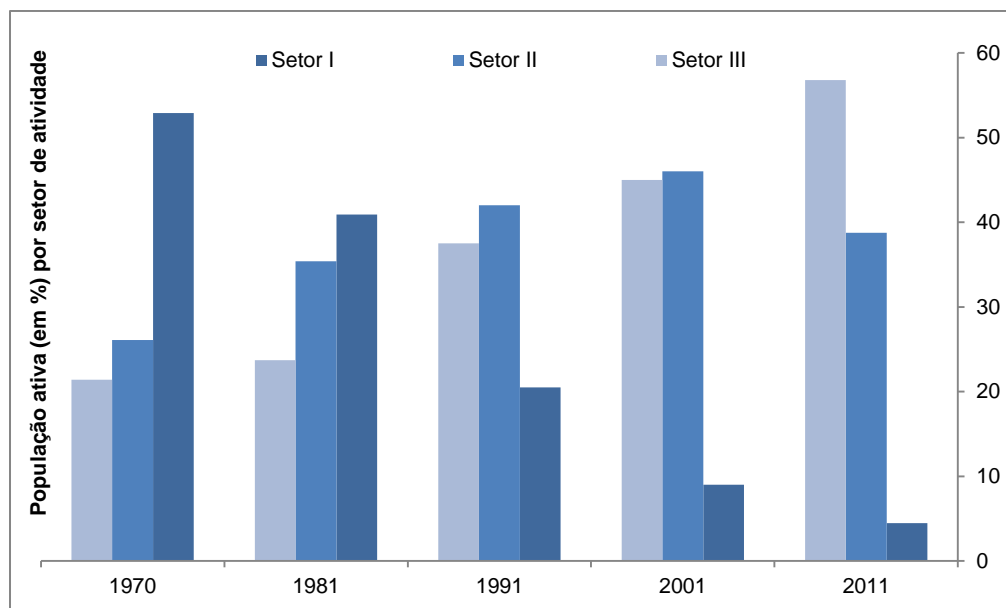


Figura 3.31- Evolução da população ativa no Município por setor de actividade (em %).

Fonte: INE.

O setor primário apresenta-se agora como o menos relevante para a economia local. Enquanto que nas décadas de 70 e 80 do século passado, este setor apresentava-se como a maior fonte de rendimento para as famílias do concelho, neste momento é mais uma atividade secundária. Esta perda de importância relaciona-se fundamentalmente com a estrutura minifundiária (estrutura média de exploração de 1,5 ha (CMCS, 2001)) do município que dificulta a possibilidade de uma agricultura extensiva e produtiva. Esta transição foi facilitada com o desenvolvimento industrial e viário, que o município beneficia nos finais dos anos 80 do século passado. Na década de 1990 enquanto que a Subregião Dão-Lafões apresentava uma economia terciarizada, o município de Carregal do Sal o setor secundário mantinha-se como o principal empregador, para esta situação muito contribuía o peso das indústrias de construção civil, assim como as indústrias de mobiliário.

Por outro lado o peso do setor terciário foi crescendo de década para década, tendo no último período intercensitário, se afirmado como o principal responsável pelo emprego da população ativa, quer no município como ao nível das freguesias (ver Figura 3.32). Todavia

a população da freguesia de Parada ainda se apresenta muito ligada ao setor secundário, quase de forma semelhante ao setor terciário.

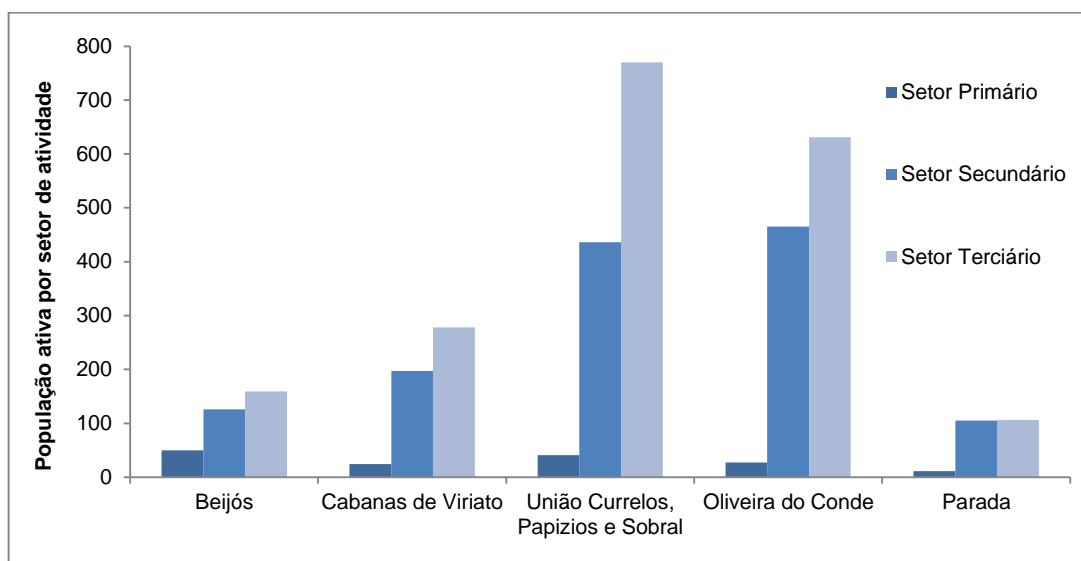


Figura 3.32- População ativa por setor de atividade por freguesia em 2011.
Fonte: INE.

3.2.2.2. Taxa de atividade

A taxa de atividade corresponde à percentagem da população que tem ou procura emprego e corresponde ao rácio entre a população ativa e a população total com 15 anos ou mais; dentro da população ativa encontram-se tanto empregados como desempregados. A taxa de atividade tem tido uma evolução positiva no município, principalmente ao nível da população feminina ativa (ver Figura 3.33).

No entanto a taxa de atividade no município ainda se apresenta inferior à da Sub-região Dão-Lafões que em 2011 se localizava nos 49,5%.

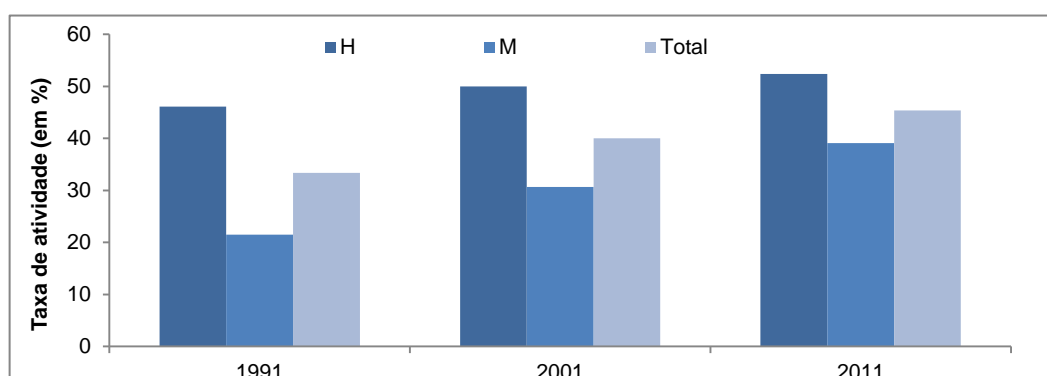


Figura 3.33 - Evolução da taxa de atividade por género entre 1991 a 2011 no Município.

Fonte: INE

3.2.3. Infraestruturas e equipamentos

Os equipamentos correspondem aos serviços de natureza social que o Estado põe à disposição dos cidadãos gratuitamente ou mediante o pagamento de taxas de utilização. A tipologia de equipamentos é muito variada, e incluem, entre outros, os equipamentos de educação, saúde, espaços verdes, desporto, recreio, segurança, comércio, transportes e administrativos. São elementos essenciais para estruturar o tecido urbano e social (Partidário, 1999).

De seguida apresenta-se a caracterização das infraestruturas e equipamentos existentes no município, descrevendo alguns indicadores relacionados com o tema de forma a se obter um maior número de indicativos que permitam alcançar os objetivos definidos para este trabalho.

3.2.3.1. Acessibilidades e mobilidade

Relativamente às acessibilidades Concelhias (ver Figura 3.34), estas efetuam-se através da rede viária e ferroviária.

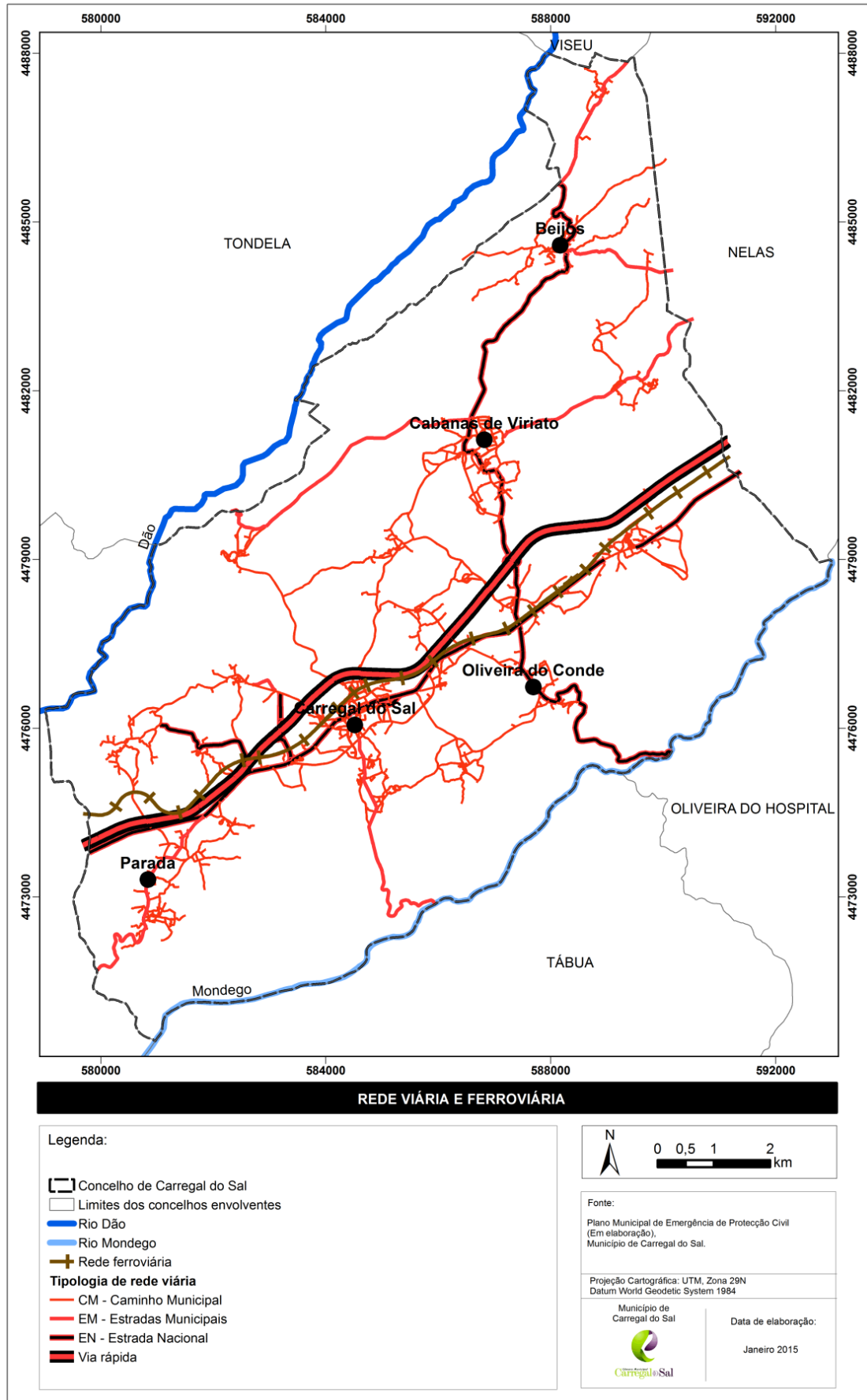


Figura 3.34- Cartograma da rede viária e ferroviária no município de Carregal do Sal.

Desde a chegada do primeiro comboio à estação de Carregal do Sal no longínquo 3 de agosto de 1882 (Marques, 2013), que a Linha da Beira-Alta se impôs como um elemento estruturante do município. A mesma assume-se hoje como a principal linha ferroviária de âmbito internacional, sem descurar a sua relevância ao nível da integração na restante rede ferroviária nacional.

No que respeita à rede viária o concelho é atravessado por algumas estradas nacionais, tais como a EN 337, a EN230, a EN234, todas elas com ligações importantes. A EN337 liga a vila de Carregal do Sal ao concelho de Viseu, a EN230 tem acesso ao concelho de Oliveira do Hospital, a EN234 foi outrora a via mais importante do concelho, atravessando o município e ligando-o aos concelhos de S^a Comba Dão e Nelas. Contudo foi perdendo importância com a construção do IC12, de extrema relevância no suporte à competitividade regional e nacional por possibilitar o acesso ao Itinerário Principal (IP) 3 e ao IP5/A25, permitindo a comunicação a Coimbra e à Guarda, respetivamente (CMCS, 2006).

Relativamente às estradas municipais, cuja principal função é garantir as ligações entre as sedes de freguesia, as localidades exteriores ao concelho e outros aglomerados populacionais de menor dimensão, surgem a Estrada Municipal (EM) 595 para Viseu, a EM 641 para Canas de Senhorim, a EM 640 Sobral, Cabanas e Ladeiras, a EM 633 para São João de Areias, a EM 635 para Oliveira do Hospital e a EM 630 para Papízios (CMCS, 2006). Neste âmbito a construção da Estrada Regional (ER) 230 entre Tondela e Carregal do Sal, inaugurada em 2010, é uma mais-valia, encurtando distâncias, melhorando a mobilidade e proximidade das populações servidas por esta infra-estrutura viária.

O município de Carregal do Sal não possui uma rede de transportes coletivos, as deslocações intra-concelhias são asseguradas pelos autocarros dos transportes escolares, desempenhando assim uma dupla funcionalidade, a do transporte dos estudantes para a escola e do público em geral. Assim sendo, o transporte público coletivo não apresenta níveis de serviço que permita ser ponderado como uma alternativa viável ao transporte próprio, nomeadamente nos movimentos pendulares diários casa-trabalho-casa devido aos horários e itinerários praticados.

A Fundação Lapa do Lobo reconhecendo esta carência que não afeta apenas o município de Carregal do Sal mas que se apresenta como uma problemática transversal aos concelhos rurais do país, iniciou em fevereiro de 2014 um serviço de boleias gratuitas à população dos concelhos de Nelas e de Carregal do Sal nos dias úteis segundo itinerários e horários definidos. Ainda assim continua a não se apresentar como uma alternativa nas deslocações para o trabalho, mas para deslocações pontuais à sede do município.

Nas deslocações inter-concelhias os munícipes podem usufruir dos serviços disponibilizados pela Rede Expressos e pela Empresa Berrelhas que permitem as

deslocações a Coimbra e Viseu, respetivamente. Não esquecendo a diversidade de destinos que a Linha Ferroviária da Beira Alta permite alcançar.

3.2.3.2. Ação social

Segundo o artigo 31º do Decreto de Lei n.º 4/2007 de 16 de janeiro a ação social é desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado. O desenvolvimento da ação social concretiza-se, no âmbito da intervenção local, pelo estabelecimento de parcerias, designadamente através da rede social, envolvendo a participação e a colaboração dos diferentes organismos da administração central, das autarquias locais, de instituições públicas e das instituições particulares de solidariedade social e outras instituições privadas de reconhecido interesse público.

A nível local a Rede Social materializa-se através das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelhio (<http://www.carregal-digital.pt/pt/articles/rede-social/contexto-e-finalidade>).

Segundo a Carta Social do Município os equipamentos sociais existentes encontram-se elencados no quadro 3.8, verificando-se genericamente uma baixa cobertura da resposta social no município.

Em termos de dotação das respostas sociais para idosos, aferidas pelas principais valências dirigidas às pessoas idosas (centro de dia, lar de idosos e serviço de apoio domiciliário), verifica-se que a taxa de utilização destas respostas sociais é bastante diferenciada consoante o tipo de resposta, sendo as estruturas residências as mais sobrecarregadas.

No que se refere à resposta social para pessoas com deficiência o centro de atividades ocupacionais encontra-se a funcionar acima da capacidade instalada e o lar residencial está lotado. Por outro lado a resposta social creche está a funcionar abaixo do limite dimensional para a qual foi programada.

Reconhecendo as carências locais o Centro Social Professora Elisa Barros Silva no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) apresentou um projeto para a construção de raiz/remodelação/ampliação das valências de creche, lar de idosos e serviço domiciliário, para uma capacidade de 66, 60 e 45 utentes respetivamente. Também uma empresa privada em 2009 iniciou a remodelação de um antigo edifício em Cabanas de Viriato, com o objetivo da criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, com uma capacidade de 19 utentes na unidade de longa duração e

21 utentes na unidade de média duração. A especialidade de medicina física de reabilitação (fisioterapia, terapia da fala e espaço de eletroterapia) foi dimensionada para permitir a sua utilização por pessoas externas à unidade. Contudo as obras encontram-se paradas e não existem prognósticos de quando esta unidade se encontrará operacional, que permitiria colmatar uma lacuna existente no município.

Apesar de não fazerem parte da carta social do concelho, devido ao seu enquadramento legal, existe ainda uma estrutura residencial privada na localidade de Carregal do Sal e um pólo do Centro Social e Paroquial São João de Areias no lugar de Casal Mendo com a mesma valência.

Freguesia	Instituição	Respostas Sociais	Capacidade	Utentes
Freguesia de Beijós	Cáritas Paroquial de Beijós	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30	30
		Centro de Dia	10	6
Freguesia de Cabanas de Viriato	Centro Social Professora Elisa Barros Silva	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	40	40
		Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	36	36
Freguesia de Parada	Cáritas Paroquial de Parada	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30	29
		Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	8	8
Freguesia de Oliveira do Conde	Cáritas Paroquial de Oliveira do Conde	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	40	25
		Centro de Dia	25	15
	Pólo de Oliveira de Conde da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (APCV)	Centro de Atividades Ocupacionais	30	31
		Lar Residencial	15	15
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	Jardim de Infância da Misericórdia de Carregal do Sal	Creche	33	10
	Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	56	56

Quadro 3.8 - Respostas Sociais no Município de Carregal do Sal.

Fonte: Carta Social

Ao nível da ação social é ainda importante verificar qual a percentagem e evolução da população que depende de apoios sociais. Quer pelo peso que este grupo exerce sobre as despesas no âmbito da ação social, quer pela importância em quantificar a proporção de indivíduos com carências económicas.

Relativamente à população que usufrui de subsídio de desemprego como se pode constatar na figura seguinte (3.35) este último período intercensitário introduziu grandes

alterações ao nível do desemprego concelhio. De 2001 para 2011 registou-se um acréscimo de 3,9% na taxa de desemprego total. Inesperadamente esta inflação deveu-se á taxa de desemprego nos homens que subiu de 4,6% para 11,2%, já que a taxa de desemprego feminino manteve-se nos 11,1%.

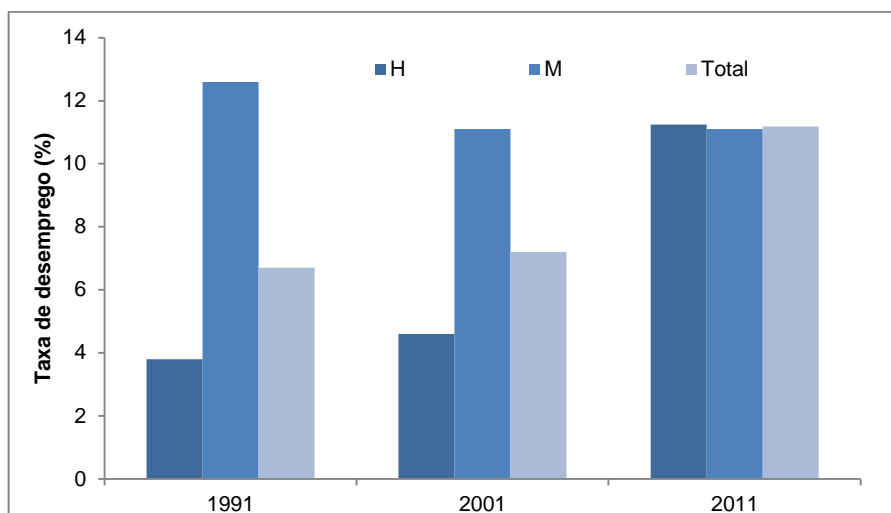


Figura 3.35- Evolução da taxa de desemprego por género e total entre 1991 a 2011 no Município.

Fonte: INE.

A população desempregada no concelho sempre se caracterizou por ser fundamentalmente feminina, este género sempre teve mais dificuldades tanto na procura do 1º emprego, como de um novo emprego. Esta nova realidade poderá estar relacionada com a quebra no setor secundário; em áreas como a construção civil e mobiliário onde predomina a mão de obra masculina; assim como ao aumento da oferta de emprego no setor terciário, nomeadamente o de natureza social que emprega maioritariamente mulheres.

Apesar da análise entre os últimos períodos intercensitários se apresentar fundamental, sentiu-se necessidade de verificar qual seria a situação atual. Nos quadros seguintes apresentam-se dados relativos ao número de desempregados total, assim como algumas condições fundamentais para descrever este grupo, como o género; tempo de inscrição; situação face à procura de emprego; o nível de escolaridade e grupo etário no final do mês de abril de 2011 a abril de 2014. O mês selecionado deveu-se apenas a uma questão de conformidade na comparação entre os diferentes anos já que aquando da consulta era o mês mais recente que apresentava dados para o ano de 2014.

É necessário ter-se no entanto algum cuidado com o preciosismo dos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que poderão não demonstrar de forma fidedigna a realidade, devido a algumas medidas ativas

de política de emprego desenvolvidas por esta entidade como os programas ocupacionais. Nestes, os beneficiários do subsídio de emprego ou rendimento social de inserção que se encontrem a participar nos “Contrato Emprego Inserção” e “Contrato Emprego Inserção +”, não são contabilizados estatisticamente como desempregados.

Ano/Mês	Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	H	M	<1 ano	>1 ano	1º emprego	Novo emprego	
2011/Abril	144	161	191	114	22	283	305
2012/Abril	225	254	384	95	34	445	479
2013/Abril	290	271	341	220	58	503	561
2014/Abril	302	273	308	267	51	524	575

Quadro 3.9 - Desemprego registado no Município segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês).

Fonte: IEFP.

Ano/Mês	<25 Anos	25-34 Anos	35-54 Anos	55 Anos e +	Total
2011/Abril	36	61	139	69	305
2012/Abril	64	111	216	88	479
2013/Abril	82	118	245	116	561
2014/Abril	66	97	275	137	575

Quadro 3.10 - Desemprego registado no Município segundo o grupo etário (situação no fim do mês).

Fonte: IEFP.

Ano/Mês	Nível de Escolaridade						Total
	<1ºCiclo E.B.	1º Ciclo E. B.	2º Ciclo E. B.	3º Ciclo E. B.	Secundário	Superior	
2011/Abril	35	72	69	62	46	21	305
2012/Abril	31	98	90	139	81	40	479
2013/Abril	35	124	105	171	89	37	561
2014/Abril	38	143	115	142	96	41	575

Quadro 3.11 - Desemprego registado no Município segundo os Níveis de Escolaridade (situação no fim do mês).

Fonte: IEFP.

Pela análise da informação respeitante ao mês de abril de 2014 que se encontra nas tabelas anteriores, é possível caracterizar a classe de desempregados no município e retirar algumas ilações:

- ❖ Por género, o desemprego continua a afetar mais os homens (52%);
- ❖ O tempo de inscrição são semelhantes, 54% encontram-se inscritos à < de 1 ano e 46% há mais de 1 ano;

- ❖ Na situação face à procura de emprego, 91% encontra-se na procura de um novo emprego e apenas 9% procura o primeiro emprego;
- ❖ Por grupo etário são os “mais velhos” que apresentam mais dificuldades em (re)entrar no mercado de trabalho. 48% dos desempregos têm idades entre os 35-54 anos e 24% dos desempregados têm 55anos e mais.
- ❖ Por nível de escolaridade os que apresentam no máximo o 3º Ciclo do Ensino Básico são os mais afetados, no total contabilizam 77% dos indivíduos desempregados, dos restantes 17% possuem o Secundário e 7% têm formação Superior.

Com a atual conjuntura económica, prevê-se o contínuo aumento no número de desempregados. Sendo o emprego a fonte primária de rendimento a sobrevivência destas pessoas passará inevitavelmente por uma maior dependência de apoios sociais.

Outro apoio que necessariamente terá que ser alvo de reflexão corresponde ao Rendimento Social de Inserção que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção social de forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, segundo a Lei nº45/2005 de 29 de agosto.

No que concerne ao Rendimento Social de Inserção (RSI) a figura seguinte ilustra a evolução da percentagem de beneficiários no município de Carregal do Sal bem como da Sub- Região Dão-Lafões

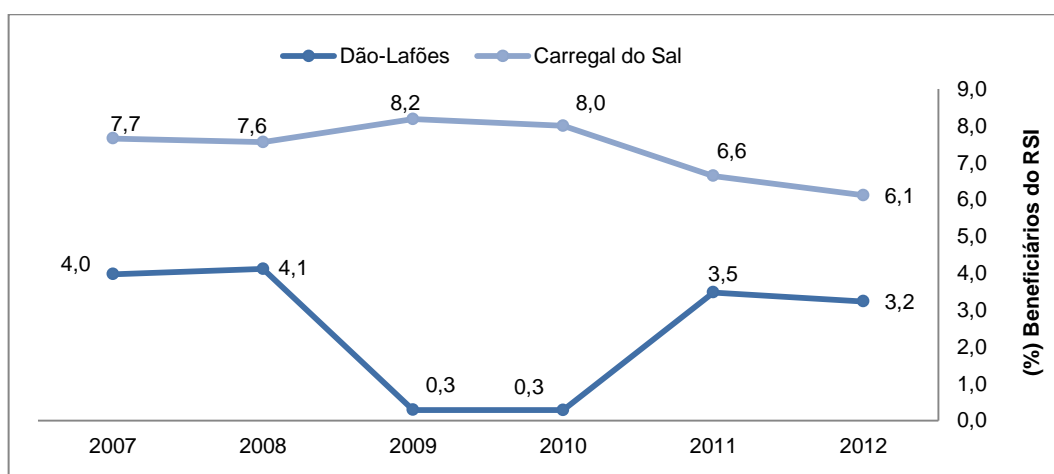


Figura 3.36- Evolução da percentagem de beneficiários do RSI no município de Carregal do Sal e da Sub-Região Dão-Lafões entre 2007 a 2012.

Fonte: INE.

Pela sua análise é peremptória a discrepância da proporção de beneficiários do município de Carregal do Sal relativamente à Sub-Região onde este se insere. A elevada percentagem de beneficiários, que em 2012 representavam 6,1% da população refletem as fortes carências económicas e/ou forte dependência instalada.

Torna-se assim imperativo realizar um estudo aprofundado sobre estes beneficiários, criando estratégias individuais de forma a assegurar a eficácia destes apoios, evitando que se produza o efeito contrário ao desejado.

3.2.3.3. Saúde

O Município de Carregal do Sal no domínio da saúde encontra-se sob a ação do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Dão-Lafões, resultante da reorganização dos ACES integrados na Administração Regional de Saúde do Centro, IP. Esta reestruturação foi introduzida pela Portaria nº 394-A/2012, de 29 de novembro.

O acesso aos Cuidados de Saúde Primários é salvaguardado pelo Centro de Saúde de Carregal do Sal, sendo composto por duas unidades de saúde a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Carregal do Sal com extensão em Cabanas de Viriato e a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Aristides de Sousa Mendes.

Segundo o Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro uma UCSP presta cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. Uma UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

No que respeita aos cuidados de saúde secundários, a população do concelho é assistida pelo Hospital de Tondela e pelo Hospital de São Teotónio.

Ao nível de equipamentos especializados, existe no concelho a Fundação Comendador José Nunes Martins de Oliveira com uma valência de Unidade de Apoio Integrado e uma Clínica de Recuperação e Tratamento da Toxicodependência.

No Concelho existem ainda 4 farmácias, 2 localizadas na sede do município, uma na localidade de Albergaria e outra em Cabanas de Viriato.

No Centro de Saúde de Carregal do Sal estão inscritos 10 301 utentes, dos quais 80,6% correspondem a indivíduos inscritos com médico de família, 19,3% a inscritos sem

médico de família e 0,1% dos inscritos não usufruem de médico de família por opção (ARSC, 2015).

A Portaria n.º 1529/2008 de 26 de dezembro veio incutir nas equipas de saúde, a organização interna de forma a serem cumpridos os tempos máximos de resposta (Quadro 3.12), nas prestações de cuidados de saúde sem carácter de urgência. Devendo cada instituição de prestação de serviços de saúde, divulgar esses dados nomeadamente, em relatórios anuais. Para o Centro de Saúde de Carregal do Sal não foi possível aferir estes dados pela inexistência dos referidos documentos.

Tempos máximos de resposta garantidos	
Motivo relacionado com doença aguda	Próprio dia
Motivo não relacionado com doença aguda	Até 15 dias úteis a partir da data do pedido
Renovação de medicação em caso de doença crónica	Até 72h após a entrega do pedido
Relatórios, cartas de referência, orientações e outros documentos escritos (na sequência de consulta médica ou de enfermagem)	Até 72h após a entrega do pedido

Quadro 3.12 - Tempos máximos de resposta garantidos, segundo a Portaria n.º 1529/2008 de 26 de dezembro.

No quadro seguinte (3.13) apresenta-se a evolução para alguns indicadores no domínio da saúde no município de Carregal do Sal, disponibilizados no *site* do INE ao nível das estatísticas territoriais

Período dos Dados de Referência	(N.º) Enfermeiras/os por 1000 habitantes	(N.º) Médicas/os por 1000 habitantes	(N.º) Pessoal ao serviço nos centros de saúde	(N.º) Centros de saúde	(N.º) Extensões do centro de saúde	(N.º) Atendimentos SUB e SAP no centro de saúde
2013	2,7	1	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.
2012	2,4	1,1	25	1	S.I.	0
2011	2	1	24	1	1	1963
2010	2	1	26	1	0	0
2009	1,7	0,9	37	1	2	14296
2008	1,8	0,8	36	1	2	17178
2007	1,9	0,9	36	1	2	17057
2006	1,4	0,9	33	1	2	16633
2005	1,3	1	38	1	2	16124
2004	1,3	1	39	1	2	16367
2003	1,2	0,9	37	1	2	18243
2002	1	1	43	1	2	18063
2001	S.I.	S.I.	39	1	2	17539
2000	S.I.	S.I.	44	1	2	15117
1999	S.I.	S.I.	40	1	2	13107
1998	S.I.	S.I.	40	1	3	S.I.
1997	S.I.	S.I.	42	1	3	S.I.
1996	S.I.	S.I.	41	1	3	S.I.
1995	S.I.	S.I.	39	1	3	S.I.
1994	S.I.	S.I.	38	1	3	S.I.
1993	S.I.	S.I.	41	1	3	S.I.

Quadro 3.13 - Evolução de alguns indicadores relativos à saúde no município de Carregal do Sal (Legenda: S.I.- Sem Informação; SUB- serviço de urgência básica; SAP- serviço de atendimento permanente ou prolongado).

Fonte: INE.

Da sua análise ressalta a quebra acentuada no número de atendimentos no SUB após o encerramento do serviço SAP em 2010, o que poderá ser justificado pela nova dinâmica induzida nos utentes durante esse ano no acesso aos cuidados médicos. A diminuição que se verifica na disponibilidade de pessoal ao serviço nos centros de saúde, aparentemente não foi influenciada pelo número de médicos e sobretudo pelo número de enfermeiros visto que se regista um aumento relativamente favorável, apesar de ainda apresentar valores abaixo da Sub-Região Dão-Lafões.

3.2.3.4. Educação

Com a elaboração da Carta Educativa do Município pretendeu-se definir uma estratégia de orientação e gestão do sistema educativo em função do desenvolvimento socioeconómico e cultural, tomada de decisões relativas à reconversão e adaptação do parque escolar existente, restantes equipamentos de apoio, prever e otimizar recursos (CMCS, 2006).

Atualmente as escolas dos diversos níveis de ensino do município encontram-se aglutinadas no Agrupamento de Escolas do Concelho de Carregal do Sal. No quadro seguinte (3.14) apresentam-se os estabelecimentos que o constituem, organizados por nível de ensino lecionado e freguesias servidas por cada estabelecimento.

Nível de ensino	Estabelecimento	Freguesias servidas	
Jardim de Infância	Escola Básica Nun'Alvares	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral; Freguesia de Oliveira do Conde; Freguesia de Parada	
	Pólo do Pré-Escolar da Escola Básica Aristides de Sousa Mendes	Freguesias de Beijós; Freguesia de Cabanas de Viriato	
Ensino Básico	1º Ciclo	Escola Básica Nun'Alvares	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral; Freguesia de Oliveira do Conde; Freguesia de Parada
		Escola Básica Aristides de Sousa Mendes	Freguesias de Beijós; Freguesia de Cabanas de Viriato
	2º Ciclo	Escola Básica N.º2 de Carregal do Sal	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral; Freguesia de Oliveira do Conde; Freguesia de Parada
		Escola Básica Aristides de Sousa Mendes	Freguesias de Beijós; Freguesia de Cabanas de Viriato
	3º Ciclo	Escola Básica N.º2 de Carregal do Sal	União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral; Freguesia de Oliveira do Conde; Freguesia de Parada
		Escola Básica Aristides de Sousa Mendes	Freguesias de Beijós; Freguesia de Cabanas de Viriato
Ensino Secundário	Escola Secundária de Carregal do Sal	Todas as Freguesias	

Quadro 3.14 - Organização do Agrupamento de Escolas do Concelho de Carregal do Sal.

Os indicadores regionais e municipais de educação no município estão patentes no quadro 3.15. Como podemos verificar a taxa de analfabetismo no município tem decrescido no entanto ainda se mantêm superior à da Sub-Região Dão Lafões. Em 2011 o município de Carregal do Sal ainda apresentava 681 analfabetos com 10 ou mais anos, ou seja cerca de 6,9% da população residente, o que se deve em grande parte a uma estrutura etária da população caracteristicamente envelhecida.

Taxa de analfabetismo		
	Carregal do Sal	Sub-Região Dão Lafões
1991	13,3	14,7
2001	12	11,6
2011	7,6	7,1

Quadro 3.15 - Evolução da taxa de analfabetismo.

Tendo em conta os dados dos Censos de 2011 a percentagem da população com o ensino básico, secundário e superior era de 65,5%, 14,3% e 7,8% respetivamente.

A variação da população por nível de escolaridade (ver Figura 3.37) no último período intercensitário revela que a percentagem da população só com o ensino básico decresceu em 7%. Tendo a população com maiores qualificações, ensino secundário e ensino superior aumentado de 19% e 39%, respetivamente. A tendência do município demonstra assim alguma equidade para com a Sub-Região onde se insere.

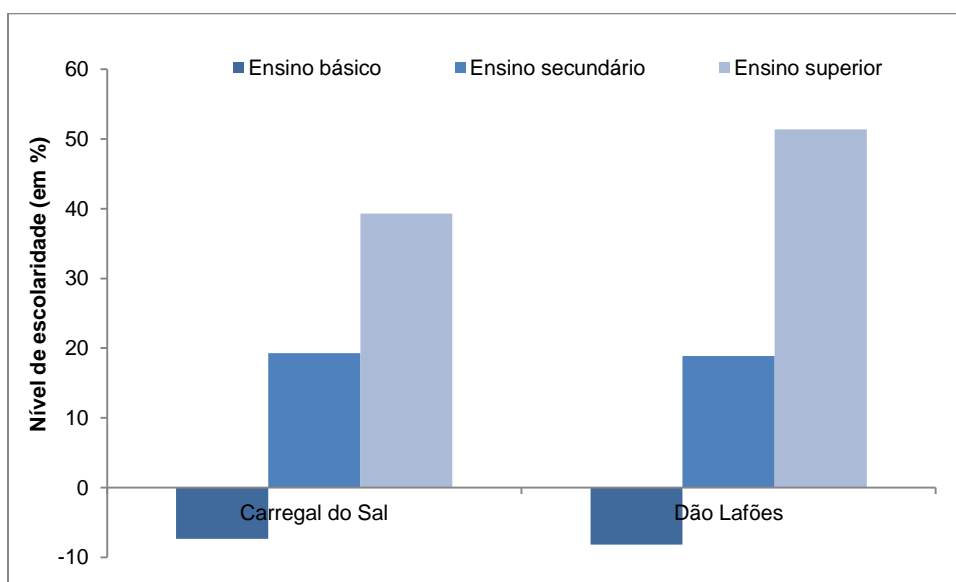


Figura 3.37- Variação do nível de escolaridade, entre 2001 e 2011.

A taxa de retenção e desistência de alunos no ensino básico no Município de Carregal do Sal tem demonstrado um comportamento bastante diversificado, e com taxas sempre superiores à da Sub-Região à exceção do ano letivo de 2007/2008 (ver Figura 3.38).

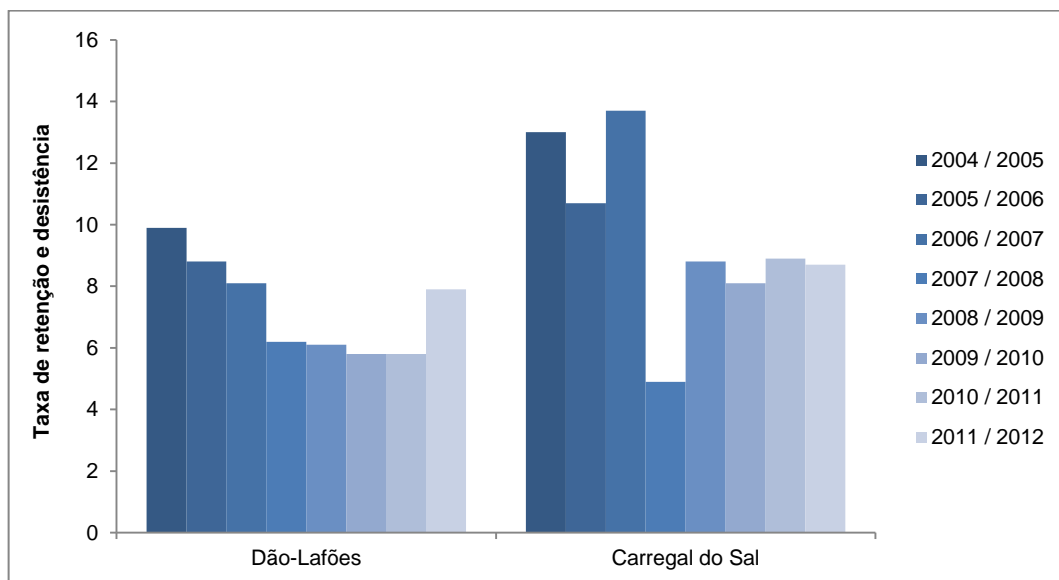


Figura 3.38- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular na Sub-região Dão-Lafões e no Município de Carregal do Sal, por ano letivo.

Apesar de se verificar a melhoria das habilitações da população nas últimas décadas ainda não se alcançou o nível de escolaridade desejado para o Concelho Carregal do Sal.

3.2.3.5. Desportivos

Relativamente à distribuição dos equipamentos desportivos existentes no município todas as freguesias se encontram servidas como é observável no quadro 3.16. No que se refere à tipologia, os polidesportivos descobertos e os campos de futebol são os equipamentos mais frequentes.

Freguesia	Localidade	Equipamento
Beijós	Beijós	Campo de Futebol
		Polidesportivo descoberto
	Pardieiros	Campo de Futebol
		Campo de Futebol
Cabanas de Viriato	Cabanas de Viriato	Campo de Futebol
		Polidesportivo descoberto
	Laceiras	Campo de Futebol
Oliveira do Conde	Oliveira do Conde	Campo de Futebol
		Polidesportivo descoberto
	Travanca de S. Tomé	Campo de Futebol
	Fiais da Telha	Campo de Futebol
		Pista todo-o-terreno
		Polidesportivo
		Campo de Tiro
Parada	Parada	Polidesportivo descoberto
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	Carregal do Sal	Campo de Futebol
		Piscinas Municipais
		Pavilhão Gimnodesportivo Municipal
		Campo de Ténis
		Polidesportivo descoberto
	Papízios	Polidesportivo descoberto
	Sobral	Campo de Futebol Polidesportivo descoberto

Quadro 3.16 - Equipamentos Desportivos no Município de Carregal do Sal.

3.2.3.6. Culturais

O Município de Carregal do Sal encontra-se servido por alguns equipamentos culturais, os quais se discriminam no quadro seguinte (3.17). No entanto é importante referir outros espaços que ocupam um papel importante na vida cultural do município como o são algumas associações locais que serão alvo de caracterização posteriormente em subcapítulo próprio.

Equipamento	Localização
Biblioteca	Carregal do Sal
Espaço Internet	Carregal do Sal
Centro Cultural de Carregal do Sal	Carregal do Sal
Museu Municipal	Carregal do Sal

Quadro 3.17 - Equipamentos Culturais no Município de Carregal do Sal.

3.2.3.7. Património Cultural

O Município de Carregal do Sal apresenta um vasto e diversificado património cultural, nomeadamente ao nível do património arqueológico, arquitetónico construído e paisagístico, património móvel e imaterial.

Para o “usufruto” deste legado na atualidade, temos que recuar até cerca de 5500 a.C. *quando os primeiros camponeses acordaram as bacias interiores do Mondego, Vouga e Douro com o ruído dos seus rebanhos de ovinos* (Pinto, 2012).

São deste período, o Neolítico Antigo os primeiros vestígios arqueológicos recuperados no Concelho de Carregal do Sal, no entanto o património arqueológico inventariado no município não se fica por este período sendo significativamente vasto em vestígios e em escala temporal (da idade Pré-História à idade Moderna). Prova disso são as mais de 200 ocorrências inventariadas e descritas que constituem a carta arqueológica do município. A primeira versão foi elaborada em 2004, sofrendo até ao momento três atualizações, depreendendo-se que dia menos dia terá que ser alvo de nova atualização beneficiando de novas descobertas realizadas.

Outro importante espólio do património local corresponde ao *património edificado das últimas centúrias, especificamente a arquitetura civil adotada nas construções nobres rurais edificadas no decorrer dos séculos XVII a XIX* (Ribeiro, 2012). São mais de três dezenas de solares e casas solarengas que adornam as diversas freguesias do município, 6 destes imóveis encontram-se já protegidos como património imóvel classificado.

Todo este património edificado não pode ser desligado da história social, económica e filantrópica do município, particularmente da figura de Aristides de Sousa Mendes. Natural de Cabanas de Viriato desempenhava funções de cônsul português em Bordéus, aquando da II Guerra Mundial. A sua casa em Cabanas de Viriato, “A Casa do Passal” foi classificada de Monumento Nacional em 2011. Todavia após muitos anos de degradação a casa começou a ser intervencionada ao nível da cobertura, reforço e estabilização da estrutura em maio de 2014, com o objetivo último da criação de um Museu.

A arquitetura religiosa também se encontra representada no Município de Carregal do Sal, através das diversas alminhas, igrejas matrizes e capelas destacando-se a Capela da Nossa Senhora dos Carvalhais classificada como de Interesse Municipal. Nesta categoria importa ainda não esquecer a obra-prima da escultura do Renascimento, o túmulo de Fernão Gomes de Góis classificado como Monumento Nacional desde 1910.

No património arquitetónico podemos ainda referir as cerca de uma centena e meia de fontes e chafarizes inventariados no concelho, constituindo um considerável património hídrico.

O Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria de Carregal do Sal através das coleções que alberga (arqueologia, pintura, escultura, armaria e etnografia), proporciona um conhecimento abrangente da história do concelho e constitui o ponto de partida para visitar o que de mais relevante existe no território (Pinto, 2014). Além dos diversos monumentos isolados que podem ser vislumbrados, a Rede Municipal de Espaços Musealizados do Município de Carregal do Sal (Quadro 3.18) permite uma viagem no tempo neste território.

Rede Municipal de Espaços Musealizados do Município de Carregal do Sal
Núcleo Museológico do Lagar das Varas de Parada;
Circuito Pré- Histórico Fiais/Azenha;
Circuito Arqueológico da Cova da Moira;
Percurso Patrimonial das Cimalhinhas;
Percurso Patrimonial de Chãs;
Núcleo Museológico/Complexo Patrimonial de Cabris;
Núcleo Museológico das Escolas Primárias do Município de Carregal do Sal;
Património Paisagístico e Edificado da Orla do Rio Mondego.

Quadro 3.18 - Rede Municipal de Espaços Musealizados do Município de Carregal do Sal.

Também o espólio de obras editadas por esta edilidade (Quadro 3.19) demonstra o seu interesse em transmitir e perpetuar no tempo a história, o património e a identidade deste “Torrão da Beira”, a par dos trabalhos de preservação do património realizados.

Publicações editadas pela Câmara Municipal de Carregal do Sal	
1986	Carregal do Sal- No Coração da Beira
1987	Carregal do Sal- 150 Anos
1995	A escola que eu vivi: versos
1997	Guardador de sonhos Memórias e Tradições
1998	As Alminhas no Concelho de Carregal do Sal
2000	Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal- 60 anos de vida
2001	Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal
2002	Roteiro do Circuito Pré-Histórico Fiais/Azenha Desdobrável do Circuito Pré-Histórico Fiais/Azenha
2003	Pedaços do Meu Sentir- Recados do Coração
2004	Património Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal, 2ª fase da Carta e Roteiro Roteiro do Percurso Patrimonial das Cimalhinhas Desdobrável do Percurso Patrimonial das Cimalhinhas O Cônsul Português em Rimas de Acentos Humanitários (Aristides de Sousa Mendes) Uma Aventura em Pinheiro
2005	Sílvio Lima- um esboço biográfico Aristides de Sousa Mendes 50 anos de memória 1954-2004 Um abraço Solidário do Concelho de Carregal do Sal 30 Anos – Escola Secundária de Carregal do Sal
2006	Roteiro do Museu Municipal de Carregal do Sal Catálogo da Coleção Etnográfica Por Terras do Concelho Roteiro do Circuito Arqueológico da Cova da Moira Desdobrável do Circuito Arqueológico da Cova da Moira Desdobrável de Apresentação do Núcleo Museológico do Lagar de Varas de Parada Donatários de Oliveira do Conde e Currelos Pensar a Fé- Sentir e Viver Autarcas do Concelho de Carregal do Sal 1974-2006 Subsidio para a história do poder local democrata
2007	O Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, das Origens à sua Formação Coleção de Postais do Património Arquitetónico e Escultórico Coleção de Postais do Património Arqueológico do Concelho Coleção de Postais do Museu Municipal e Lagar de Varas de Parada
2009	Roteiro do Percurso Patrimonial de Chãs Desdobrável do Percurso Patrimonial de Chãs Beatriz Henriques- Uma Vítima da Inquisição
2010	A República nos seus primeiros anos no Concelho de Carregal do Sal A Estrada 230 Tondela- Carregal do Sal: História Fascinante Dum Sonho de Gerações
2011	Desdobrável do Túmulo Fernão Gomes de Góis Desdobrável de Aristides de Sousa Mendes Carregalíadas- Poema Épico
2012	Novos Contributos para a Atualização da Carta Arqueológica do Concelho de Carregal do Sal Roteiro Turístico- Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal Complexo Patrimonial de Cabris- Núcleo Museológico
2013	Fontes e Chafarizes do Concelho de Carregal do Sal Contributos para o inventário do seu património histórico edificado
2014	Roteiro Turístico- Município de Carregal do Sal

Quadro 3.19 - Listagem de publicações editadas pela Câmara Municipal de Carregal do Sal.

3.3. Caracterização da institucional

3.3.1. Organização institucional

A Administração local autárquica corresponde à atividade desenvolvida pelas autarquias locais. Estas são pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos que trabalham para a proteção e prossecução dos interesses das populações que representam (VII Revisão Constitucional, 2005). De acordo com Bilhim (2004) a atividade da administração local deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões.

Do ponto de vista orgânico a Câmara Municipal de Carregal do Sal é constituída por um presidente e seis vereadores, um dos quais designado vice-presidente, e é o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos recenseados no concelho.

A estrutura atual do município de Carregal do Sal foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 27 de dezembro de 2012 encontrando-se de acordo com a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Como se pode constatar na Figura 3.39 os serviços municipais apresentam uma estrutura hierarquizada verticalmente, composta por:

- Três unidades orgânicas flexíveis, correspondendo a divisões municipais, com direção intermédia de 2º grau;
- Uma unidade orgânica flexível, com direção de 3.º grau; e
- Quatro subunidades orgânicas.



Figura 3.39- Organograma representativo da estrutura administrativa do Município de Carregal do Sal.

3.3.2. Instrumentos de planeamento

A A21L enquanto processo que procura o desenvolvimento e crescimento sustentável no município de Carregal do Sal, deve articular-se com os instrumentos de referência local de forma a ser mantida a coerência entre objetivos, orientações e metas a definir. Com este pressuposto foram analisados um conjunto alargado de planos e documentos que compõem a figura seguinte (3.40). Procurou-se com esta análise identificar quais os instrumentos e planos de âmbito municipal que tem repercussão em estratégias futuras de desenvolvimento, e como tal a enquadrar na formulação da Agenda 21 Local.

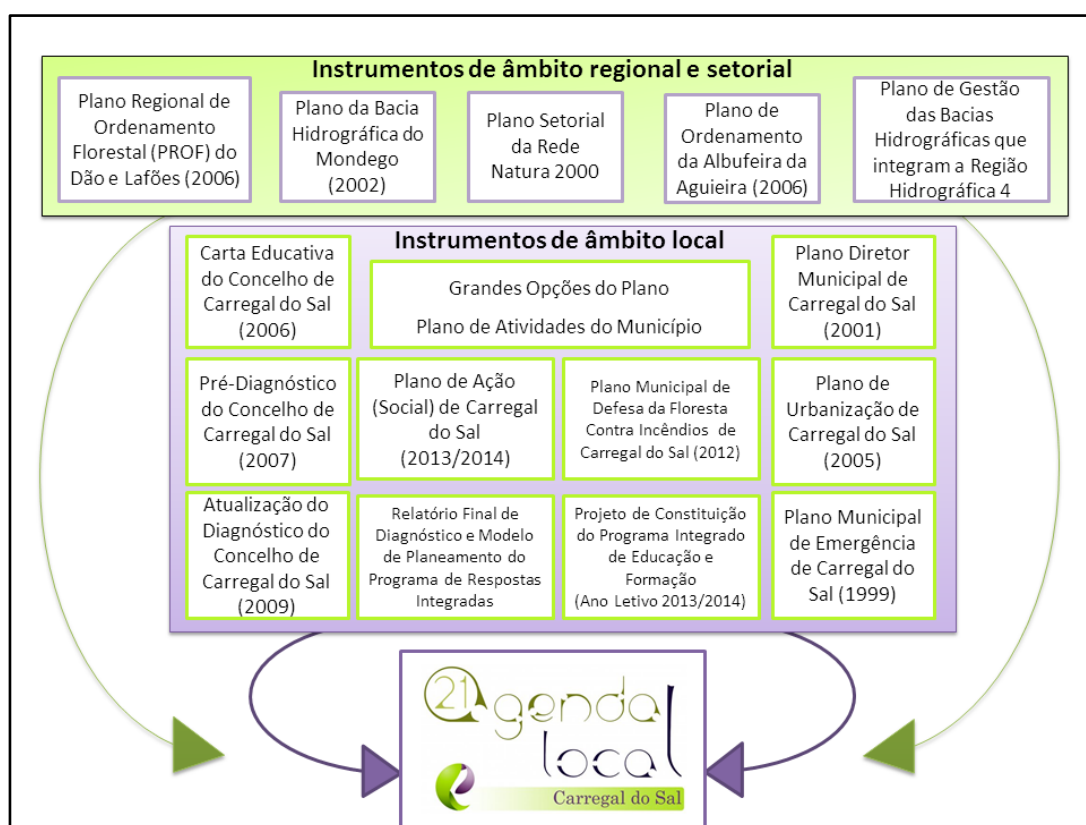


Figura 3.40- Instrumentos de referência no Município de Carregal do Sal.

A partir da avaliação destes instrumentos foi possível elaborar fichas acerca do seu conteúdo que contribuíram para a execução do Anexo 4, que expõe os objetivos e orientações dos planos e documentos já referidos.

3.3.3. Atores e associativismo local

Como refere Soromenho-Marques (2005), o associativismo faz parte da vitalidade e do capital social de uma sociedade civil, capaz de desempenhar a multiplicidade de tarefas e iniciativas que lhe cabem na modernização de um país. Sem o associativismo não há confiança, coesão social, mudança de valores, nem eficácia operatória dos mesmos.

O mesmo autor diz ainda que o aparecimento de novos atores sociais visa compensar deficiências e vazios das políticas públicas, partilhando com o Estado responsabilidades, em face ao desajustamento deste último perante novas tarefas e desafios coletivos.

Apresenta-se de seguida o levantamento efetuado ao nível do associativismo concelhio (Quadro 3.20). A recolha foi baseada no inventário cedido pela Câmara Municipal e complementada através de pesquisa virtual. Tendo por fim sido alvo de validação por parte dos presidentes das Juntas de Freguesia, onde estas coletividades estão sediadas.

Freguesia	Associativismo
Freguesia de Beijós	Associação Cultural e Desportiva de Beijós Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Pardieiros
Freguesia de Cabanas de Viriato	Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato Associação Festas da Vila de Cabanas de Viriato Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato Associação Recreativa Cultural e Desportiva das Ladeiras Clube de Caça e Pesca de Cabanas de Viriato Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato Sport Cabanas de Viriato e Benfica
Freguesia de Oliveira do Conde	Associação Cultural “Rancho Infantil Cravos e Rosas” Associação Para o Progresso de Travanca de São Tomé Associação Recreativa e Cultural de Alvarelhos Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha Associação Recreativa e Desportiva de Fiais da Telha Clube Associativo de Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal Grupo Folclórico D’Alegria de Vila Meã Grupo Recreativo e Cultural “Zés Pereiras MOVE - Associação Jovem de Vila Meã NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha Sociedade de Educação e Recreio de Oliveira do Conde
Freguesia de Parada	Associação Recreativa de Parada Grupo de Atletismo “3 Santos Populares”
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	ADEF – CCS Associação de Desporto e Educação Física Associação Amigos do Carocha de Carregal do Sal Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal Associação Recreativa Cultural do Sobral Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro Associação Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária “A Quinta” Casa do Benfica de Carregal do Sal Centro Cultural de Currelos Clube de Futebol de Carregal do Sal Confraria Gastronómica e Enófila de Terras de Carregal do Sal Cooperativa Agrícola de Carregal do Sal Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Carregal do Sal Grupo de Intervenção Cultural e Artística de Carregal do Sal Núcleo Sportinguista do Concelho de Carregal do Sal PARCA – Associação Cultural Recreativa Amigos de Papízios Universidade Sénior de Carregal do Sal

Quadro 3.20 - Distribuição das associações do Município de Carregal do Sal, por freguesia.

Como se pode constatar estão presentes um número elevado de associações relacionadas com os recursos florestais e agrícolas, assim como associações desportivas, passando pelo recreativo, cultural e social.

Do levantamento efetuado foi ainda possível identificar atores, que apesar de não se localizarem no Município de Carregal do Sal, têm-no no seu raio de intervenção afirmando-se como importantes parceiros desta edilidade. Referimo-nos nomeadamente à Fundação Lapa do Lobo, entidade privada sem fins lucrativos com objetivos culturais, educativos e de preservação do património; a associação Solo Vivo representante da zona de intervenção florestal Carregal do Sal-Mondego e a ADICES que constitui um grupo de ação local acreditado para implementação da estratégia de desenvolvimento local no âmbito do programa de financiamento LEADER.

Destaque ainda para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões da qual o município de Carregal do Sal é um dos associados, que constitui uma entidade de cooperação entre municípios, catalisadora de redes institucionais alargadas, com importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social, ambiental e afirmação regional (<http://cimvdl.pt/index.php/comunicacao/noticias/item/284-reuniao-do-conselho-intermunicipal>).

Além do movimento associativo, outros atores locais foram também alvo da nossa atenção, nomeadamente os que intervêm em áreas distintas como a educação, ação social, economia, política e segurança.

3.3.4. Financiamento comunitário e projetos de desenvolvimento

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia permitiu beneficiar até hoje de 4 Quadros Comunitários de Apoio (QCA) o que contribuiu para um significativo conjunto de alterações nas estruturas sociais e económicas portuguesas.

Como se pode ler no Sítio Web oficial da União Europeia: a política regional da União favorece a redução das diferenças estruturais existentes entre as regiões, o desenvolvimento equilibrado do território comunitário e a promoção de uma igualdade de oportunidades efetiva entre as pessoas. Fundada nos conceitos de solidariedade e de coesão económica e social, concretiza-se através de diversas intervenções financeiras, designadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão. A política de coesão económica e social produz efeitos positivos nos territórios em dificuldade da União Europeia, diminuindo as diferenças de riqueza e de dinamismo que têm origem nas deficiências estruturais em certos fatores-chave de competitividade, como os investimentos em infraestruturas materiais, a inovação e os recursos humanos. Os Estados-Membros e as regiões têm assim, necessidade do apoio das políticas comunitárias para superar as suas

deficiências, desenvolver as suas vantagens comparativas e evoluir de uma forma mais positiva num ambiente cada vez mais concorrencial.

A autarquia de Carregal do Sal tem usufruído destes fundos estruturais e de coesão por forma a se dotar financeiramente, possibilitando o reforço da sua capacidade de intervenção.

Efetou-se o levantamento das candidaturas aprovadas a partir do IIIQAC, nas quais a Câmara Municipal de Carregal do Sal foi a entidade promotora.

Tendo em conta a análise do Anexo 5, que corresponde ao referido levantamento é possível tirar as seguintes conclusões.

O número de projetos aprovados no IIIQCA 2000-2006 é em muito superior ao número de projetos aprovados no QREN 2007-2013, no entanto o fundo comunitário aprovado no QREN é superior ao do IIIQCA (de acordo com os dados disponíveis).

Tendo por base quer o IIIQCA como o QREN 2007-2013, o programa operacional (PO) que mais financiou projetos foi o PO do Centro. Verifica-se ainda que no IIIQCA os projetos foram mais direcionados para o “Eixo 1: Apoio aos Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal”, destinado a acolher e financiar projetos que concorram para a qualidade de vida e o desenvolvimento local, assim como no QREN 2007-2013 onde o eixo prioritário que acumulou mais projetos foi o 3, respeitante à “Coesão Local e Urbana”.

No IIIQCA verifica-se a aposta no desenvolvimento dos recursos humanos, nomeadamente os afetos à administração pública local, situação que não se verifica no QREN 2007-2013.

Outro aspeto contrastante nos dois quadros de apoio, é a sensibilidade demonstrada apenas no QREN 2007-2013 pela promoção na igualdade de oportunidades e a inserção social de pessoas vulneráveis.

Importa ainda referir que no âmbito do QREN 2007-2013, foram ainda apresentadas mais seis candidaturas referentes à mobilidade territorial do “Eixo 3: Coesão Local e Urbana” (que à data deste trabalho ainda não tinham obtido deferimento).

Os dados apurados fazem salientar que os beneficiários de financiamento comunitário no município de Carregal do Sal não se restringem apenas à Câmara Municipal de Carregal do Sal (Quadro 3.21). Debruçando-nos sobre os projetos aprovados no QREN 2007-2013 verifica-se que o fundo comunitário aprovado foi de 10.683.677€ para o concelho através de um total de 53 candidaturas aprovadas apresentadas por empresas, IPSS's, associações e entidades públicas.

Relativamente aos projetos supramunicipais, a Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões viu aprovadas 12 candidaturas permitindo a concretização da estratégia

delineada para o seu território de intervenção. Também a ADICES usufruiu de 11 projetos aprovados.

Beneficiário	Nº de Projetos	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Comunitário Aprovado(€)
Câmara Municipal de Carregal do Sal	10	6.596.374	5.543.658
Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal	20	1.609.504	1.201.191
Associações e IPSS`s	8	2.596.622	2.075.959
Empresas	14	3.595.429	1.526.369
Direção Regional do Centro	1	395.883	336.500
Total	53	14.793.810,75	10.683.677,19

Beneficiário	Nº de Projetos	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Comunitário Aprovado(€)
Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões	12	3.705.041	2.963.722
ADICES	11	2.725.215	1.971.680
Total	53	6.430.256	4.935.402

Quadro 3.21 - Nº de projetos aprovados e valores envolvidos do QREN para o Município de Carregal do Sal e entidades com responsabilidade na gestão de fundos.

Neste contexto importa ainda referir como exemplo o projeto conjunto da Câmara Municipal de Carregal do Sal e da APFPB, o registo da marca Nova Centralidade do Pinheiro Manso, visando potenciar os recursos endógenos, o reforço da prática agroflorestal e a pretensão de introduzir um novo dinamismo à economia local. Esta parceria pretende criar um Parque Clonal de Pinheiro Manso, para dinamizar a fileira do pinheiro manso no concelho e região.

3.3.5. Participação cívica

Para a avaliação da participação cívica, optou-se por avaliar a participação eleitoral bem como a evolução do número de sócios nas associações locais elencadas no quadro 3.20 do capítulo 3.3.3.. Procura-se assim a partir destes indicadores aferir a evolução da participação cívica, recorrendo a mecanismos de escolha em atos eleitorais, ou no envolvimento coletivo em entidades e organizações locais.

A análise da participação dos cidadãos recenseados no município de Carregal do Sal nos atos eleitorais permite refletir sobre a dinâmica participativa existente. No entanto como

sabemos o contexto político-social de cada eleição pode influenciar os comportamentos eleitorais inculcando dificuldades na interpretação dos dados e/ou reconhecimento de tendências.

Nos quadros seguintes (3.22 ao 3.26) encontram-se organizados, os resultados dos dois momentos eleitorais mais recentes para o parlamento europeu; autárquicas; legislativas; presidenciais e referendos nacionais no município de Carregal do Sal.

	Parlamento Europeu 2009					Parlamento Europeu 2014				
	N.º	N.º	%	%	%	N.º	N.º	%	%	%
	Inscritos	Votantes	Votantes	Branco	Nulos	Inscritos	Votantes	Votantes	Branco	Nulos
Freguesia de Beijós	1.132	315	27.83	6.98	1.27	1.031	275	26,67	2,91	3,64
Freguesia de Cabanas de Viriato	1.620	466	28.77	5.58	3.22	1.540	421	27,34	7,36	3,33
Freguesia de Oliveira do Conde	3.310	1.086	32.81	4.97	2.3	3.134	972	31,01	5,35	3,50
Freguesia de Parada	1.031	321	31.13	4.67	1.56	935	227	24,28	4,41	3,96
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	3359	1047	31,17	5,54	2,10	3.354	884	26,36	4,64	2,94
Concelho de Carregal do Sal	10.452	3.235	30.95	5.41	2,19	9.994	2.779	27,81	5,11	3,35

Quadro 3.22 - Participação eleitoral para o Parlamento Europeu no Município de Carregal do Sal.

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt>

	Autárquicas 2009					Autárquicas 2013				
	N.º	N.º	%	%	%	N.º	N.º	%	%	%
	Inscritos	Votantes	Votantes	Branco	Nulos	Inscritos	Votantes	Votantes	Branco	Nulos
Freguesia de Beijós	1.104	691	62.59	1.16	2.17	1.040	634	60.96	2.37	3.31
Freguesia de Cabanas de Viriato	1.593	915	57.44	3.06	1.97	1.548	805	52.0	3.11	1.99
Freguesia de Oliveira do Conde	3.198	1.820	56.91	1.54	1.7	3.142	1.685	53.63	2.43	3.09
Freguesia de Parada	976	562	57.58	0.89	1.78	943	505	53.55	3.17	5.35
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	3.311	2.054	62,04	2,29	1,66	3.365	1.829	54.35	3.44	2.46
Concelho de Carregal do Sal	10.182	6.042	59.34	1.92	1.79	10.038	5.458	54.37	2.93	2.95

Quadro 3.23 - Participação eleitoral nas autárquicas no Município de Carregal do Sal.

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt>

	Legislativas 2009					Legislativas 2011				
	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos
Freguesia de Beijós	1104	572	51,81	1,75	1,22	1072	509	47,48	2,36	2,16
Freguesia de Cabanas de Viriato	1592	850	53,39	1,76	2,24	1577	800	50,73	2,50	1,75
Freguesia de Oliveira do Conde	3191	1697	53,18	1,83	2,06	3134	1579	50,38	3,10	1,20
Freguesia de Parada	965	499	51,71	0,8	1,4	966	465	48,14	0,86	0,86
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	3307	1808	54,67	1,49	1,71	3383	1761	52,05	3,35	1,76
Concelho de Carregal do Sal	10159	5426	53,41	1,6	1,82	10156	4324	42,58	3,84	1,57

Quadro 3.24 - Participação eleitoral nas legislativas no Município de Carregal do Sal.

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt>

	Presidenciais 2006					Presidenciais 2011				
	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos
Freguesia de Beijós	1109	653	58,88	0,61	0,31	1.080	470	43,52	4,89	2,13
Freguesia de Cabanas de Viriato	1509	856	56,73	1,99	0,93	1.585	668	42,15	2,69	2,25
Freguesia de Oliveira do Conde	3065	1748	57,03	1,09	0,74	3.164	1355	42,83	4,06	1,11
Freguesia de Parada	923	553	59,91	0,54	0,72	977	396	40,53	1,52	0,51
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	2996	1755	58,58	1,08	0,63	3.350	1435	42,84	4,46	1,81
Concelho de Carregal do Sal	9602	5565	57,96	1,11	0,68	10.156	4324	42,58	3,84	1,57

Quadro 3.25 - Participação eleitoral nas presidenciais no Município de Carregal do Sal.

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt>

	Referendo Nacional 1998					Referendo Nacional 2007				
	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos	N.º Inscritos	N.º Votantes	% Votantes	% Brancos	% Nulos
Freguesia de Beijós	1092	169	15,48	1,78	0,59	1117	304	27,22	0,66	0,66
Freguesia de Cabanas de Viriato	1432	343	23,95	3,21	0,87	1508	472	31,30	2,12	0,42
Freguesia de Oliveira do Conde	3021	710	23,50	0,99	0,14	3057	1017	33,27	1,38	0,39
Freguesia de Parada	892	220	24,66	1,36	0,45	934	272	29,12	0,74	0,74
União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral	2686	644	23,98	1,24	0,78	2995	943	31,49	2,12	0,95
Concelho de Carregal do Sal	9123	2086	22,87	1,53	0,53	9611	3008	31,30	1,50	0,63

Quadro 3.26 - Participação eleitoral em referendos no Município de Carregal do Sal.

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt>

Tendo em conta a sua análise podemos inferir o seguinte:

- ❖ À exceção das eleições autárquicas, nos restantes momentos eleitorais analisados a percentagem de votantes foi inferior à do território nacional;
- ❖ A percentagem de absentismo foi superior nos atos eleitorais para o parlamento europeu e referendos, apresentando percentagens mais baixas nas presidenciais, legislativas e autárquicas;
- ❖ As eleições com maior percentagem de votos brancos e nulos foram as relativas ao parlamento europeu em 2009 e 2014 com 7,6% e 8,5%, respetivamente;
- ❖ Em contrapartida o ato eleitoral que apresentou a menor percentagem de votos brancos e nulos foram as presidências de 2006;
- ❖ Tendo em conta o agrupamento por categoria dos atos eleitorais, o mais recente apresentou sempre um decréscimo de participação à exceção do referendo nacional;
- ❖ Em ambas as eleições analisadas para o parlamento europeu, a freguesia de Oliveira de Conde foi a que apresentou uma maior afluência às urnas;
- ❖ No entanto a freguesia de Beijós destaca-se por ser a mais participativa quando está em causa o poder local (autárquicas);
- ❖ Nas legislativas a União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral apresenta-se como a mais participativa;
- ❖ Tendo em consideração a média da % de votantes por freguesia dos momentos eleitorais retratados nas tabelas anteriores, a que se apresentou menos participativa foi a de Parada com 32,08% em contrapartida a União das Freguesias Currelos, Papízios e Sobral regista a maior participação;
- ❖ A média dos votantes no município de Carregal do Sal é de 42,32%, com as freguesias de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde e a União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral a ostentarem médias superiores.

Estes dados fazem salientar dinâmicas eleitorais distintas, relacionadas quer com a freguesia quer com o ato eleitoral em causa.

O poder político em funções no município de Carregal do Sal ciente da necessidade de uma relação de credibilidade, transparência e envolvimento com os cidadãos tem incentivado e apoiado ações específicas de envolvimento coletivo.

A primeira delas foi a alteração da data e horário das sessões ordinárias da Assembleia Municipal e das reuniões públicas da Câmara Municipal para as terças sextas feiras e quartas sextas feiras de cada mês, respetivamente ficando o início das mesmas marcado para as 20 horas. Os horários e datas anteriormente praticados “excluía de forma involuntária” uma grande percentagem da população, nomeadamente a ativa e a que regressa ao município apenas no final da semana. Desde que foram introduzidas estas

alterações têm-se notado uma maior afluência a estes momentos democráticos, no entanto ainda aquém do desejado.

A criação do jornal municipal “Uvas e Romãs” que desde o primeiro momento pretendeu envolver a comunidade (através do lançamento do concurso de ideias no seio escolar para a seleção do nome) apresenta-se como uma iniciativa no sentido da implementação de uma política de transparência das atividades camarárias crucial para quando se pretende fomentar a aproximação da comunidade “às coisas da política”.

A ascensão do Município de Carregal do Sal do 37º para o 2º lugar no ranking do Índice de Transparência Municipal (ITM) em 2014, consagra o redesenhar da política pública local, tal como a assinatura simbólica da “Declaração Pela Mobilização Cidadã” para o reforço da democracia local.

No que concerne à evolução do nº de sócios nas coletividades locais não é possível elaborar uma análise sistemática, em causa a ausência de dados como se pode verificar no Anexo 6. Contudo tendo em conta os dados que foram possíveis recolher verificam-se oscilações positivas e negativas no número de associados na maioria das associações ao longo dos anos. Do total das associações analisadas apenas oito destas apresentaram um acréscimo ou estagnação no número de sócios de ano para ano. Refira-se ainda que estas coletividades demonstram dependência financeira da administração local, tendo em conta o número de sócios que apresentam as quotas em dia (ver Anexo 7).

4. Perceção ambiental e expectativas de desenvolvimento

A aplicação do instrumento de análise descrito na metodologia e que se encontra no Anexo 1, permitiu obter 133 respostas aos 160 questionários entregues a que corresponde uma taxa de retorno de 83%.

A auscultação dos *stakeholders* locais, enquanto cidadãos conhecedores da realidade e dinâmicas locais, permitiu identificar a sua visão do município, avaliar a perceção dos inquiridos sobre os principais problemas que o afetam e constatar as expectativas e ações que se consideram mais adequadas para alcançar um município mais sustentável.

4.1. Perceção ambiental e identificação de fragilidades

Quando questionados sobre a visão, ou seja sobre os quatro principais atributos que caracterizam o município, os inquiridos mencionaram todas as opções disponíveis. A distribuição dos resultados permitiu distinguir 3 conjuntos de respostas para a questão em causa (Figura 4.1).

Na perspetiva dos inquiridos foram as opções relacionadas com a amenidade local as mais apreciadas e representativas do município, como a sua beleza, as qualidades das suas gentes, o ambiente e a tranquilidade.

Um segundo conjunto de respostas, correspondendo a uma moderada valorização pelo conjunto dos inquiridos, salienta o bem-estar considerando o município como solidário, seguro e proporcionando qualidade de vida aos habitantes.

As opções menos valorizadas estão relacionadas com a economia e serviços (“É um município rico” ou “É um município com bons serviços”), demonstrando uma visão crítica sobre a riqueza, ou a sua distribuição, assim como no acesso e funcionamento dos serviços.

Tendo em conta os resultados da caracterização efetuada pelos inquiridos podemos concluir que apesar das características aprazíveis que definem o município como um bom

local para se viver, os serviços e o desenvolvimento económico apresentam-se como condicionantes locais.

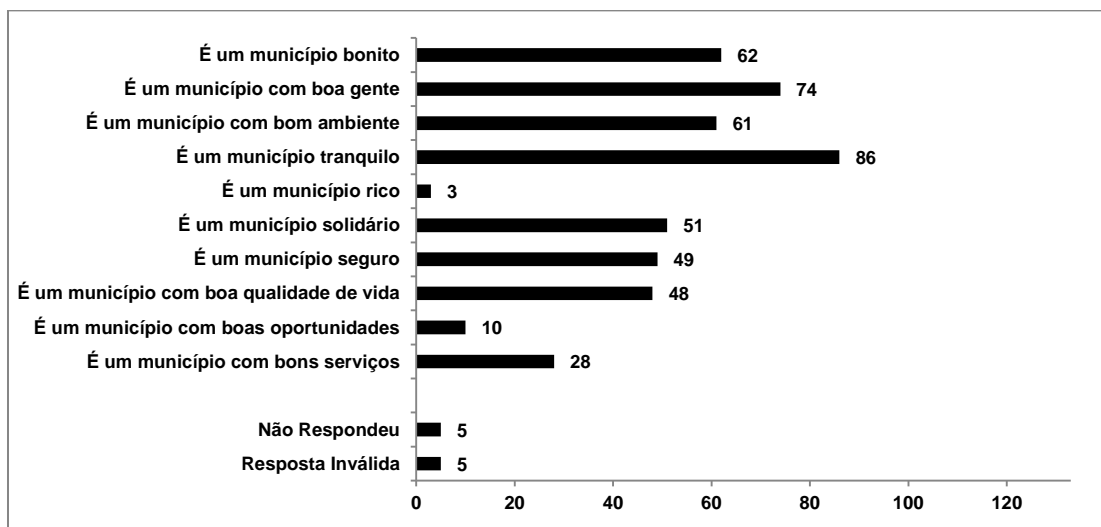


Figura 4.1 - Visão dos inquiridos sobre o Município de Carregal do Sal.

A auscultação dos inquiridos sobre os principais problemas que, na sua perspetiva afetam, o município ao nível ambiental, social, económico e de governação, permitiu perceber os problemas específicos mais valorizados e comparar entre os vários domínios.

Tendo em conta que nestas questões não se fizeram restrições quanto ao número de opções a considerar, foi possível calcular a média dos problemas selecionados por domínio (ambiental; social, económico e de governação). Obtiveram-se assim os seguintes resultados: os inquiridos registaram em média 3.15 problemas ambientais, 4.08 problemas sociais, 4.7 problemas económicos e 3.47 problemas de governação. Tendo em conta as médias calculadas regista-se por parte dos inquiridos uma maior apreensão nos domínios económico e social.

Do ponto de vista ambiental (Figura 4.2) dois problemas destacam-se: “O abandono rural” e “Os incêndios florestais”. Estes dois processos evidenciam uma relação de causa-efeito, já que o abandono rural potencia os incêndios florestais, quer pela negligência relativamente à limpeza dos matos quer pela ausência de zonas de contenção. Ressaltam ainda as preocupações relativas ao desordenamento urbano, ao deficiente tratamento das águas residuais e à poluição das linhas de água. Pode-se ainda constatar que o abastecimento de água para consumo humano (qualidade e quantidade) e o abastecimento de água para a agricultura (quantidade) não constituem problemas relevantes para o conjunto dos inquiridos, assim como a baixa qualidade do ar, que não foi assinalada por nenhum dos inquiridos. O conjunto dos resultados parece evidenciar uma sensibilidade dos inquiridos para os problemas do espaço rural em detrimento dos sistemas urbanos.

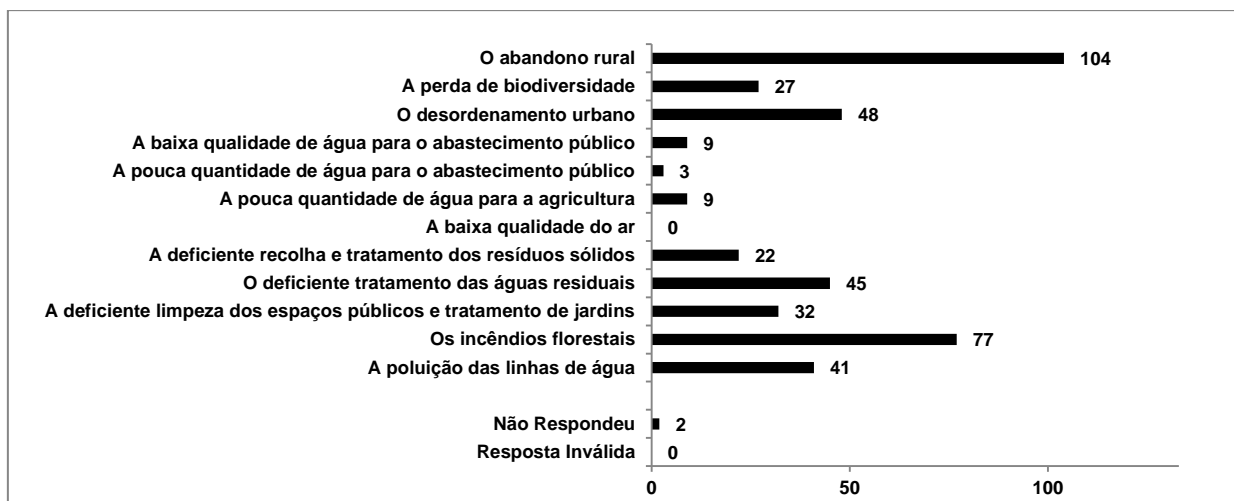


Figura 4.2 - Problemas ambientais que afetam o Município de Carregal do Sal.

Relativamente aos problemas sociais (Figura 4.3) os inquiridos salientam quatro problemas: “A perda de população”, “O envelhecimento da população”, “A não fixação dos jovens” e a “A deficiente resposta dos serviços de saúde”. De salientar que os três processos mais evidenciados se encontram relacionados com a demografia local. A resposta do serviço de saúde apresenta-se como um problema principal, em contraste com a resposta dos serviços educativos ou de apoio social, provavelmente por ser percecionado como fundamental para a qualidade de vida, e ilustrando a perda de serviços como a urgência médica no município. Pode-se assim concluir que os inquiridos salientam problemas não baseados apenas em forçadores locais e que resultam de dinâmicas supramunicipais (evolução demográfica), podendo apenas a saúde representar uma realidade estrita, embora parte de uma evolução nacional.

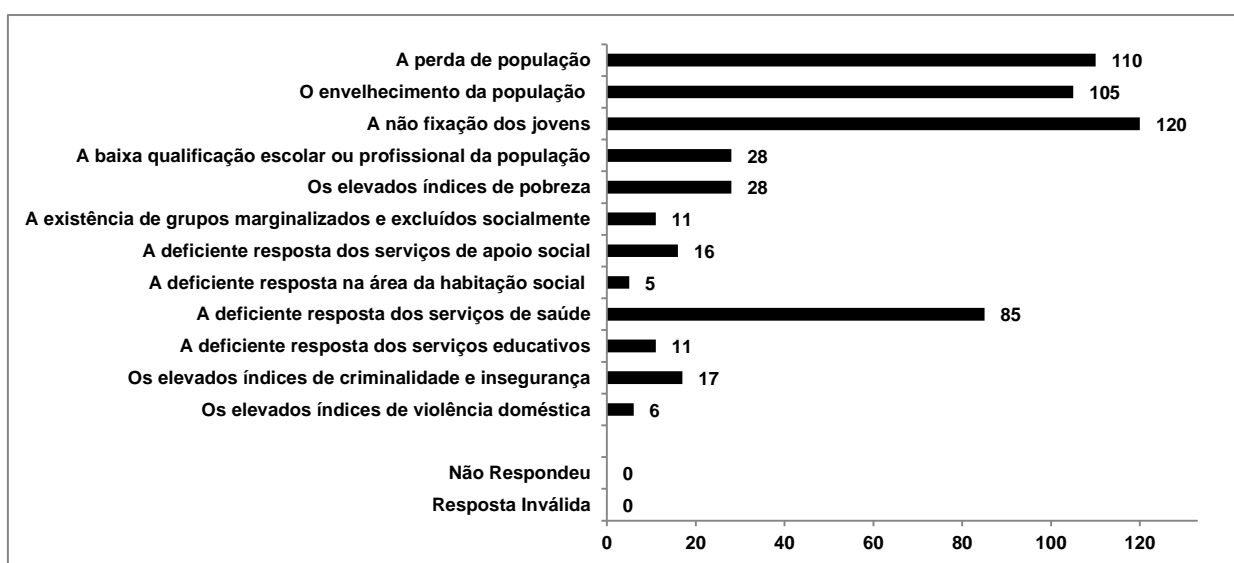


Figura 4.3 - Problemas sociais que afetam o Município de Carregal do Sal.

Nos problemas identificados no domínio económico (Figura 4.4) verifica-se maior dispersão das respostas assinaladas, evidenciando os inquiridos maiores preocupações com: “Os elevados índices de desemprego”, “O baixo rendimento disponível ou baixo poder de compra”, “A falta de apoios ou de incentivos à atividade económica” e “A falta de uma estratégia de desenvolvimento económico”. Na perspetiva dos inquiridos apenas as vias de acesso ou as infraestruturas de comunicação não se apresentam como um constrangimento ao desenvolvimento económico, já que esta opção apenas foi residualmente referida.

Os resultados parecem assim demonstrar que os *stakeholders* consideram como prioritárias as ações de desenvolvimento que potenciem o emprego e a valorização social das políticas de emprego e só depois a visão estratégica de reconversão económica.

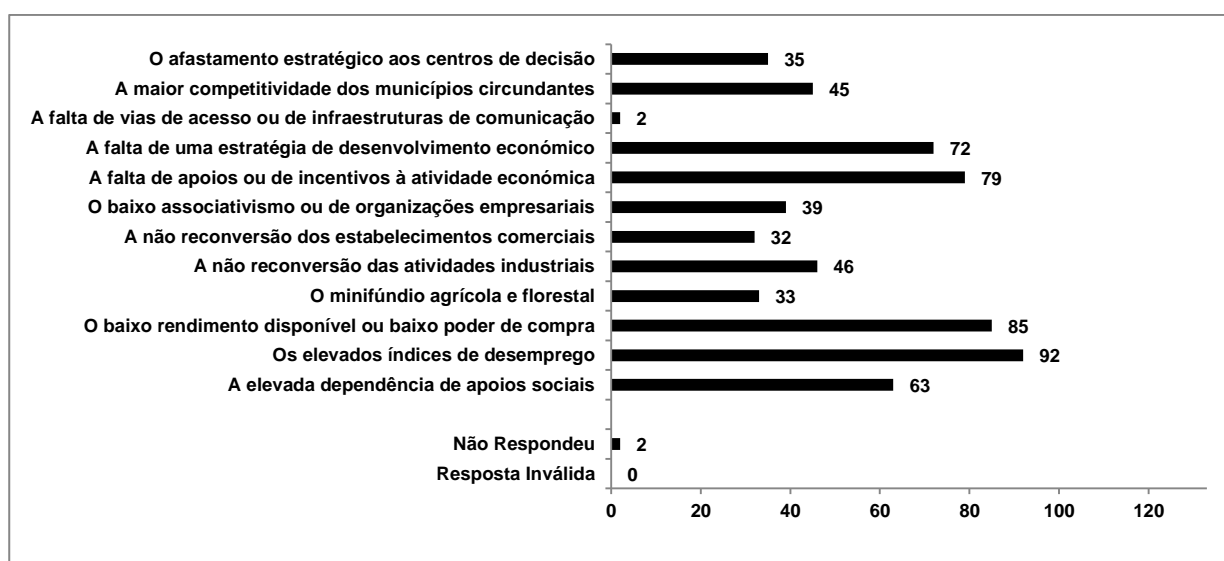


Figura 4.4 - Problemas económicos que afetam o Município de Carregal do Sal.

Também no domínio da governação se verifica alguma dispersão nas opções assinaladas pelos inquiridos (Figura 4.5). O principal problema identificado foi “A reduzida participação dos cidadãos ou das associações nas decisões municipais”. Foram igualmente realçados como problemas associados à governação “O elevado nível de impostos e taxas municipais”, “O deficiente atendimento e burocracia dos serviços da administração e das repartições públicas” e a “A deficiente informação aos cidadãos ou das associações nas decisões municipais”. No entanto, e dados os resultados dos inquiridos, estes apresentam-se moderadamente satisfeitos com os serviços prestados pela administração principalmente no domínio da educação, mas também os relacionados com o apoio social, conservação de vias e de outras infraestruturas, apoio e promoção de atividades culturais, com as atividades desportivas e de lazer e até com a gestão ambiental e de proteção civil. Podemos concluir que os inquiridos parecem reconhecer uma boa prestação dos serviços na dependência da

governança municipal, salientando-se no entanto o distanciamento e a deficiente relação destes com a administração.

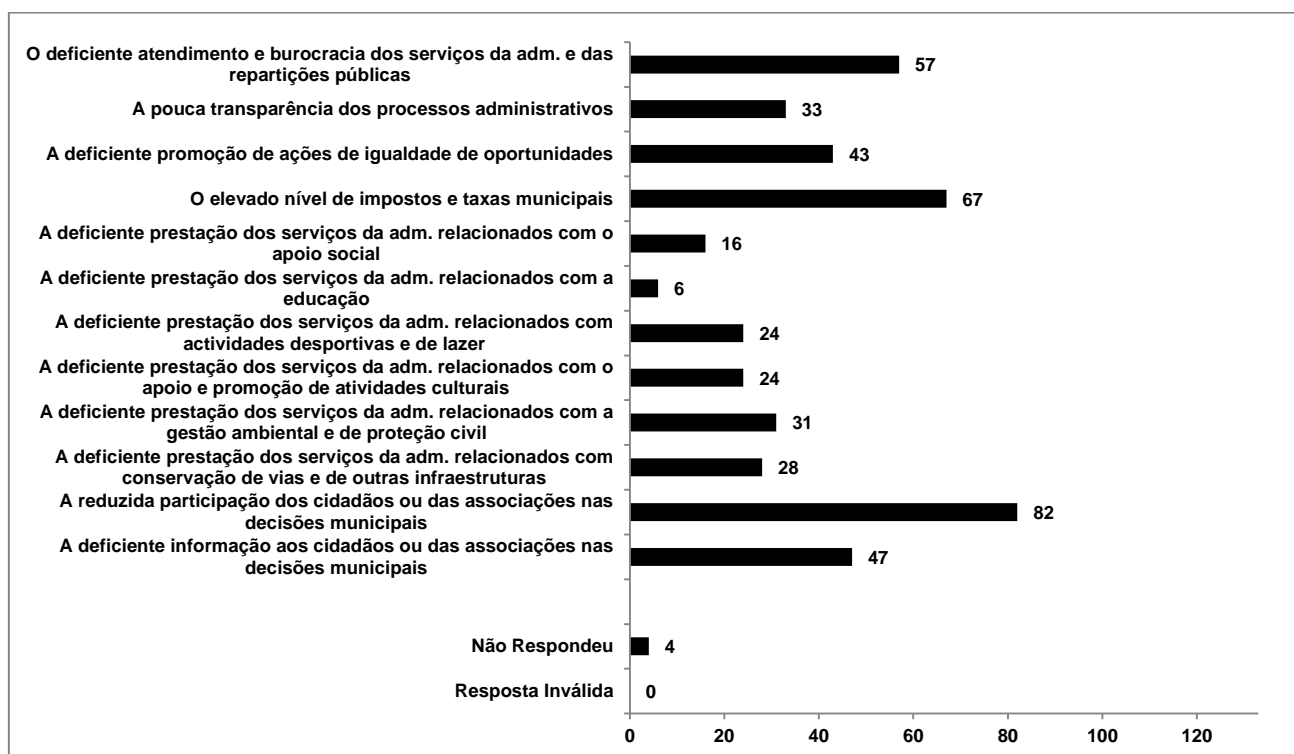


Figura 4.5 - Problemas na governação que afetam o Município de Carregal do Sal.

4.2. Identificação das expectativas e ações de desenvolvimento

Para o reconhecimento do grau de importância atribuída a ações suscetíveis de resolverem os problemas identificados nos diferentes domínios (dinâmica da população e apoio social; ambiente e proteção civil; economia e governação, educação e cultura) solicitou-se aos inquiridos que classificassem ações sugeridas através de uma escala de “muito importante a nada importante”. De forma a facilitar a leitura dos resultados calculou-se o valor médio da escala que apresentava uma correspondência numérica respetiva entre “4 e 1”. Numa análise geral verifica-se que os valores médios variaram entre 2.6 e 3.9 ou seja todas as medidas propostas foram classificadas de “importante” e “muito importante”, respetivamente. Demonstrando que na opinião dos inquiridos todas as medidas propostas são válidas e se implementadas representariam uma mais-valia para a melhoria da qualidade de vida no município.

Tendo em conta a média obtida, na visão dos inquiridos as questões ambientais e de proteção civil apresentam-se como as mais prioritárias (média de 3.18), seguidas das

questões económicas e de governação (média de 3.16), as relacionadas com a dinâmica da população e apoio social (média de 3.13) e finalmente as questões de educação e cultura (média de 2.98).

As respostas dos inquiridos sobre as dinâmicas da população são consideradas genericamente de maior importância em detrimento das de apoio social. Na perspetiva dos inquiridos as ações mais prioritárias seriam “Fixar os jovens” e “Fomentar o aumento da natalidade”, com médias de 3.9 e 3.6 respetivamente. Estes resultados demonstram coerência com os problemas que os mesmos inquiridos identificaram anteriormente, no entanto não foram valorizadas as migrações externas e internas como medidas possíveis para reverter a perda de população. A ação “A fixação da população oriunda de outros municípios ou estrangeira” apresenta um dos valores mais baixos de aceitação (2,6), indicando uma valorização dos recursos humanos locais em detrimento de outras opções, revelando uma certa visão etnocêntrica.

As ações que visam a melhoria da disponibilidade e qualidade da habitação social, de apoio à população excluída ou desfavorecida ou o aumento do reforço policial foram medidas consideradas de menor importância tendo em vista uma implementação num período curto.

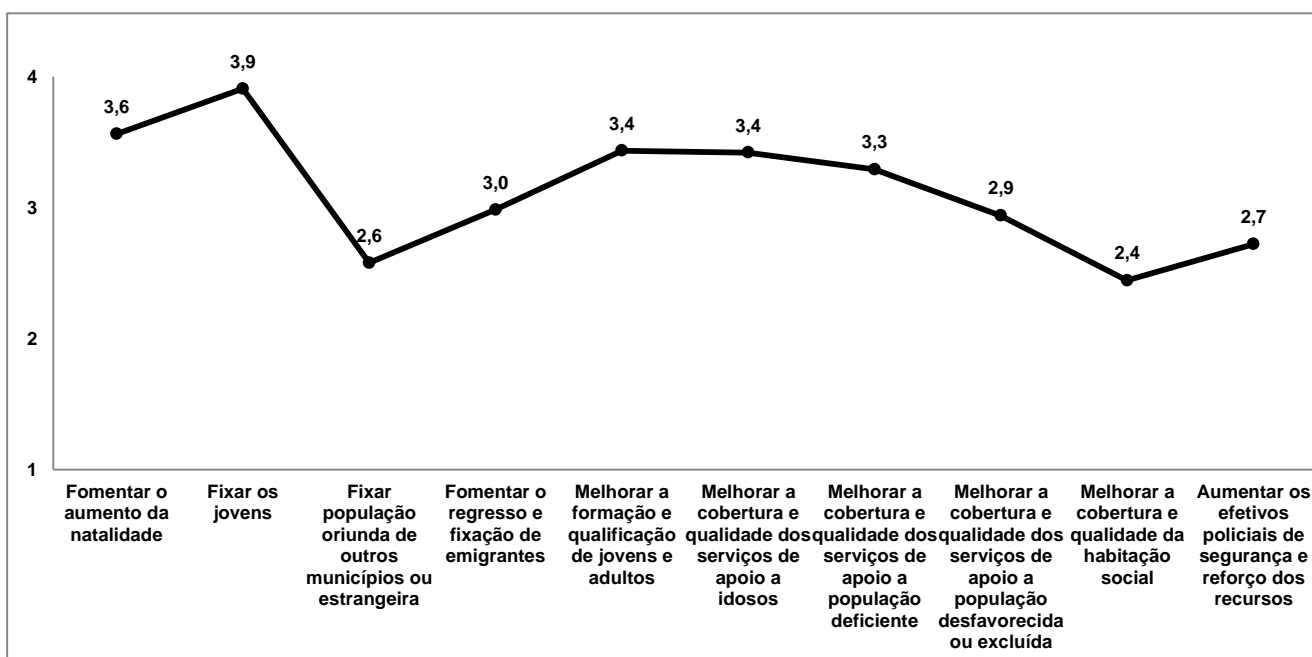


Figura 4.6 - Expectativas sobre a dinâmica da população e apoio social no Município de Carregal do Sal.

Quando questionados relativamente às questões ambientais e de proteção civil, as ações que os *stakeholders* identificaram como prioritárias foram: “Eliminar focos de poluição com impacto na saúde pública”; “Proteger áreas sensíveis e os recursos naturais” e

“Melhorar os recursos de proteção civil para a emergência e socorro”. Por outro lado a ação considerada como não prioritária foi “Criar um gabinete Municipal de Proteção Civil”. Estes resultados parecem demonstrar alguma incongruência visto que esta estrutura podia representar uma mais-valia para a implementação das medidas que os inquiridos consideraram importantes em outras respostas.

Podemos assim inferir que os inquiridos valorizam essencialmente as ações imateriais no domínio da segurança pública, demonstrando um nível de sensibilização para a temática, mas simultaneamente um baixo nível de experimentação. O que pode explicar a menor necessidade de afetação de recursos materiais.

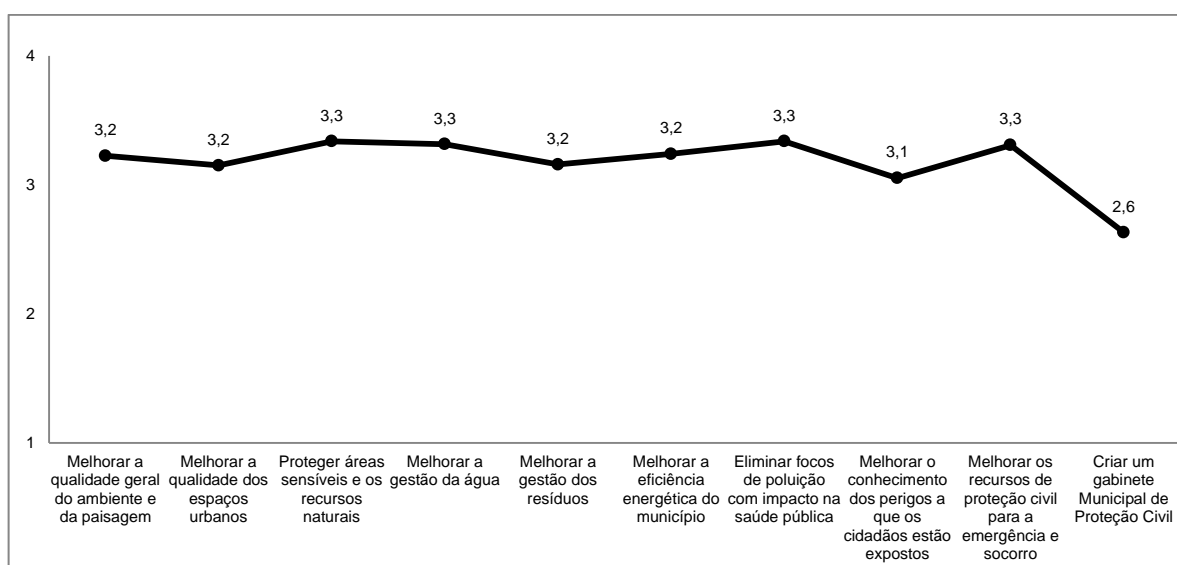


Figura 4.7- Expectativas sobre questões ambientais e de proteção civil no Município de Carregal do Sal.

Quando questionados relativamente às questões económicas e de governação, as medidas consideradas como mais importantes foram: “Desenvolver e apoiar iniciativas de atração de investimento externo”, “Apoiar iniciativas de revitalização do comércio local” e “Apoiar iniciativas de reconversão e investimento industrial”. Estas ações vão de encontro às preocupações que ficaram patentes anteriormente nos problemas identificados. As ações menos valorizadas referem-se às questões de governação relacionadas como a criação de novas estruturas de governação, como gabinetes.

Verifica-se mais uma vez o sentido em potenciar os recursos endógenos e simultaneamente a valorização de ações imateriais por parte da governação.

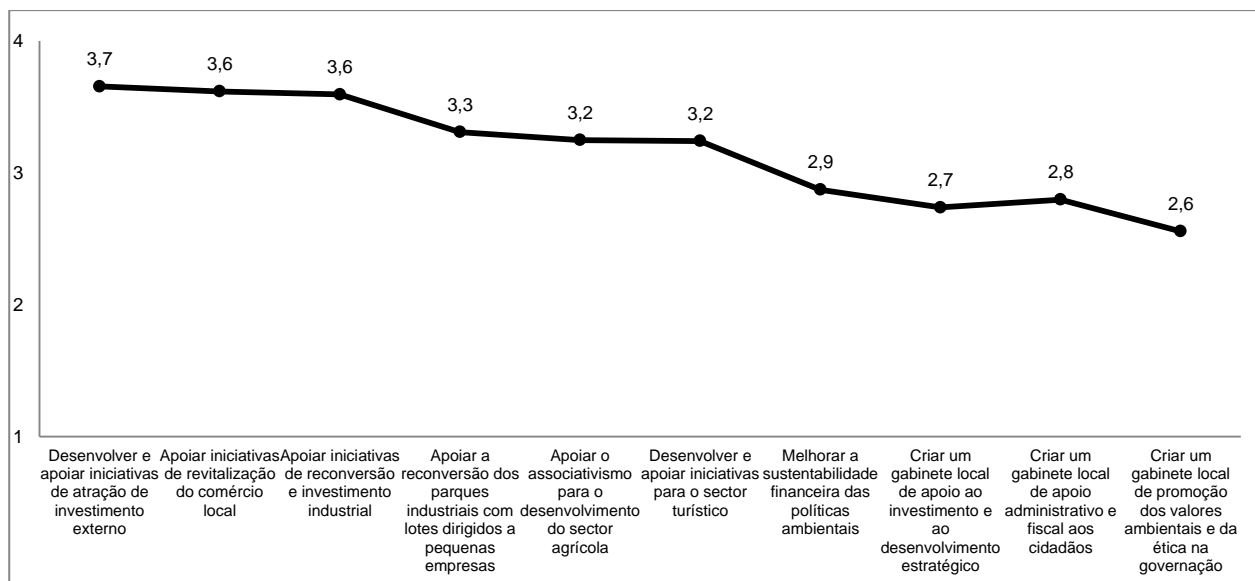


Figura 4.8 - Expectativas sobre questões económicas e de governação no Município de Carregal do Sal.

Relativamente às questões de educação e de promoção cultural as medidas mais valorizadas pelos *stakeholders* foram: “Melhorar a oferta e qualidade da formação profissional” e “Apoiar os alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino”. Por outro lado as ações com menor valorização foram “Melhorar a cobertura e qualidade dos recintos desportivos” e “Melhorar a qualidade dos equipamentos de divulgação cultural”. Estes resultados demonstram uma maior preocupação com a ação educativa em detrimento da cultura, e simultaneamente uma valorização de ações imateriais em oposição a soluções estruturais.

Mais uma vez os inquiridos reforçam a importância dos recursos endógenos, numa lógica de qualificação profissional e salarial, associados às políticas de emprego.

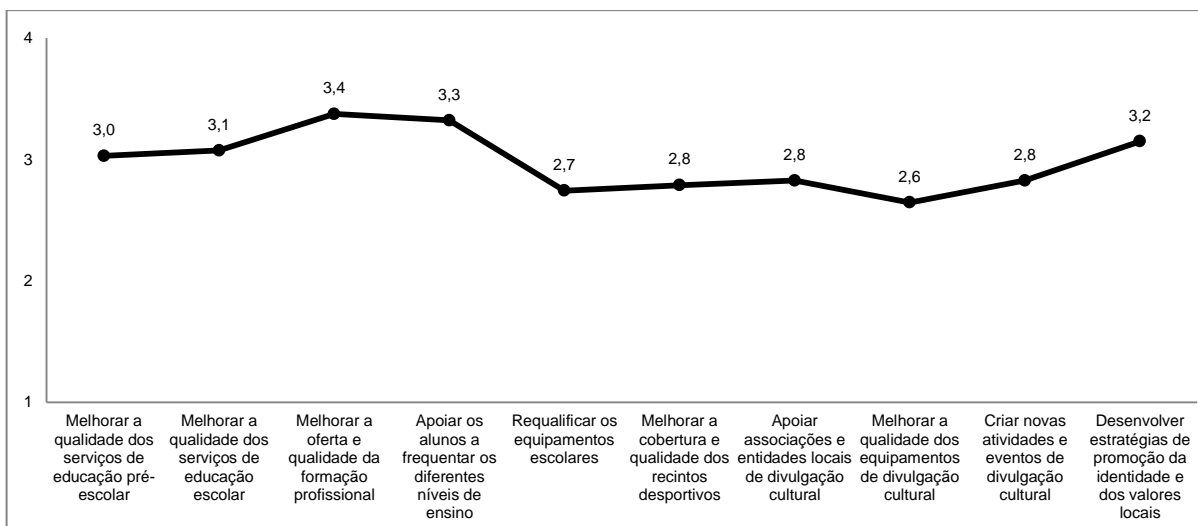


Figura 4.9 - Expectativas sobre questões de educação e cultura no Município de Carregal do Sal.

No Quadro 4.1 está patente a hierarquização dos projetos ou ações de desenvolvimento imediato por parte dos inquiridos. Para os resultados contribuíram apenas 86 dos 133 questionários, já que 7 dos inquiridos não responderam e 40 dos questionários apresentavam respostas inválidas em resultado essencialmente do preenchimento incorreto, quer pela atribuição da mesma classificação a ações distintas, quer pela ausência de classificação em algumas das ações.

Nº	Pontuação	Projetos ou Ações de desenvolvimento imediato
1º	712	Revisão do Plano Diretor Municipal
2º	549	Criação de um grande evento económico e cultural visando a promoção dos recursos e valores locais
3º	541	Dinamização de roteiros turísticos valorizando o património natural e edificado
4º	526	Requalificação ambiental e desenvolvimento turístico das margens do rio Dão
5º	524	Requalificação ambiental e desenvolvimento turístico das margens do rio Mondego
6º	500	Criação de um modelo de orçamento participativo municipal
7º	488	Promoção do legado histórico e ético de Aristides de Sousa Mendes
8º	487	Criação de uma Associação de Desenvolvimento Agrícola e Florestal
9º	477	Criação do Conselho Consultivo Estratégico Municipal com as forças vivas do município para apoio às decisões municipais
10º	466	Criação de um Gabinete de Apoio ao Município
11º	431	Dinamização de ações culturais com recriação de vivências históricas e de tradições locais
12º	402	Criação da “Casa e Site do Emigrante” enquanto ponto de ligação e informação às comunidades que vivem fora do município

Quadro 4.1 - Hierarquização de projetos e ações pelos inquiridos.

A análise permite verificar a primazia atribuída pelos inquiridos à “Revisão do Plano Diretor Municipal”. A razão poderá estar relacionada com a expectativa de mudança a ser ensaiada no novo documento de ordenamento, ou associada ao valor estratégico (desenvolvimento económico com reflexo nas políticas de emprego) do PDM, ou então pela mudança do uso e ocupação do solo que este instrumento possa vir a concretizar.

A segunda ação mais valorizada “Criação de um grande evento económico e cultural visando a promoção dos recursos e valores locais” suscita os valores de identidade local os quais necessitam de ser potenciados através de um evento económico e cultural que permita a divulgação do Concelho, com eventuais repercussões no dinamismo económico e social. Os três projetos seguidamente mais valorizados pelos *stakeholders* envolvem a valorização e o potenciar dos recursos naturais e do património edificado, relacionado com a aparente expectativa de que o setor turístico possa representar um motor de desenvolvimento económico e social. A criação de um orçamento participativo municipal, valorizado em 6º lugar, vai ao encontro ao problema anteriormente referenciado como problema de governação, e que demonstra a reduzida participação dos cidadãos e de associativismo. Esta posição revela a motivação para uma descentralização do poder local para resposta dos anseios dos munícipes, o que permite estimular valores de cidadania ativa, responsabilidade e cooperação comunitária.

A desvalorização atribuída à criação da “Casa e Site do Emigrante” vai também ao encontro ao referenciado anteriormente, algum etnocentrismo por parte dos inquiridos.

Quando se solicitou a indicação de outros projetos ou ações de desenvolvimento que os *stakeholders* considerassem importantes para o desenvolvimento do município, foram sugeridas 30 ações, que se organizaram da seguinte forma:

Projetos/ Ações sugeridas	Domínio
Apoiar mais dignamente as coletividades que em todo o país e Europa dão "pela positiva" nome ao nosso concelho.	Governança
Transparência; aumento de produção do pessoal da câmara; menos burocracia; mais fiscalização	Governança
Na minha localidade existe uma ETAR que devido ao mau funcionamento tem prejudicado o meu negócio, incomoda os clientes pelo cheiro nauseabundo.	Ambiente
Criação de um parque de lazer, adaptado com infraestruturas lúdicas e espaços verdes para a prática de atividade desportiva	Ambiente/ Lazer
Apoiar as famílias na alimentação das crianças nas escolas, independentemente da condição económica dos pais;	Apoio Social
Criação de parques infantis com mais atividades.	Ambiente/ Lazer
As medidas necessárias estão bem ajustadas embora seja difícil colocá-las em prática	Governança
Investimento Tecnológico	Economia
Criação de um posto recetor de produtos agrícolas para reunir quantidade e reencaminhamento para os grandes mercados.	Economia
Dinamização das rotas turísticas não apenas com o património cultural e natural mas também com o artesanato e gastronomia (queijo, vinho, doçaria, enchidos)	Turismo Economia
Criação de um grupo fiscalizador da floresta que exija limpeza de matos, abate de árvores "doentes" reparação de caminhos pelos madeiros que os destroem aplicar as multas que a lei prevê.	Proteção Civil
Criação de um parque municipal com espaço de lazer e atividades para as crianças com mais espaço verde	Ambiente/ Lazer
Criar condições para atrair a indústria	Economia
Criar uma feira anual agrícola, comercial e industrial tipo Expofacil- Cantanhede, que leve o nome de Carregal ao país todo.	Economia
Melhorar os espaços urbanos e recreativos do concelho, em particular o parque infantil	Ambiente/ Lazer
Seria ainda importante criar a ligação do IC12 à A25, por forma a criar melhores acessos ao município e facilitar o desenvolvimento económico e aumentar o turismo no município	Economia
Criação de um evento onde dinamize as associações e empresas do Concelho, onde podem promover tudo de Bom que este concelho tem.	Economia
Requalificação dos espaços urbanos da vila, sede do Concelho. É impensável, um concelho com um elevado número de idosos, estar tão despido de zonas verdes (árvores principalmente), como a sede. Desde as obras que não se verificam árvores em zonas onde estas existiam	Ambiente/ Lazer
Requalificação do património e desenvolvimento do turismo rural	Turismo
Levantamento e ações na procura e formação da riqueza histórica e culturais das várias freguesias do concelho, trajes, culinária, teatro e agricultura etc...	Cultura
Ajudem todas as associações recreativas e culturais do município não só as que convém, todos são filhos de Deus. O município é grande não é só Carregal do Sal.	Governança Cultura
Depois das ações na promoção de Sousa Mendes, deve ser divulgado, promovido e dinamizado o Carnaval de Cabanas de Viriato aproveitando a originalidade e a procura de comunicação social	Turismo
Apoio a iniciativas e promotores locais a vários níveis	Economia
Uma rede de transportes acessível a todas as freguesias.	Governança
Criação de áreas de lazer na sede (Carregal do Sal)- Parque urbano municipal	Ambiente/ Lazer
É necessária a criação de todo o tipo de atividades/ eventos que visem promover a nível social e económico o concelho	Economia
Requalificação do Parque Alzira Cláudio	Ambiente/ Lazer
Novo Parque Municipal de lazer e desporto	Ambiente/ Lazer
Criação de uma marca/ produto que possa identificar o município. Por exemplo: Carregal do Sal capital (ou outra designação) de...	Economia
Apoiar ações de empreendedorismo e respetivos projetos (quando interessantes), de forma a fixar e atrair jovens para o concelho	Economia

Quadro 4.2 - Projetos e ações propostas pelos inquiridos.

Os resultados mostram, uma vez mais, a preocupação dos inquiridos pela economia local, tendo em conta que foi nesse domínio que se concentraram o maior número de ações sugeridas. Importa ainda ressaltar a valorização por parte dos inquiridos na criação de um parque municipal de lazer a par da requalificação dos espaços verdes já existentes.

Quando questionados relativamente ao grau de adequação deste questionário à realidade do município, obtiveram-se os seguintes resultados:

Classificação	Muito Bem	Bem	Pouco Bem	Nada Bem	NS/NR
Nº Inquiridos	30	85	6	2	10
% Inquiridos	22,6%	63,9%	4,5%	1,5%	7,5%

Quadro 4.3 - Grau de adequação do questionário, segundo os inquiridos.

Mais de 85% dos inquiridos consideram que o questionário representa bem ou muito bem a realidade do município, o que metodologicamente afirma a estruturação e organização das questões colocadas.

Foram ainda propostas 23 sugestões no final do questionário que foram transcritas e organizadas no quadro seguinte (4.4). As afirmações produzidas em muito ultrapassaram o âmbito da questão, a qual tinha sido pensada para a adjectivação da estrutura do questionário pelos inquiridos e aferir o nível de conforto nas respostas. Contudo os resultados demonstram uma visão complementar às ações e projetos a desenvolver.

Sugestões dos inquiridos	Domínio
Recuperação das escolas do município para uma creche pondo as suas mães e pais a trabalhar. Para desenvolver do concelho.	Apoio Social
Dar menos apoios financeiros a cidadãos que não têm qualquer tipo de deficiência corporal.	Apoio Social
Fazer uma melhor escolha nas pessoas que estão em bairros sociais.	Apoio Social
Arranjar ocupação às pessoas que recebem RSI.	Apoio Social
Pôr os utentes com o RSI a trabalhar se tiverem crianças menores, o município ter uma creche onde fiquem enquanto os pais trabalham. Só assim é que este concelho vê o futuro e tem boas prospetivas.	Apoio Social
Apoio direto às empresas locais, empreendedorismo, justiça, fiscalização	Economia
Tentar ceder às populações as escolas primárias fechadas, antes que se comecem a degrada, entregar às associações das localidades os edifícios para os mesmos serem conservados, antes de serem vandalizados	Cultura
No contexto económico/social que vivemos é muito importante a criação de emprego e o apoio às pequenas empresas, pois são estas as que pagam impostos e fomentam o emprego mais duradouro em menor número de postos de trabalho é verdade mas com mais longevidade merecendo atenção muito especial.	Economia
Depreende-se que o novo executivo está a fazer um bom trabalho tendo em vista a melhoria do concelho a todos os níveis: económico, comercial, industrial, social, cultural, educativo, etc. ainda que estando numa fase muito precoce. No entanto "urge" a necessidade da "requalificação" da rua ao centro da vila no que respeita aos espaços para estacionamento. Relativamente aos apoios socioeconómicos há que estudar uma estratégia por forma a inserir as pessoas, que estejam a usufruir de apoio socioeconómico, em programas profissionais ou se não mesmo na ornamentação de espaços agrícolas como contrapartida e reforço ao apoio económico que usufruam. As empresas e indústrias que se encontram, ainda, a laborar deverão ser apoiadas e incentivadas no seu bom desenvolvimento. Deverão ser também estimuladas e apoiadas a criação de novas empresas o exemplo disso temos o nosso concelho vizinho, Nelas, com a instalação do Aquinos. Bom trabalho	Governação Economia Apoio Social
Quanto aos rios e florestas devia ter sempre o parecer das associações de caçadores e pescadores.	Ambiente
Ao ser criado um posto de receção de produtos agrícolas com serviço de conservação, triagem e embalamento a pequena agricultura seria muito mais rentável, evitaria o desperdício e fixaria mais pequenos agricultores aos terrenos abandonados e haveria melhor nível de vida no nosso mundo rural.	Economia
A limpeza dos cursos de água não deve ser feita apenas nas suas margens mas também no seu interior.	Ambiente
Os prédios degradados e que prejudicam a saúde pública, a segurança e a paisagem deviam ser controlados e exigir dos seus proprietários a limpeza e reparação. Falo de prédios em ruínas, deverá ser criado um grupo de trabalho para esse fim.	Proteção Civil
Reconstruir o mais rápido possível a habitação de Aristides de Sousa Mendes, criando um museu histórico de interesse mundial. Sendo posteriormente um local de visita, porque não, de judeus de todo o mundo. Carregal do Sal não dá o devido valor nem aproveita a história de Aristides de Sousa Mendes para promover o Concelho	Cultura Turismo
Sendo empresário em Carregal do Sal, considero muito importante que as empresas públicas e privadas de Carregal do Sal, deveriam ajudar-se mutuamente dividindo entre si compras e serviços, colaborando assim para o desenvolvimento económico do nosso concelho.	Economia
O empenhamento dos municipais, concelhio e local na procura e aperfeiçoamento da atividade municipal em favor de todos os munícipes, da cultura e desenvolvimento.	Governação Cultura Economia
Isenção de taxas municipais (licenças) para a requalificação de velhos muros, junto às vias Municipais e Nacionais.	Governação
Rever o preço da água no município. Valor muito elevado, dos mais elevados do país	Governação
Cultivar uma cultura de proximidade e diálogo com a comunidade	Governação
Para mim acho um grande desleixo não deitarem mãos à obra de Aristides de Sousa Mendes, que seria um grande monumento na vila de Cabanas de Viriato	Cultura
Devem pensar também nas ribeiras dentro do concelho não só os rios Dão e Mondego que também pertencem a outros concelhos	Ambiente
Desenvolver mais o apoio social não só a jovens em risco, como nas escolas e a idosos que não têm apoio em consultas, em deslocações a hospitais ou centros de saúde e evitar o desenvolvimento da toxicodependência desenvolvendo meios que os tornem úteis, tirando-os da rua. Que o apoio social não seja só na Secretária.	Apoio Social
É importante que os resultados dos estudos não sejam só para análise e sim como rampa de lançamento para que algo seja feito	Governação

Quadro 4.4 - Sugestões dos inquiridos.

Os resultados mostram uma concentração de sugestões relacionadas com o apoio social, economia e governação, indo ao encontro das preocupações já demonstradas anteriormente nestes domínios. Contudo relativamente ao apoio social, algumas das sugestões apresentadas referem-se ao descontentamento na distribuição de apoios sociais. A leitura conjunta destes dois instrumentos está patente na Figura 4.10 onde se encontram representadas o número de ações ou projetos por domínio. Os resultados fazem salientar a maior incidência de propostas e sugestões no domínio económico, ambiental, social e de governação.

No domínio económico é proposto um maior apoio às pequenas empresas sediadas no município e a ações empreendedoras; tornar o município mais atrativo para a implementação de indústrias; criação de condições favoráveis ao crescimento da agricultura; promoção do concelho através de eventos e criação de uma “marca” que o identifique.

Ao nível ambiental as sugestões apresentadas relacionam-se maioritariamente com a expectativa num município ainda mais prazeroso, com a requalificação das zonas verdes e de lazer existentes e a criação de um novo parque urbano.

No domínio da governação as ações propostas e sugestões são muito díspares, desde a necessidade de uma cultura de proximidade autarquia/municípes; isenção de taxas e revisão do preço da água; apoio a coletividades e dinamização da economia
No apoio social como já referido anteriormente as sugestões apresentadas prendem-se maioritariamente com o descontentamento na distribuição de apoios sociais.

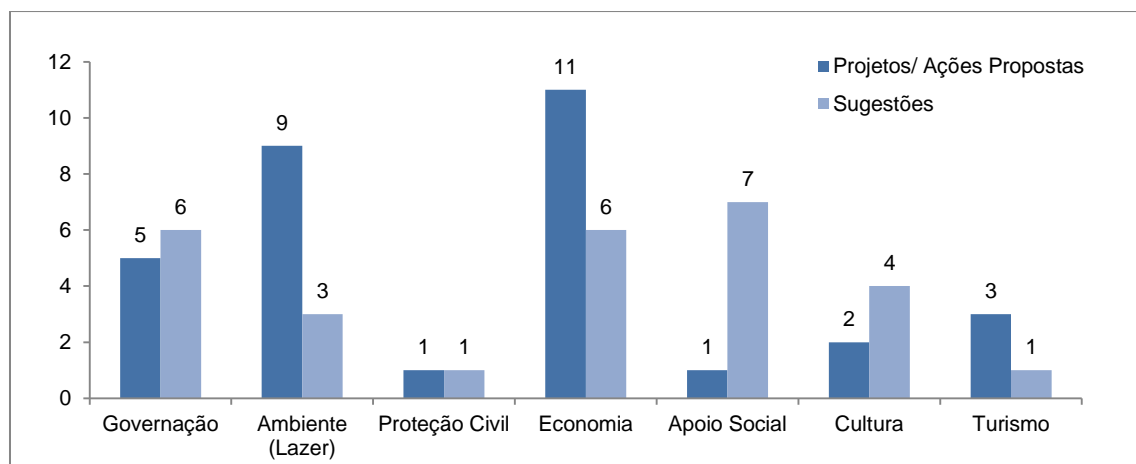


Figura 4.10- Comparação entre os projetos/ações propostas e as sugestões dos inquiridos, organizados por domínio

Em termos genéricos os resultados do questionário fazem salientar os seguintes aspetos principais:

- ❖ A economia apresenta-se como o domínio mais valorizado pelos inquiridos, apontando a necessidade de reverter a perda de competitividade económica que o município tem vindo a sofrer, através de uma estratégia de reconversão económica;
- ❖ Desenvolvimento de políticas de emprego, de forma a diminuir a dependência de apoios sociais e aumentar o poder de compra dos munícipes;
- ❖ Preservação, valorização e dinamização da identidade local e recursos endógenos (recursos naturais, gastronómicos, culturais, arquitetónicos, ...), tendo em vista um incremento no dinamismo económico e social;
- ❖ O carácter etnocêntrico dos inquiridos indicando uma valorização dos recursos humanos locais, apesar da preocupação demonstrada com a perda e envelhecimento da população;
- ❖ Maior sensibilidade dos inquiridos para os problemas do espaço rural em detrimento dos sistemas urbanos;
- ❖ Aproximação/ cooperação entre autarquia e munícipes, cultivando uma política de proximidade, transparência, responsabilização e cidadania;
- ❖ Valorização de ações imateriais afetas à governação local em detrimento da criação de novas estruturas, como gabinetes;
- ❖ Aparente satisfação com os serviços prestados, à exceção dos relativos à saúde;
- ❖ Expectativa de mudança com reflexos numa melhoria de qualidade de vida para os munícipes.

5. Análise SWOT e vetores de desenvolvimento

Na sequência da definição do quadro de referência ambiental e de desenvolvimento e da auscultação dos atores locais descritos respetivamente nos capítulos três e quatro, assim como a reflexão proporcionada pela sua elaboração, procederemos à construção da análise SWOT e posterior definição dos vetores estratégicos para o desenvolvimento sustentável no município de Carregal do Sal.

A aplicação desta ferramenta de análise tem como principal objetivo sistematizar e dar visibilidade às principais forças e fraquezas da situação *ex ante* que influenciam os contornos da realidade atual e futura no concelho, assim como das oportunidades e ameaças decorrentes da implementação de ações no âmbito da Agenda 21 Local.

Nos quadros 5.1 e 5.2 encontram-se as forças e fraquezas que ressaltaram com o estudo desenvolvido, assinalando-se as fontes que fundamentaram a sua seleção assim como o domínio de sustentabilidade a que se encontram associados. As oportunidades e as ameaças que podem resultar de ações no âmbito da A21L encontram-se organizadas nos quadros 5.3 e 5.4 respetivamente, tendo-lhes sido associado o domínio ou domínios de sustentabilidade onde o referencial melhor se enquadra.

Forças	Domínio	Fonte
1. Amenidade e qualidade ambiental	Ambiental	Instrumento de análise
2. Valores naturais e paisagísticos	Ambiental	Caracterização/ Instrumento de análise
3. Melhoria dos indicadores ambientais (ex.: RSU, H2O...)	Ambiental	Caracterização
4. Melhoria na qualificação e escolarização da população	Social	Caracterização
5. Qualidade do parque escolar	Social	Caracterização/ Instrumento de análise
6. Capacidade de resposta social ao nível do pré-escolar	Social	Caracterização/ Instrumento de análise
7. Recursos endógenos com denominação de origem (ex.: vinho, queijo, maçã...)	Económico	Caracterização
8. Património histórico edificado e cultural	Económico	Caracterização/ Instrumento de análise
9. Localização e acessibilidades	Económico	Caracterização
10. Potencial agrícola e florestal	Económico	Caracterização
11. Movimento associativo diverso	Institucional	Caracterização
12. Medidas de consolidação da participação cívica	Institucional	Caracterização

Quadro 5.1 - Forças presentes no município de Carregal do Sal

A análise ao quadro anterior que expressa as forças locais revela algum equilíbrio dos referenciais por domínio de sustentabilidade com 3 associados ao ambiente, 3 do domínio social, 4 relacionados com o setor económico e 2 ao nível institucional.

Ressalta ainda a correlação entre os referenciais do domínio ambiental e económico, onde o Território como um todo (recursos humanos, naturais, patrimoniais, saberes, competências específicas...) demonstra potencial material e imaterial explorável, que deve ser capitalizado e valorizado de forma a reduzir e eliminar algumas das fraquezas identificadas, validando algumas das oportunidades indicadas.

No que concerne às fraquezas (Quadro 5.2), o domínio social é um dos que se encontra mais representado ressaltando aspetos relacionados com a demografia, a educação e acesso a serviços fundamentais. No domínio institucional salienta-se a perceção negativa dos atores locais relativamente aos serviços públicos e a desatualização dos instrumentos de gestão municipal que podem comprometer a competitividade local na medida em que não existe uma estratégia local consistente e alicerçada no conhecimento da realidade. As fraquezas identificadas no domínio ambiental vão ao encontro dos problemas que ressaltaram com a aplicação do instrumento de análise.

Fraquezas	Domínio	Fonte
1. Abandono rural	Ambiental	Instrumento de análise
2. Incêndios florestais	Ambiental	Instrumento de análise
3. Deficiente tratamento das águas residuais e poluição das linhas de água	Ambiental	Caracterização/ Instrumento de análise
4. Reduzida qualificação urbana	Económico/ Ambiental	Caracterização/ Instrumento de análise
5. Deficiente rede de transportes públicos	Social	Caracterização
6. Perda e envelhecimento da população	Social	Caracterização/ Instrumento de análise
7. Deficiente resposta dos cuidados de saúde	Social	Caracterização/ Instrumento de análise
8. Elevada taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	Social	Caracterização
9. Sub-valorização dos recursos endógenos	Económico	Caracterização
10. Industrialização limitada e com baixo valor acrescentado	Económico	Caracterização
11. Desatualização dos instrumentos de gestão do território	Institucional	Instrumento de análise
12. Visão burocrática e dispendiosa na prestação de serviços municipais	Institucional	Instrumento de análise

Quadro 5.2 - Fraquezas presentes no município de Carregal do Sal

A implementação de uma A21L e em especial o seu Plano de Ação tem como objetivo primordial obter uma comunidade local sustentável, que não comprometa o futuro das comunidades vindouras. Para tal devem ser tidas no presente algumas precauções designadamente, acautelar os sistemas fundamentais à vida; tornar o tecido económico mais viável e competitivo; promover comunidades mais justas e integradoras; proteger e valorizar o património, cultura e saberes; aumentar a cidadania e a governação local entre outras (Farinha, 2005).

Tendo em conta quer os conhecimentos adquiridos, quer os princípios que regem a implementação de uma A21L alguns dos quais indicados anteriormente, no quadro 5.3. apresenta-se o conjunto de oportunidades.

Oportunidades	Domínio
1. Promoção do envolvimento e da participação cívica	Institucional
2. Valorização dos recursos endógenos	Económico
3. Melhoria da perceção da prestação de serviços públicos	Institucional
4. Consolidação dos indicadores ambientais	Ambiental
5. Consolidação de redes sociais e de associativismo	Institucional
6. Estratégia de desenvolvimento económico com valorização salarial	Económico
7. Ganho de competitividade dos setores primário e secundário	Económico
8. Inovação, promoção de iniciativas comunitárias de economia colaborativa	Institucional / Económico
9. Promoção da identidade e valores locais	Económico
10. Qualificação do património histórico edificado e cultural	Económico
11. Consolidação de parcerias inter-municipais de desenvolvimento sustentável	Institucional
12. Articulação dos usos dos equipamentos públicos às expectativas da população	Institucional / Social

Quadro 5.3 - Oportunidades para o município de Carregal do Sal

As ameaças consideradas na análise SWOT são maioritariamente do domínio institucional e social, indo ao encontro dos fatores indicados por diversos técnicos que associam a estagnação ou perda de força dos processos de A21L a causas como a reduzida cultura de participação das comunidades e a descrença nos processos participativos, a falta de sensibilização e compromisso dos atores institucionais, a equipa responsável pela A21L deixar o projeto, a falta de envolvimento real e efetivo do poder político, a delonga de um processo desta índole, entre outros (Sousa, 2009).

Ameaças	Domínio
1. Reduzida capacitação institucional para a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável	Institucional
2. Conflitos interpessoais e desconfiança institucional	Institucional
3. Deficiente mobilização da comunidade local	Institucional/ Social
4. Relutância no estabelecimento de parcerias e redes inter e intra municipais	Institucional
5. Condicionamento jurídico e financeiro na implementação de medidas inovadoras de desenvolvimento	Institucional
6. Degradação dos indicadores ambientais	Ambiental
7. A não inversão da perda e envelhecimento da população	Social
8. Não consolidação de políticas de emprego e valorização salarial	Económico
9. Perda de competências e acesso aos serviços públicos	Institucional
10. Perda de competitividade e degradação dos recursos endógenos	Económico
11. Desastres de origem natural ou tecnológica	Ambiental
12. Desvalorização social e política do processo de implementação da Agenda 21 Local	Institucional/ Social

Quadro 5.4 - Ameaças para o município de Carregal do Sal

Tendo em conta a avaliação *ex ante* do município em função da Caracterização segundo os domínios da sustentabilidade, os resultados obtidos através do tratamento dos dados do instrumento de análise assim como a análise SWOT, enquanto ferramenta que possibilitou a sistematização das variáveis de natureza positiva e negativa das dimensões interna e externa que caracterizam e condicionam o desenvolvimento sustentável no município de Carregal do Sal, propõem-se 11 vetores estratégicos, os quais estão sistematizados no quadro 5.5.

Consideramos que estes vetores ao nortearem o Plano de Ação da Agenda 21 Local no município promoverão o desenvolvimento sustentável, com reflexos na melhoria contínua das condições de vida da população em geral.

Vetores estratégicos	Domínio
1. Proteger e valorizar o ambiente “CS, um município verde e saudável”	Ambiental
2. Promover a competitividade dos recursos endógenos “CS, um município de recursos e herança”	Económico
3. Ligar as comunidades carregalenses e incorporar iniciativas externas “CS, um município aberto e inovador”	Económico/ Social/ Ambiental/ Institucional
4. Fixar e atrair jovens “CS, um município jovem e dinâmico”	Social/ Económico/ Institucional
5. Valorizar os recursos humanos “Carregalenses com valor”	Social/ Económico
6. Apoiar os grupos mais vulneráveis “CS, um município solidário e inclusivo”	Social
7. Promover a mobilidade inter e intramunicipal “CS, um município acessível e coeso”	Social
8. Promover a qualificação urbana e dos espaços de lazer “Qualidade de vida urbana”	Social/ Económico
9. Promover o associativismo e as redes locais “Parcerias com e para todos”	Institucional
10. Melhorar o acesso e a eficiência dos serviços públicos “Equidade e qualidade dos serviços”	Institucional
11. Informar e envolver os munícipes na gestão municipal “CS, um município participativo”	Institucional

Quadro 5.5 - Vetores estratégicos de desenvolvimento sustentável no município de Carregal do Sal

Na Figura seguinte aparece uma síntese de como surgem os vetores de desenvolvimento em função dos elementos internos *ex ante* (forças e fraquezas) e dos fatores externos sequentes à aplicação da Agenda 21 Local (oportunidades e ameaças).

SWOT	Vetor 1 (A)		Vetor 2 (E)			Vetor 3 (E/S/A/I)		Vetor 4 (S/E/I)		Vetor 5 (S/E)		Vetor 6 (S)		Vetor 7 (S)		Vetor 8 (S/E)		Vetor 9 (I)		Vetor 10 (I)		Vetor 11 (I)			
1	A	A	A	A				A												I			I		
2	A	E	A	A	E	A	E	A		E						A	E	E			I			I	
3	A	A	A																	A	I	I	I/S		
4	A		A					E/A		S						E/A		I							
5					I	I	S		S				S				I						I		
6	A		A					S	S	E	E		S	E	S				S	S					
7	E	E	E	E	S		E	S	E	E	E		E	S							S				
8	E/I	E	E/I	E	E/I		E/I		E	S	E/I	E	S	E/I	E	E/I	A	E/I	E	E/I			E/I		
9	E		E	E	E			E	E	E	E				E				E	I					
10	E	E	E	E	E	E		E	E	E		E					E		E						
11	A		I			I	I	A			I		I			I	A	I	I	I		I			
12						I										I/S				I	I	I	I	I/S	I/S

A- Ambiental; E- Económico; S- Social e I- Institucional



Quadro 5.6 – Relação entre a análise SWOT e os vetores estratégicos.

A análise síntese faz ressaltar que o referencial oportunidades são os que mais se encontram representados (42 vezes), seguido pelo das forças (33 vezes) e posteriormente o das fraquezas (28 vezes) e ameaças (21 vezes), reforçando o potencial destes vetores na introdução de dinâmicas positivas a longo prazo.

Salienta-se ainda que as fraquezas identificadas normalmente tendem a relacionar-se com vetores do mesmo domínio da sustentabilidade, enquanto as forças contribuem para um espectro mais alargado de vetores influenciando de forma positiva os diferentes domínios da sustentabilidade. Quando analisado o referencial oportunidades este surge predominantemente ligado ao domínio económico, enquanto o referencial ameaças enquadra os diversos domínios da sustentabilidade, peso embora o domínio institucional (9 vezes) se apresentar mais representado.

Aparentemente, os vetores 1, 2, 4 e 5 apresentam condições mais favoráveis de desenvolvimento, tendo em conta a quantidade de forças e oportunidades que derivam para os referidos vetores. Em sentido inverso apresentam-se os vetores 6, 7 e 10.

6. Considerações finais e conclusões

6.1. Considerações finais

Como resultado do enquadramento institucional (estágio na Câmara Municipal de Carregal do Sal), foi possível realizar a discussão pública dos vetores estratégicos identificados.

Este debate foi proporcionado através da realização de sessões denominadas por **Fórum 21: “Do problema à ação”**. De forma a potenciar-se a participação optou-se pela realização de um fórum por freguesia aberto à população em geral, ao invés de um único evento que teria lugar na sede do concelho, o que dificultaria o acesso dos munícipes residentes em outros locais do município.

O fórum para garantir maior participação foi proposto para o fim de semana, sendo a data e hora da sua realização decidida pelo presidente da respetiva freguesia, tendo em conta a dinâmica quotidiana dos seus utentes; estas sessões decorreram entre os dias 20 de junho e 5 de julho.

No sentido de se mobilizar e envolver a comunidade, sensibilizando-a a participar nos *fora* foi delineada uma campanha de divulgação. Esta repartiu-se em 3 fases diferenciadas, mas complementares, com extensão a todas as localidades do município, com início 21 dias antes do fórum ocorrer na respetiva freguesia, renovada a cada 7 dias, até ao dia da sua realização. Transversal a esta campanha, que pretendia ser criativa e que de certa maneira incutisse na comunidade o espírito da A21L e em especial do propósito dos *fora* 21, foram ainda elaborados cartazes de divulgação, igualmente pensados para sensibilizar a comunidade, recorrendo ao envolvimento de alunos do Centro Educativo Nuno Álvares. A figura 6.1 ilustra alguns dos recursos utilizados nesta campanha de sensibilização e apelo à participação.

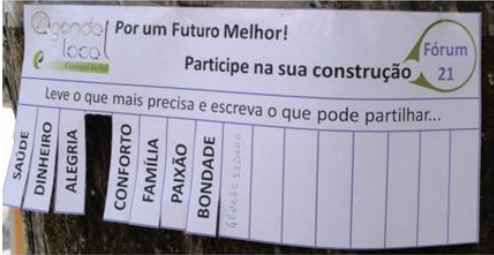
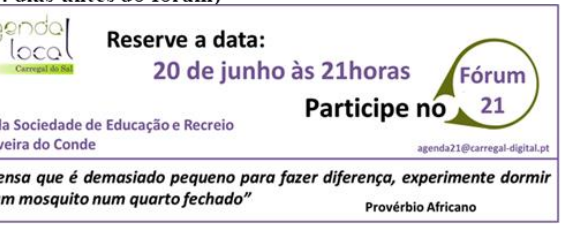

<p>Campanha Partilhar (21 dias antes do fórum)</p> <p>31 de maio – Freguesia de Oliveira do Conde</p> <p>1 de junho – Freguesia de Parada</p> <p>13 de junho – União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral</p> <p>14 de junho - Freguesia de Cabanas de Viriato</p> <p>15 de junho - Freguesia de Beijós</p>	
<p>Campanha Reserve a Data/ Frase Motivacional (14 dias antes do fórum)</p> <p>7 de junho – Freguesia de Oliveira do Conde</p> <p>8 de junho – Freguesia de Parada</p> <p>20 de junho - União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral</p> <p>21 de junho - Freguesia de Cabanas de Viriato</p> <p>22 de junho - Freguesia de Beijós</p>	
<p>Campanha Quadro: O nosso Futuro seria melhor se... (7 dias antes do fórum)</p> <p>13 de junho – Freguesia de Oliveira do Conde</p> <p>14 de junho – Freguesia de Parada</p> <p>26 de junho - União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral</p> <p>27 de junho - Freguesia de Cabanas de Viriato</p> <p>28 de junho - Freguesia de Beijós</p> 	<p>Cartaz de divulgação</p> <p>Do Problema à Ação</p> <p>Não deixem o nosso FUTURO por "Cabeças alheias"!</p> <p><i>Participem!</i></p> 

Figura 6.1 - Campanha desenvolvida no âmbito da realização dos fora 21

No âmbito da campanha há que salientar o recurso constituído por quadros de interação individual inspirados no projeto “*Before i die...*” (<http://beforeidie.cc/site/>) e adaptados ao propósito do Fórum 21, instigando a comunidade a refletir e a completar a frase “O nosso futuro seria melhor se...”. Estes quadros foram colocados em cada uma das localidades do município durante 8 dias, em espaço aberto público, para que os munícipes tivessem oportunidade de interação e pronuncia. No geral a campanha foi bem recebida e participada, tendo sido favorecida pela perceção da comunidade que os contributos escritos seriam objeto de posterior análise. Sempre que o espaço de interação do quadro se

encontrava completo, este era apagado, sendo deixada uma fotografia e uma mensagem incentivando a comunidade a continuar a escrever.

Como referido anteriormente, realizaram-se 5 *fora* no município, um por freguesia, com o objetivo primordial de identificar os vetores estratégicos que na opinião dos munícipes deverão nortear o Plano de Ação a desenvolver no âmbito da Agenda 21 Local. Assim sendo, após abertura oficial da sessão, realizava-se uma apresentação sucinta do trabalho desenvolvido até ao momento que culminava com a exibição dos vetores estratégicos. Finalizada a apresentação os munícipes presentes eram convidados a proporem outros vetores ou a reformularem os expostos, caso não houvessem outras sugestões procedia-se à votação. Para isso cada participante disponha de 5 votos em forma de etiquetas que deveriam colar sobre os vetores que consideravam mais importantes para o desenvolvimento local. Após votação, os participantes eram convidados a equacionarem os problemas e soluções associados aos cinco vetores mais votados. Na Figura 6.2 aparecem ilustrados aspetos da dinâmica da reunião.



Figura 6.2 - Imagens do Fórum 21 realizado na sede da junta de freguesia de Beijós no dia 5 de julho de 2015

No quadro seguinte (6.1) apresentam-se os resultados da votação obtidos nos *fora*, organizados quer segundo os vetores que mais vezes foram selecionados em cada um

destes momentos participativos (1º critério de seleção), quer segundo o número de votos conferidos pelos participantes a cada vetor (critério usado em situação de empate).

Vetores	N.º de <i>Fora</i>	Votos
Proteger e valorizar o ambiente- “CS, um município verde e saudável”	4	59
Promover a competitividade dos recursos endógenos- “CS, um município de recursos e herança”	4	24
Ligar as comunidades carregalenses e incorporar iniciativas externas- “CS, um município aberto e inovador”	2	36
Fixar e atrair jovens- “CS, um município jovem e dinâmico”	4	52
Valorizar os recursos humanos- “Carregalenses com valor”	2	18
Apoiar os grupos mais vulneráveis- “CS, um município solidário e inclusivo”	1	7
Promover a mobilidade inter e intramunicipal- “CS, um município acessível e coeso”	1	16
Promover a qualificação urbana e dos espaços de lazer- “Qualidade de vida urbana”	3	39
Promover o associativismo e as redes locais- “Parcerias com e para todos”	2	20
Melhorar o acesso e a eficiência dos serviços públicos- “Equidade e qualidade dos serviços”	0	14
Informar e envolver os munícipes na gestão municipal- “CS, um município participativo”	2	25
Acesso fácil e seguro	1	4

Quadro 6.1 - Compilação das votações dos vetores estratégicos nos *fora*

Tendo em consideração os resultados das votações obtidas é possível identificar os cinco vetores que na perspetiva dos participantes são preponderantes para a promoção da melhoria da qualidade de vida local (assinalados a sombreado no Quadro 6.1.), devendo estes nortear o Plano de Ação aquando da sua elaboração. Contudo consequência da natureza deste projeto, que como referido anteriormente assenta essencialmente na participação e envolvimento da comunidade, sugerimos que o vetor: Informar e envolver os munícipes na gestão municipal- “CS, um município participativo” também seja incorporado no plano a desenvolver. Porque de forma espontânea este vetor conduzirá o processo que se quer construído por meio de consultas e promoção de consensos de forma a se formularem as melhores estratégias locais.

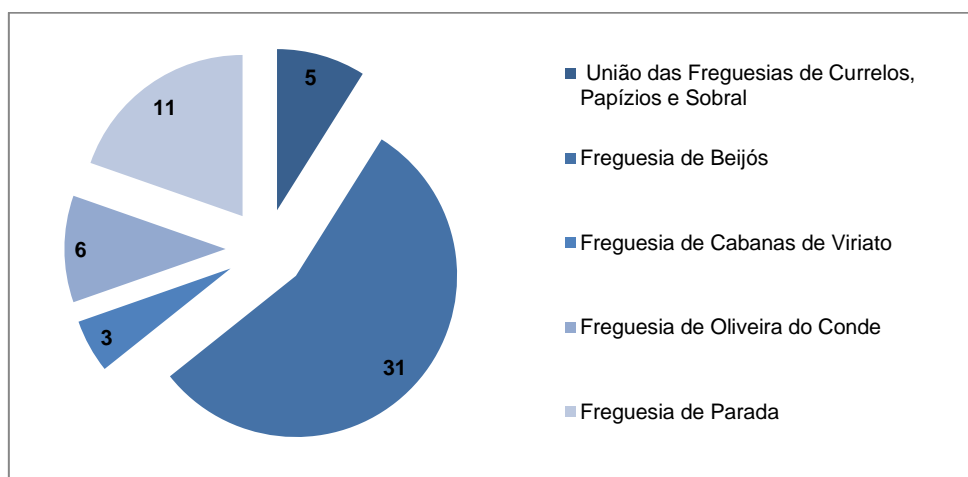
Na sequência do descrito anteriormente, no quadro seguinte (6.2) apresentam-se os vetores hierarquizados, os quais deverão ser objeto de desenvolvimento na A21L de Carregal do Sal.

Nº	Vetor estratégico
1	Proteger e valorizar o ambiente - “CS, um município verde e saudável”
2	Fixar e atrair jovens - “CS, um município jovem e dinâmico”
3	Promover a competitividade dos recursos endógenos - “CS, um município de recursos e herança”
4	Promover a qualificação urbana e dos espaços de lazer - “Qualidade de vida urbana”
5	Ligar as comunidades carregalenses e incorporar iniciativas externas - “CS, um município aberto e inovador”
6	Informar e envolver os munícipes na gestão municipal - “CS, um município participativo”

Quadro 6.2 - Vetores estratégicos da Agenda 21 Local de Carregal do Sal

Em síntese a realização dos *fora* permitiu identificar os vetores em que o Plano de Ação deve incidir, assim como elencar cerca de 30 problemas e 58 sugestões tendo 25 participantes demonstrado disponíveis para pertencerem aos grupos de acompanhamento destes vetores. No Anexo 8 encontra-se esta informação sistematizada.

No que concerne à afluência registada nos *fora*, em termos médios, cada sessão contou com a presença de 11 munícipes, sendo que em algumas freguesias se verificou uma participação diminuta, enquanto outras demonstraram uma maior participação, conforme se pode constatar na figura 6.3.

Figura 6.3 - Nº de participantes em cada um dos *fora* 21.

Apesar da afluência aquém das expectativas iniciais, considera-se que poderá ser incrementada nas ações seguintes da Agenda 21 Local, até em função do entendimento expresso pelos participantes que demonstraram satisfação por esta iniciativa, considerando-a uma boa prática que deveria ser consolidada.

Finalizado o trabalho que nos propusemos a desenvolver, chegou o momento de realizar a síntese, refletindo sobre as limitações metodológicas, as conclusões que ressaltaram com a sua realização e trabalhos futuros que deverão ser desenvolvidos.

6.2. Conclusões gerais

Apesar de todos os constrangimentos sentidos ao longo da construção da presente dissertação, permitiram aferir a importância da implementação de uma A21L no município de Carregal do Sal, enquanto instrumento facilitador de novas dinâmicas e abordagens necessárias para o desenvolvimento sustentável local e consequente melhoria de qualidade de vida.

O resultado conjugado da caracterização aos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais e da auscultação dos atores locais, permitiu identificar perceções, avaliar expectativas de desenvolvimento e reconhecer oportunidades e ameaças locais. Foi a aplicação desta abordagem integrada e transversal aliada à participação na construção de uma A21L, que possibilitou a definição dos vetores estratégicos de desenvolvimento. Foram assim criadas as condições para a estruturação de um Plano de Ação coerente e capaz de dar resposta às expectativas e necessidades reais dos munícipes.

6.3. Limitações metodológicas

No que concerne às limitações metodológicas a natureza deste trabalho não permitiu, a garantia de interdisciplinaridade, o qual é considerado fundamental por Partidário (1999) na análise e elaboração de um diagnóstico. Procurou-se contudo, garantir que as diversas áreas estivessem presentes.

Relativamente à aplicação do instrumento de análise a amostra pode-se considerar direcionada, tendo em conta o reduzido número de questionários aplicados e a amostragem produzida, mas visando acautelar a representatividade das dinâmicas locais.

É ainda de salientar o facto de se ter recorrido no diagnóstico a um conjunto de instrumentos de gestão municipais datados e necessitando de revisão ou atualização obrigando a um estudo de base na maior parte das caracterizações produzidas. Assim como muitos dos assuntos que foram caracterizados neste trabalho nunca terem sido alvo de uma análise interna.

6.4. Recomendações e desafios futuros

O trabalho desenvolvido permitiu validar as potencialidades da implementação de uma Agenda 21 Local no município de Carregal do Sal, enquanto promotora do desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

A realização dos *fora* proporcionou não só a consolidação e validação do trabalho desenvolvido como possibilitou o debate sobre os problemas e soluções associados aos vetores apresentados.

Assim, recomenda-se a continuidade deste processo através da elaboração do Plano de Ação que deverá assentar nos resultados destes *fora*, quer através dos vetores alvo de seleção, quer pela priorização das ações a desenvolver no município tendo em conta as preocupações e expectativas dos munícipes. Nestes desenvolvimentos deve ser tomado em conta todo o trabalho e dinâmica resultantes dos *fora*, incluindo novos contributos que sejam considerados pertinentes e benéficos.

Para a eficaz prossecução do processo destacam-se alguns momentos chave que devem ser sublinhados, nomeadamente, a aprovação dos 6 vetores estratégicos por parte da autarquia e conseqüente compromisso com a elaboração do Plano de Ação, a constituição de grupos de trabalho (GT 21) e de acompanhamento 21 (GA 21).

A análise dos estudos sobre a implementação da A21L em Portugal (nomeadamente nos municípios do Norte Alentejano) e a experiência proporcionada pela construção da A21L de Carregal do Sal, com destaque para os *fora*, leva-nos a propor esta primeira etapa. Reforça-se a importância de um aprofundamento do envolvimento institucional por parte da Câmara Municipal, tendo em conta que a operacionalização do Plano de Ação Local, dependerá da construção de parcerias e vontades, com claro envolvimento dos atores locais por forma a ultrapassar a inércia do processo, como comprovado em outros contextos

A constituição dos grupos de trabalho (GT21) por vetor (que consoante o desenrolar das atividades, e se considerar benéfico e agilizador do processo, poderão ser subdivididos em grupos temáticos). Este processo poderá trazer vantagens designadamente, a promoção de trabalho em equipa, transferência e articulação de conhecimentos, constituição de recursos humanos locais sensíveis à temática da Agenda 21 Local e o ancoramento do processo ao nível institucional.

Uma dinâmica construída no envolvimento institucional e de elementos externos trará vantagens com a congregação e articulação de diversos conhecimentos (não especializado, técnico, setorial, científico). Razão pela qual se propõe a constituição dos GA21, composto por munícipes nomeadamente os “adotantes” que se mostraram disponíveis nos *fora* a

integrarem este projeto fazendo parte do grupo de acompanhamento de determinado vetor e outros que com o desenrolar dos trabalhos se pretendam juntar ao processo.

A sequente elaboração do Plano de Ação deverá ser iniciada, reforçando a lógica participativa e de envolvimento, aconselhando-se a realização de *fora* temáticos, um por vetor, enquanto momento de debate e concertação. Apesar da limitada participação, assume-se que o desenvolvimento dos processos da Agenda 21 se traduza por formas mais ativas de envolvimento e discussão das políticas locais, promovendo mudanças a prazo.

A construção do Plano de Ação, que corresponde à fase mais importante da Agenda 21 Local, permitirá planear e delinear ação de políticas locais em conjunto com a comunidade local com um espectro temporal a prazos continuados e longos. Promove-se assim a construção de um município sustentável, com uma comunidade resiliente, onde todos se sentem co-responsáveis. Este processo permite afirmar a Agenda 21 Local como ferramenta suscetível de operar mudanças, quer seja no planeamento, assegurando novas maneiras de integrar todas as variáveis, quer seja na democratização, promovendo a participação pública (Arieiro, 2008).

7. Bibliografia

- ❖ ALMEIDA C., MENDONÇA J., JESUS M. R., GOMES, A. (2000) - *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental*. Instituto da Água/ Centro de Geologia da Universidade de Lisboa, 3 Volumes, 671p.
- ❖ ÁLVARES, M. (2009) - *Agenda 21 Local nos Municípios Portugueses*- Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado em Administração Pública (160 p.).
- ❖ APA (2007) - *Guia Agenda 21 Local, um desafio para todos*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- ❖ APA- QualAr- Valores anuais médios (base horária) registados na estação de Fornelo do Monte- Vouzela consultados em: <http://qualar.apambiente.pt/index.php?page=6&subpage=>
- ❖ ARH do Centro (2012) - *Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis*.
- ❖ ARIEIRO, C. M. F. (2008) - *Contributos para uma Comparação de Metodologias entre a Agenda 21 Local e a Rede Social*- Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental.
- ❖ ARSC (2015) - Plano de Desempenho do ACES Dão-Lafões 2014/2016.
- ❖ ATLAS CLIMÁTICO IBÉRICO (2002) - Agencia Estatal de Meteorología Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino e Instituto de Meteorologia de Portugal, 79 p.
- ❖ BILHIM J., 2004 - *A governação nas autarquias locais*. Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto.

- ❖ CARTA SOCIAL. Consultada a 13/10/2014 em: [.http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_concelho&cod_distrito=18&cod_concelho=02&cod_freguesia=0&cod_area=0&cod_valencia=0&dcf=1802](http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_concelho&cod_distrito=18&cod_concelho=02&cod_freguesia=0&cod_area=0&cod_valencia=0&dcf=1802)

- ❖ CESP (2012) - *Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, lavagem, manutenção, fornecimento e colocação de contentores nos Municípios do Planalto Beirão*. Proposta Técnica, Volume I - proposta técnica.

- ❖ CMCS (1999) - *Plano Municipal de Emergência de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2001) - *Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2005) - *Plano de Urbanização de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2006) - *Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2007) - *Pré-Diagnóstico do Concelho de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2008) - *Relatório Final de Diagnóstico do Território de Carregal do Sal (Fase 4 PORI) - Freguesias de Currelos e Cabanas de Viriato e Modelo de Planeamento do Programa de Respostas Integradas (PRI)*.

- ❖ CMCS (2009) - *Atualização do Diagnóstico do Concelho de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2012) - *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2013) - *Plano Operacional Municipal de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2013/2014) - *Plano de Ação (Social) de Carregal do Sal*.

- ❖ CMCS (2014) - *Estudo para reestruturação do sistema de recolha e tratamento de águas residuais do concelho de Carregal do Sal*. Engidro, Lisboa.

- ❖ CMCS (s/data) - *Grandes Opções do Plano e Plano de Atividades do Município*.

- ❖ CMMAD (1987) - *The Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Consultado em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

- ❖ CNUAD, (1995) - *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento 1992*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasil.

- ❖ DGOTDU (2000) - *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local - Como Implementar o Planeamento Ambiental a Longo Prazo com Vista à Sustentabilidade*. Lisboa: Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

- ❖ ENDS 2015 (2008) - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*. Presidência do Conselho de Ministros, dezembro de 2006. Agência Portuguesa do Ambiente.

- ❖ *Estatutos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão* consultados em: (http://www.planaltobeirao.pt/home/index.php?option=com_content&view=article&id=97&Itemid=156).

- ❖ *Estatutos da Ecobeirão* consultados em: (<http://ecobeirao.pt/docs/estatutos.pdf>).

- ❖ FARINHA, J. (2005) - *Desenho e Implementação Transfronteiriça de Agenda 21 Local- Agenda 21 Local - Guia Metodológico de Apoio para Contextos Rurais e de Forte Interioridade*. Évora: Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz.

- ❖ FERREIRA, A. (2000) - *Dados geoquímicos de base de sedimentos fluviais de amostragem de baixa densidade de Portugal Continental. Estudo de fatores de variação regional*. Dissertação de doutoramento em geociências apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.

- ❖ FREITAS, C. F. (1984) - *Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos à Esc. 1/1 000 000. Notícia explicativa*. In: Atlas do Ambiente. Comissão Nacional do Ambiente.

- ❖ GUINÉ, R.; PERES, G.; DULCINEIA, F. (2010) - *Análise SWOT à produção de pêra passa de Viseu*. Instituto Politécnico de Viseu, Centro de Estudos em educação, Tecnologias e Saúde, 38, pp 97-106.

- ❖ <http://beforeidie.cc/site/>

- ❖ <http://cimvdl.pt/index.php/comunicacao/noticias/item/284-reuniao-do-conselho-intermunicipal>

- ❖ http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/index_pt.htm. Consultado no dia 13/11/2014.

- ❖ http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/review_and_future/g24006_pt.htm. Consultado no dia 13/11/2014.

- ❖ <http://fundacaolapadolobo.pt/index.php/fundacao/apresentacao>. Consultado no dia 13/11/2014.

- ❖ <http://www.carregal-digital.pt/pt/articles/rede-social/contexto-e-finalidade>

- ❖ <http://www.icnf.pt/portal/florestas/aip/mon-viv>

- ❖ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2714&records=10>
. Consultado no dia 9/10/2014.

- ❖ <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/112/reportagens/uma-luta-que-atravesa-decadas>.

- ❖ ICLEI, IDRC, (1996) - *The Local Agenda 21 Planning Guide – An introduction to sustainable development planning*, Toronto, Canadá, The International Council for Local Environmental Initiatives, The International Development Research Centre, The United Nations Environment Programme.

- ❖ IEFP. Análise do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego. Consultados em: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

- ❖ IGP (2007) - *Nomenclatura CORINE Land Cover: versão portuguesa comentada*. Grupo de Ordenamento do Território da Direcção de Serviços de Investigação e Gestão de Informação Geográfica, Lisboa.

- ❖ INE. Consulta das estatísticas territoriais e dos Censos de 1991, 2001 e 2011 em: <http://www.ine.pt/>

- ❖ IPMA, I. P. – Normais climatológicas (período de análise 1981-2010). Consultadas a 9/12/2014 em: <http://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/022/>

- ❖ *IUSS Working Group WRB (2007) - World Reference Base for Soil Resources 2006*, first update 2007. World Soil Resources Reports No. 103. FAO, Rome.

- ❖ JULIVERT, M., FONTBOTÉ, J.M., RIBEIRO, A., CONDE, L., (1974) – *Memória Explicativa del Mapa Tectónico de la Península Ibérica y Baleares*. Inst. Geol. Min. España, Madrid.

- ❖ MARKOVSKA, N; TASESKA, V.; POP-JORDANOV, J. (2009) – *SWOT analyses of the national energy sector for sustainable development*. Energy, 34, pp.752-756.

- ❖ MARQUES (2013) - *130 anos da Linha da Beira Alta- A viagem no tempo por Carregal do Sal*. Edição da Câmara Municipal de Carregal do Sal.

- ❖ OLIVEIRA, J. T.; Pereira, E.; Ramalho, M.; Antunes, M. T. & Monteiro, J. H. (coords.), (1992) - *Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000*. 5.ª Edição. 2 folhas. Serv. Geol. Portg., Lisboa.
- ❖ OTA, S. (2008) – *Desenvolvimento rural: o ecoturismo como atividade potencial para melhoria das condições socioeconómicas e ambientais de Guaraquebã*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal, Linha Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ❖ PARTICIPAÇÃO ELEITORAL (escrutínios provisórios). Consultados no dia 12/11/2014 em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=103&mid=001>
- ❖ PARTIDÁRIO, M. R. (1999) – *Introdução ao ordenamento do território*. Universidade Aberta, Lisboa, 210p.
- ❖ PINTO (2012) - *Novos contributos para a atualização da Carta Arqueológica do Concelho de Carregal do Sal, 3º fase da Carta e Roteiro*. Edição da Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- ❖ PINTO (2014) - *Roteiro Turístico do Município de Carregal do Sal*. Edição da Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- ❖ Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (2002)
- ❖ Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira (2006) - *Estudos de Base* (versão revista). Instituto da Água.
- ❖ PNPOT (2007) - *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- ❖ PNUA (1972) - *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Consultado em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>
- ❖ PROF (2006)- *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Dão e Lafões*. Aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2006, de 18 de julho, DR n.º 137, Série I.
- ❖ PSRN 2000 - *Plano Setorial da Rede Natura 2000*, Vol. I, Relatório e Fichas de Sítios da Lista Nacional.
- ❖ Relatórios Resumo Trimestral das Águas do Planalto, S. A. Consultados em: <http://www.aguasdoplanalto.pt/index.php?tipo=qualidade>

- ❖ RIBEIRO (2012) - *Roteiro Turístico- Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*. Edição da Câmara Municipal de Carregal do Sal.
- ❖ RIBEIRO, O. (1949) – *Le Portugal central (livret guide de l'excursion C)* – XVI Cong. Intern. Géog., Lisbonne, 180 p., 22 pl., 10 cartes.
- ❖ ROSSETO, A. M. (2003) - *Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano para o desenvolvimento das cidades*. Tese de Doutoramento em Engenharia de Produção e sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. São Paulo: Cortez: 104-111.
- ❖ SIDS (2007) - *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente-Faculdade de Ciências e Tecnologia-Universidade Nova de Lisboa, Agência Portuguesa do Ambiente.
- ❖ SILVA, M. (1995) – *Mineralogia, petrologia e geoquímica de encraves de rochas graníticas de algumas regiões portuguesas*. Dissertação de doutoramento em Geologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- ❖ SOROMONHO-MARQUES, (2005) - *Metamorfoses- Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Publicações Europa-América, Lda. Mem-Martins.
- ❖ SOUSA, (2011) - *Empresarialização em Contexto de Governação Local: a Leirisport, EM*. Dissertação de mestrado em Contabilidade ramo Auditoria apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro, 258p.
- ❖ SOUSA, M. (2009) - *Agenda 21 Local. O caso de Estudo do Norte Alentejano*. Dissertação de Mestrado em Ciências e Tecnologias do Ambiente apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 146p.
- ❖ UCP (2002) - *Guia de apoio à implementação da Agenda 21 Local*. Escola Superior de Biotecnologia. Consultado em <http://pt.slideshare.net/nquental/guia-de-apoio-agenda-21-local>.
- ❖ VIANNEY, O. (2014) – *Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios*. Dissertação de mestrado em Geociências- Ramo Ambiente e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 105p.

Legislação

- ❖ VII Revisão Constitucional, 2005 *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA*

- ❖ Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, D.R. n.º 198, Série I-B de 28 de agosto de 1997
- ❖ Decreto-Lei n.º 239/97, D.R. n.º 208, Série I-B de 9 de setembro de 1997
- ❖ Lei nº45/2005 DR n.º 165, Série I-A de 29 de agosto de 2005
- ❖ Decreto de Lei n.º 4/2007 de 16 de janeiro de 2007
- ❖ Decreto-Lei n.º 9/2007, DR n.º 12, Série I de 17 de janeiro de 2007
- ❖ Decreto-Lei n.º 28/2008, DR n.º 38, Série I de 22 de fevereiro de 2008
- ❖ Portaria n.º 1529/2008, DR n.º 249, Série I de 26 de dezembro de 2008
- ❖ Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto de 2012
- ❖ Portaria nº 394-A/2012, DR n.º 231, Série I de 29 de novembro de 2012
- ❖ Lei n.º 11-A/2013, DR n.º 19, Série I de 28 de janeiro de 2013

Anexo I

Questionário aos stakeholders locais

Este questionário faz parte do diagnóstico do quadro de referência ambiental e de ordenamento do território no município de Carregal do Sal.

Procuram-se fundamentar as estratégias de desenvolvimento sustentável e criar as bases para a formulação de uma Agenda 21 Local.

O seu contributo é fundamental para melhorar a qualidade de vida no município.

Este instrumento de análise é aplicado de forma direta aos stakeholders locais e é composto por 1 pergunta aberta e 11 perguntas fechadas com escalas de avaliação Likert, prevendo-se um tempo de resposta de 30 minutos.

As repostas são confidenciais e tratadas de forma anónima.

Data: _____ N.º do questionário: _____

1. Como vê o município de Carregal do Sal? Assinale as quatro opções que considera mais adequadas.

É um município bonito	
É um município com boa gente	
É um município com bom ambiente	
É um município tranquilo	
É um município rico	
É um município solidário	
É um município seguro	
É um município com boa qualidade de vida	
É um município com boas oportunidades	
É um município com bons serviços	

2. Do ponto de vista ambiental quais são os principais problemas que afetam o município de Carregal do Sal? Assinale os que considera presentes.

1. O abandono rural	
2. A perda de biodiversidade	
3. O desordenamento urbano	
4. A baixa qualidade de água para o abastecimento público	
5. A pouca quantidade de água para o abastecimento público	
6. A pouca quantidade de água para a agricultura	
7. A baixa qualidade do ar	
8. A deficiente recolha e tratamento dos resíduos sólidos	
9. O deficiente tratamento das águas residuais	
10. A deficiente limpeza dos espaços públicos e tratamento de jardins	
11. Os incêndios florestais	
12. A poluição das linhas de água	

3. Do ponto de vista social quais são os principais problemas que afetam o município de Carregal do Sal? Assinale os que considera presentes.

1. A perda de população	<input type="checkbox"/>
2. O envelhecimento da população	<input type="checkbox"/>
3. A não fixação dos jovens	<input type="checkbox"/>
4. A baixa qualificação escolar ou profissional da população	<input type="checkbox"/>
5. Os elevados índices de pobreza	<input type="checkbox"/>
6. A existência de grupos marginalizados e excluídos socialmente	<input type="checkbox"/>
7. A deficiente resposta dos serviços de apoio social	<input type="checkbox"/>
8. A deficiente resposta na área da habitação social	<input type="checkbox"/>
9. A deficiente resposta dos serviços de saúde	<input type="checkbox"/>
10. A deficiente resposta dos serviços educativos	<input type="checkbox"/>
11. Os elevados índices de criminalidade e insegurança	<input type="checkbox"/>
12. Os elevados índices de violência doméstica	<input type="checkbox"/>

4. Do ponto de vista económico quais são os principais problemas que afetam o município de Carregal do Sal? Assinale os que considera presentes.

1. O afastamento estratégico aos centros de decisão	<input type="checkbox"/>
2. A maior competitividade dos municípios circundantes	<input type="checkbox"/>
3. A falta de vias de acesso ou de infraestruturas de comunicação	<input type="checkbox"/>
4. A falta de uma estratégia de desenvolvimento económico	<input type="checkbox"/>
5. A falta de apoios ou de incentivos à atividade económica	<input type="checkbox"/>
6. O baixo associativismo ou de organizações empresariais	<input type="checkbox"/>
7. A não reconversão dos estabelecimentos comerciais	<input type="checkbox"/>
8. A não reconversão das atividades industriais	<input type="checkbox"/>
9. O minifúndio agrícola e florestal	<input type="checkbox"/>
10. O baixo rendimento disponível ou baixo poder de compra	<input type="checkbox"/>
11. Os elevados índices de desemprego	<input type="checkbox"/>
12. A elevada dependência de apoios sociais	<input type="checkbox"/>

5. Do ponto de vista da **governança** quais são os **principais problemas** que afetam o município de Carregal do Sal? Assinale os que considera presentes.

1. O deficiente atendimento e burocracia dos serviços da administração e das repartições públicas	
2. A pouca transparência dos processos administrativos	
3. A deficiente promoção de ações de igualdade de oportunidades	
4. O elevado nível de impostos e taxas municipais	
5. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com o apoio social	
6. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com a educação	
7. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com atividades desportivas e de lazer	
8. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com o apoio e promoção de atividades culturais	
9. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com a gestão ambiental e de proteção civil	
10. A deficiente prestação dos serviços da administração relacionados com conservação de vias e de outras infraestruturas	
11. A reduzida participação dos cidadãos ou das associações nas decisões municipais	
12. A deficiente informação aos cidadãos ou das associações nas decisões municipais	

6. Quais lhe parecem ser as ações ou medidas a promover sobre a **dinâmica da população e de apoio social**? Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), assinale o grau mais adequado.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1. Fomentar o aumento da natalidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Fixar os jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Fixar população oriunda de outros municípios ou estrangeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Fomentar o regresso e fixação de emigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Melhorar a formação e qualificação de jovens e adultos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Melhorar a cobertura e qualidade dos serviços de apoio a idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Melhorar a cobertura e qualidade dos serviços de apoio a população deficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Melhorar a cobertura e qualidade dos serviços de apoio a população desfavorecida ou excluída	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Melhorar a cobertura e qualidade da habitação social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Aumentar os efetivos policiais de segurança e reforço dos recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Quais lhe parecem ser as ações ou medidas a promover sobre questões ambientais e de proteção civil? Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), assinale o grau mais adequado.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1. Melhorar a qualidade geral do ambiente e da paisagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Melhorar a qualidade dos espaços urbanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Proteger áreas sensíveis e os recursos naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Melhorar a gestão da água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Melhorar a gestão dos resíduos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Melhorar a eficiência energética do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Eliminar focos de poluição com impacto na saúde pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Melhorar o conhecimento dos perigos a que os cidadãos estão expostos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Melhorar os recursos de proteção civil para a emergência e socorro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Criar um gabinete Municipal de Proteção Civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Quais lhe parecem ser as opções ou medidas a promover sobre questões económicas e de governação? Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), assinale o grau mais adequado.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1. Desenvolver e apoiar iniciativas de atração de investimento externo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Apoiar iniciativas de revitalização do comércio local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Apoiar iniciativas de reconversão e investimento industrial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Apoiar a reconversão dos parques industriais com lotes dirigidos a pequenas empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Apoiar o associativismo para o desenvolvimento do setor agrícola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Desenvolver e apoiar iniciativas para o setor turístico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Melhorar a sustentabilidade financeira das políticas ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Criar um gabinete local de apoio ao investimento e ao desenvolvimento estratégico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Criar um gabinete local de apoio administrativo e fiscal aos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Criar um gabinete local de promoção dos valores ambientais e da ética na governação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Quais lhe parecem ser as ações ou medidas a promover sobre questões de educação e cultura? Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), assinale o grau mais adequado.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
1. Melhorar a qualidade dos serviços de educação pré-escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Melhorar a qualidade dos serviços de educação escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Melhorar a oferta e qualidade da formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Apoiar os alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Requalificar os equipamentos escolares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Melhorar a cobertura e qualidade dos recintos desportivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Apoiar associações e entidades locais de divulgação cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Melhorar a qualidade dos equipamentos de divulgação cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Criar novas atividades e eventos de divulgação cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Desenvolver estratégias de promoção da identidade e dos valores locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Classifique e hierarquize os seguintes projetos ou ações de desenvolvimento imediato. Utilize uma escala do 1 (mais importante) ao 12 (menos importante).

1. Revisão do Plano Diretor Municipal	
2. Requalificação ambiental e desenvolvimento turístico das margens do rio Dão	
3. Requalificação ambiental e desenvolvimento turístico das margens do rio Mondego	
4. Criação de um Gabinete de Apoio ao Município	
5. Criação da “Casa e Site do Emigrante” enquanto ponto de ligação e informação às comunidades que vivem fora do município	
6. Criação do Conselho Consultivo Estratégico Municipal com as forças vivas do município para apoio às decisões municipais	
7. Criação de um modelo de orçamento participativo municipal	
8. Criação de uma Associação de Desenvolvimento Agrícola e Florestal	
9. Dinamização de roteiros turísticos valorizando o património natural e edificado	
10. Dinamização de ações culturais com recriação de vivências históricas e de tradições locais	
11. Promoção do legado histórico e ético de Aristides de Sousa Mendes	
12. Criação de um grande evento económico e cultural visando a promoção dos recursos e valores locais	

11. Se não listado na pergunta 10, indique outros projetos ou ações de desenvolvimento que considere muito importantes para o município.

12. Após a resposta a este questionário classifique na escala de 1 (Muito Bem) a 4 (Nada Bem) o grau de adequação deste à realidade do município.

	Muito Bem	Bem	Pouco Bem	Nada Bem	NS/NR
O questionário representa a realidade e problemas do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Obrigado pela colaboração.

Se considerar necessário dê sugestões:

Anexo II

Freguesia de Beijós		
IPSS / Entidade com caráter social	Caracterização	Localização
Cáritas Paroquial de Beijós	IPSS	Beijós
Associações	Caracterização	Localização
Associação Cultural e Desportiva de Beijós	Cultural/Desportiva	Beijós
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Pardieiros	Desportiva/Recreativa/Cultural	Pardieiros
Empresas	Caracterização	Localização
Agência Funerária S. Braz	Agência Funerária	Beijós
Armando Batista Marques	Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	Beijós
Arménio Rosa de Figueiredo, Unipessoal Lda.	Café	Pardieiros
Café Santos	Café	Beijós
Catarina dos Santos Carvalho - Picadeiro Qta. do Pombal	Picadeiro	Póvoa da Pegada
Luísa Cabeleireira (Luísa M. Silva Cardoso)	Cabeleireira	Beijós
Morais&Camões	Comércio de Produtos Alimentares	Pardieiros
Restaurante "O Beijós"	Restaurante	Beijós
Viveiros J. Batista - Carlos Samuel da Silva Batista	Viveiros	Beijós
Viveiros Valter	Viveiros	Beijós

Freguesia de Cabanas de Viriato		
IPSS / Entidade com caráter social	Caracterização	Localização
Centro Social Professora Elisa de Barros Silva	IPSS	Cabanas de Viriato
Associações	Caracterização	Localização
Associação Humanitária dos Bombeiros V. de C. de Viriato		Cabanas de Viriato
Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato	Cultural	Cabanas de Viriato
Associação Festas da Vila de Cabanas de Viriato	Cultural	Cabanas de Viriato
Associação Recreativa Cultural e Desportiva das Laceiras	Cultural/Desportiva	Laceiras
Clube de Caça e Pesca de Cabanas de Viriato	Desportiva	Cabanas de Viriato
Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato	Cultural	Cabanas de Viriato
Sport Cabanas de Viriato e Benfica	Desportiva	Cabanas de Viriato
Empresas	Caracterização	Localização
António Jacinto Guimarães d'Abrantes	Transporte de passageiros	Laceiras
Lemar (Autocabanense)	Oficina	Cabanas de Viriato
Fábrica de Móveis Rodrigues	Fábrica de Móveis	Cabanas de Viriato
Farmácia Ramos - Pereira & Oliveira, Lda	Farmácia	Cabanas de Viriato
Iluminar Lda. - Aquecimento e Instalações Elétricas	Aquecimento e Instalações Elétricas	Cabanas de Viriato
Padaria Soila Unipessoal Lda.	Padaria	Cabanas de Viriato
Pastelaria Flôr de Cabanas	Pastelaria	Cabanas de Viriato
Printsaco, Unipessoal	Comércio de Embalagens Plásticas	Laceiras
Susana Mendes Santos, Unipessoal	Avicultura	Cabanas de Viriato
Villas - Restaurante Bar	Restaurante	Cabanas de Viriato
Ripórtico - Engenharia	Engenharia	Cabanas de Viriato

Freguesia de Oliveira do Conde		
IPSS / Entidade com carater social	Caracterização	Localização
Cáritas Paroquial de Oliveira do Conde	IPSS	Oliveira do Conde
Fundação Comendador José Nunes Martins		Oliveira do Conde
APCV, Núcleo de Oliveira do Conde	Entidade de carater social	Oliveira do Conde
Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira do Conde		Oliveira do Conde
Associações	Caracterização	Localização
Associação Cultural "Rancho Infantil Cravos e Rosas"	Cultural	Vila Meã
Associação Para o Progresso de Travanca de S.Tomé	Recreativa/Cultural	Travanca de S.Tomé
Associação Recreativa e Cultural de Alvarelhos	Recreativa/Cultural	Alvarelhos
Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha	Recreativa/Cultural	Oliveirinha
Associação Recreativa e Desportiva de Fiais da Telha	Recreativa/Desportiva	Fiais da Telha
Clube Associativo de Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal	Desportiva	Fiais da Telha
Grupo Folclórico D'Alegria de Vila Meã	Recreativa/Cultural	Vila Meã
Grupo Recreativo e Cultural "Zés Pereiras	Recreativa/Cultural	Oliveira do Conde
MOVE - Associação Jovem de Vila Meã	Desportiva	Vila Meã
NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha	Cultural	Oliveirinha
Sociedade de Educação e Recreio de Oliveira do Conde	Recreativa	Oliveira do Conde
Empresas	Caracterização	Localização
Café O Cantinho da Azenha	Café	Azenha, Oliveira do Conde
Carvalho&Sousa - Comércio de pneus	Comércio de pneus	Oliveirinha
Encontrus Cathering	Catering	Oliveira do Conde
José Carlos Freitas Pina - construções	Construção Civil	Alvarelhos
Posto de Abastecimento CEPESA	Combustíveis	Oliveirinha
Restaurante Tendinha (João Francisco Loureiro Henriques)	Restaurante	Oliveirinha
Segredos de Beleza - Estética	Estética	Oliveirinha
Tomás Vítor Abrantes dos Santos - Móveis	Móveis	Fiais da Telha
União Comercial da Beira		Oliveirinha
Vítor Soares Santos Lda. - Construção Civil	Construção Civil	Oliveira do Conde
Magnum - Carlos Lucas, Vinhos Lda.		Albergaria
Cancê - Construções Metálicas Lda.		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
Grupo Somitel	Telecomunicações e instalações elétricas	Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
Imponenturbo	Stand e Venda de Peças	Albergaria ?
Midimonde - Carpintaria por medida, Lda.	Carpintaria	Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
Pessoas&Impressões		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
S.F.P.C. - Sociedade Franco Portuguesa de Capacetes, SA		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, Lda.		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
Texla - Automotive/Texteis, Lda.		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
General Woods Industry		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha
Carvalho e Marques		Parque Industrial Sampaio, Oliveirinha

Freguesia de Parada		
IPSS / Entidade com carater social	Caracterização	Localização
Cáritas Paroquial de Parada	IPSS	Parada
Centro Social da Freguesia de Parada	Entidade de carater social	Parada
Associações	Caracterização	Localização
Associação Recreativa de Parada	Recreativa	Parada
Grupo de Atletismo "3 Santos Populares"	Desportiva	Póvoa de Stº Amaro
Empresas	Caracterização	Localização
Café Bar "O Costa"	Café	Parada
Café Sobral	Café	Parada
Silvério e Rolo	Construção Civil	Póvoa das Forcadas
Humberto de Figueiredo Pais	Mecânica Geral	Parada
Supermercado Beljor	Comércio a retalho (supermercado)	Parada
Padaria Irmãos Jorge Lda.	Padaria	Parada
Ferreira e Borges	Serralharia	Parada
Luís Albuquerque	Arquitecto	Parada
António Ferreira Costa	Instalações Elétricas	Parada
Vítor Manuel Pinto da Silva	Instalações Elétricas	Parada

União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral		
IPSS / Entidade com carater social	Caracterização	Localização
Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal	IPSS	Carregal do Sal
Centro Alimentar Contra a Pobreza- Associação Mãos Unidas Padre Damião	Entidade de carater social	?
Centro Social e Paroquial São João de Deus- Vivenda Teles	Pólo do Centro Social	Vila da Cal
Pluricuidados	Lar Privado	Carregal do Sal
CRTT	Clinica de recuperação	Carregal do Sal
Associações e Cooperativas	Caracterização	Localização
ADEF – CCS Associação de Desporto e Educação Física	Desportiva	Póvoa da Arnosa
Associação Amigos do Carocha de Carregal do Sal	Desportiva/Cultural	Carregal do Sal
Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro	Recreativa /Cultural	Pinheiro
Associação Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária "A Quinta"	Desportiva/Recreativa	Carregal do Sal
Casa do Benfica de Carregal do Sal	Desportiva	Carregal do Sal
Centro Cultural de Currelos	Cultural	Currelos
Clube de Futebol de Carregal do Sal	Desportiva	Carregal do Sal
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal		Carregal do Sal
Confraria Gastronómica e Enófila de Terras de Carregal do Sal	Cultural	Carregal do Sal
Grupo de Intervenção Cultural e Artística de Carregal do Sal	Cultural	Carregal do Sal
Núcleo Sportinguista do Concelho de Carregal do Sal	Desportiva	Carregal do Sal
Associação Recreativa Cultural do Sobral	Recreativa /Cultural	Sobral
PARCA – Associação Cultural Recreativa Amigos de Papízios	Recreativa /Cultural	Papízios
Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão	Ambiental	Carregal do Sal
Cooperativa Agrícola de Carregal do Sal	Agrícola	Carregal do Sal
Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Carregal do Sal	Agrícola	Carregal do Sal

União das Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral		
Empresas	Caracterização	Localização
Casa Melita (Duarte Cabral da Fonseca)	Comércio a retalho (vestuário, lar)	Carregal do Sal
José Carlos Fernandes - Advogado	Advocacia	Carregal do Sal
Móveis Armando Santos Lopes	Fábrica de Móveis	Carregal do Sal
Intermarché	Supermercado	Carregal do Sal
Laboratório de Análises Clínicas de Santa Comba Dão	Laboratório de Análises Clínicas	Carregal do Sal
Proficis	Engenharia	Carregal do Sal
Provisório	Bar	Carregal do Sal
Restaurante Odisseia	Restaurante	Carregal do Sal
Seguros Liberty Europeia - Alberto Costa	Seguros	Carregal do Sal
SportSal - Rui	Comercio a retalho	Carregal do Sal
Armazéns Alfredo Marques da Rocha	Bricolage	Carregal do Sal (Parque Industrial)
Flórido Internacional, Lda.		Carregal do Sal (Parque Industrial)
Auto Reparações Carlos Abreu Lda.	Mecânico	Carregal do Sal (Parque Industrial)
Beiratipo - Tipografia	Tipografia	Carregal do Sal (Parque Industrial)
Dão Sul - Sociedade Vitivinícola Lda.		Parque Industrial Gândara
Dimoldura - Molduras e Componentes Lda.		Parque Industrial São Domingos
Euroralex - Confeções S.A.	Confeções	Parque Industrial São Domingos
Lopes&Cattini - fábrica de abrasivos	Fábrica de abrasivos	Parque Industrial da Gândara
Maciça - Indústria de Janelas e Portas Lda.	Indústria de Janelas e Portas	Parque Industrial da Gândara
Queijaria Flor da Beira Lda.	Queijaria	Parque Industrial da Gândara
Torgran - Torneados em Granito Lda.	Torneados em Granito	Parque Industrial da Gândara

Política
Presidente da Câmara Municipal: Rogério Mota Abrantes Vice-presidente da Câmara: José Sousa Batista Vereadora: Ana Cristina Silva Sousa Borges Vereador: José Dias Batista Vereador (Sem Pelouros): Francisco António Coelho Pessoa da Silva Campos Vereadora (Sem Pelouros): Ana Cristina Pais Vereador (Sem Pelouros): Telmo Neves Lopes Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Chefe de Divisão da Administração Geral da Câmara Municipal de Carregal do Sal Chefe da Divisão Financeira e Património da Câmara Municipal de Carregal do Sal Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente da Câmara Municipal de Carregal do Sal Técnica Superior de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Carregal do Sal Técnica Superior da Ação Social da Câmara Municipal de Carregal do Sal Presidente da Junta de Freguesia de Beijós Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Beijós Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato Presidente da União de Freguesias Currelos, Papízios e Sobral Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Currelos, Papízios e Sobral Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde Presidente da Junta de Freguesia de Parada Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Parada
Ação Social
Núcleo Local de Inserção (NLI) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal (CPCJ) Fundação Lapa do Lobo Pólo da Cooperativa VÁRIOS em Carregal do Sal
Educação
Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal Escola Básica Nº2 de Carregal do Sal Centro Educativo Nun` Alvares Associação de Estudantes da Escola Secundaria/3 de Carregal do Sal Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada Aristides de Sousa Mendes de Cabanas de Viriato APDAE (Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas de Carregal do Sal) FAPEECS-Federação das Associações de Pais de Carregal do Sal USCSAL- Universidade Sénior
Saúde
Centro de Saúde Delegado de Saúde de Carregal do Sal Unidade de Cuidados á Comunidade Aristides de Sousa Mendes de Carregal do Sal
Segurança
GNR Julgados de Paz
Agricultura e Ambiente
Associação Solo Vivo Associação dos Produtores Florestais do Planalto Cooperativa Agrícola de Carregal do Sal Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Carregal do Sal

Anexo III

Habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005	
3130	Águas estagnadas, oligotróficas e mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelleteauniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto- Nanojuncetea</i>
3260	Lagos e charcos distróficos naturais
4030	Charnechas secas europeias
5230 *	Matagais arborescentes de <i>Laurusnobilis</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6220 *	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano e alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecuruspratensis</i> , <i>Sanguisorbaofficinalis</i>)
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi- Veroniciondillenii</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnionincanae</i> , <i>Salicionalbae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
* habitats prioritários	

Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º49/2005 de 24/02		
Código Espécie	Espécie	Anexos
1116	<i>Chondrostomapolylepis</i>	II
1135	<i>Rutilusmacrolepidotus</i>	II
1172	<i>Chioglossalusitanica</i>	II, IV
1259	<i>Lacertaschreiberi</i>	II, IV
1301	<i>Galemyspyrenaicus</i>	II, IV
1355	<i>Lutralutra</i>	II, IV

Outras Espécies dos Anexo B-IV e B-V do Dec. Lei n.º49/2005 de 24/02	
Espécie de Flora	Anexos
<i>Narcissusbulbocodium</i>	V
<i>Narcissustriandrus</i>	IV

Anexo IV

Instrumentos de Âmbito Regional e Setorial	
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Dão e Lafões (2006/ Suspensão Parcial)	
Objetivos	Orientações
<p>Sub-região homogénea Terras do Dão (21% do Município de Carregal do Sal)</p> <ul style="list-style-type: none"> »Aumentar a área arborizada bem como a diversidade de espécies nos espaços florestais, de acordo com o seu potencial produtivo; »Aumentar a atividade associada à caça; »Aumentar o conhecimento sobre o potencial cinegético da região; »Aumentar o número de áreas com gestão efetiva e a rentabilidade da atividade cinegética; »Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça; »Manter a integridade genética das espécies cinegéticas; »Desenvolver a atividade associada à pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais; »Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca; »Aumentar e melhorar as infra-estruturas de suporte à atividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário; »Recuperar os troços de água degradados com especial enfoque nos concelhos de Santa Comba Dão e Nelas; »Desenvolver a atividade silvopastoril; »Aumentar o conhecimento sobre a atividade silvopastoril; »Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris; »Integrar a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados mantendo e beneficiando as pastagens naturais; »Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico; »Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio com interesse paisagístico, e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas; »Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio; »Proteger a margem dos rios e ribeiras, bem como as vertentes das margens do Rio Dão e Mondego; »Diminuir o número de ocorrências de fogos florestais. <p>Sub-região homogénea Alto Alva (100% do Município de Carregal do Sal)</p> <ul style="list-style-type: none"> »Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo. »Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente os cogumelos, o pinhão, o medronho e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais. »Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificadas. »Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão. »Desenvolver a pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais. »Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e ordenamento dos recursos piscícolas. »Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infra- 	<p>Sub-região homogénea Terras do Dão (21% do Município de Carregal do Sal)</p> <ul style="list-style-type: none"> »Apoiar a arborização de incultos e áreas agrícolas marginais e a re-arborização de áreas queimadas ou degradadas; »Apoiar a arborização de espécies com potencial produtivo ótimo como o carvalho-alvarinho, carvalho-negral, castanheiro e eucalipto e pinheiro-bravo; »Realizar estudos sobre a utilização de habitat e capacidade de suporte dos ecossistemas da região para as espécies cinegéticas mais importantes e realização de censos periódicos das populações cinegéticas mais importantes; »Apoiar as ações de gestão de habitat para promover a integração da caça noutras atividades como a agricultura, a silvicultura e a silvopastorícia; »Fiscalizar o cumprimento dos planos de gestão das zonas de caça; »Apoiar ações de formação profissional em gestão cinegética; »Fiscalizar os repovoamentos com espécies cinegéticas; »Inventariar os locais e as infra-estruturas com interesse para a pesca e população piscícola associadas; »Proceder a um levantamento do número, localização e estado das diversas infra-estruturas de apoio à pesca para identificar as zonas mais deficitárias destas estruturas; »Apoiar a construção de pontos de pesca, acessibilidades e outras infraestruturas de suporte à pesca; »Controlar a qualidade e classificação das águas e habitats de acordo com as espécies existentes e as potencialidades do meio; »Arborizar as linhas de água com espécies ripícolas e meandrar os cursos de água; »Desenvolver estudos sobre a melhoria da composição dos recursos silvopastoris (pastagens, matos, frutos, folhas e ramagens) com especial ênfase para o seu valor nutritivo e a sua longevidade com valor nutritivo elevado; »Incentivar a elaboração de planos de gestão de recursos silvopastoris; »Apoiar, através de campanhas informativas e subvenções, a adaptação dos sistemas de produção pastoris tendo em vista a certificação dos seus produtos com potencial "certificável" como é o caso da carne de ovinos de nome protegido nesta região; »Apoiar a adaptação dos sistemas de produção pastoris às necessidades do sistema de produção de produtos certificados como a carne de bovino de nome protegido; »Definir as zonas com potencial para recreio para desenvolvimento de atividades relacionadas com o recreio e enquadramento paisagístico; »Apoiar a elaboração de planos de adequação dos espaços florestais ao uso para recreio nas zonas definidas; »Apoiar a criação e a manutenção de percursos da natureza, de centros de interpretação da paisagem/natureza e de infra-estruturas de apoio à contemplação dos elementos de elevado valor paisagístico; »Criar, disponibilizar e manter atualizado um catálogo de paisagens e pontos de interesse para atividades de recreio e lazer nos espaços florestais; »Delimitar perímetros de proteção nas zonas onde foi registado um risco de erosão médio; »Promover a implementação de vegetação ripícola nas zonas mais susceptíveis à erosão, ajustando os programas de financiamento para este tipo de intervenções; »Regulamentar as técnicas e práticas silvícolas de forma a promover a manutenção das já existentes

estruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca) enquadradas com as do recreio e criar zonas concessionadas para a pesca.

- ou criação de novas galerias ripícolas (consolidação das margens, proteção da erosão, fonte de alimento e abrigo);
 - »Criação de programas de monitorização da capacidade de suporte de populações animais, vegetais e humanas pelo ecossistema ribeirinho;
 - »Controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como sejam bermas das estradas, parques de merendas e outros locais que se considerem relevantes para este efeito;
 - »Promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais;
 - »Aumentar a eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais;
 - »Aumentar o número de brigadas de sapadores florestais e intensificar a sua acção em áreas consideradas de maior risco de incêndio.
- Sub-região homogénea Alto Alva (100% do Município de Carregal do Sal)**
- »Apoiar intervenções silvícolas que utilizem espécies com bom potencial produtivo;
 - »Apoiar a diversificação de espécies florestais que correspondam à proporção do potencial produtivo na sub-região, através de arborizações e do aproveitamento da regeneração natural de espécies florestais de crescimento lento, nomeadamente de Quercíneas, adequando a composição florestal às outras funções dos espaços florestais;
 - »Adaptar os modelos de silvicultura dos povoamentos florestais que conduzam a uma maior valorização dos produtos finais, aumentando nomeadamente a produtividade dos povoamentos florestais instalados, particularmente através do alargamento das revoluções ou da realização de desramações;
 - »Desenvolver estudos sobre modelos silvícolas que optimizem, a exploração dos produtos florestais não-lenhosos;
 - »Inventariar os locais com interesse para a produção de produtos não-lenhosos;
 - »Apoiar a implementação de modelos multifuncionais de utilização dos espaços florestais que integrem a produção de produtos não lenhosos;
 - »Regulamentar a produção, colheita e a comercialização dos produtos florestais não-lenhosos;
 - »Apoiar a gestão dos espaços florestais de acordo com a sua adequação aos objetivos de conservação;
 - »Criar mecanismos de compensação por perdas de rendimento associadas às condicionantes de conservação;
 - »Delimitar perímetros de proteção nas zonas onde foi registado risco de erosão médio e/ou alto;
 - »Apoiar a arborização e a beneficiação do coberto vegetal nas zonas de maior risco com espécies adequadas ao controlo da erosão e ao fomento da pedogénese;
 - »Respeitar as normas genéricas de intervenção nos espaços florestais com função de conservação;
 - »Inventariar os locais e as infra-estruturas com interesse para a pesca e população piscícola associadas;
 - »Proceder a repovoamentos piscícolas, assegurando que para além das zonas concessionadas, as zonas que têm interesse para pesca sejam objecto de repovoamento e implementar um sistema de monitorização e de gestão das populações piscícolas;
 - »Promover a instalação de passagens para peixes, a manutenção de caudais ecológicos e outras medidas mitigadoras dos impactes de obras hidráulicas;
 - »Apoiar a criação de infra-estruturas de apoio à pesca e de zonas concessionadas para a pesca nos troços prioritários.

Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (2002)	
Objetivos	Orientações
»Abastecimento de água a toda a população em adequadas condições de fiabilidade e qualidade;	»Recuperação e Prevenção da Qualidade da Água; »Abastecimento de Água às Populações e Atividades Económicas;

<p>»Assegurar a disponibilidade de água, com qualidade adequada, para os diferentes setores da atividade socioeconómica, para assegurar a economia de base das populações;</p> <p>»Recuperar e prevenir a degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e assegurar o bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos e ecossistemas terrestres associados;</p> <p>»Prevenir e mitigar os efeitos das cheias, das secas e dos efeitos dos acidentes de poluição, reconhecendo a necessidade de salvaguardar a segurança e a saúde das pessoas e bens.</p>	<p>»Proteção dos Ecossistemas Aquáticos e Terrestres Associados;</p> <p>»Prevenção e Minimização dos Efeitos das Cheias, Secas e dos Acidentes de Poluição;</p> <p>»Valorização dos Recursos Hídricos;</p> <p>»Ordenamento e Gestão do Domínio Hídrico;</p> <p>»Quadro Normativo e Institucional;</p> <p>»Regime Económico e Financeiro;</p> <p>»Informação e Participação das Populações;</p> <p>»Aprofundamento do Conhecimento sobre os Recursos Hídricos;</p> <p>»Avaliação Sistemática do Plano.</p>
<p align="center">Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira (2006)</p>	
<p align="center">Objetivos</p>	<p align="center">Orientações</p>
<p>»Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da Albufeira, de forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial dos hídricos;</p> <p>»Definir regras e medidas para usos e ocupação do solo que permitam gerir a área objecto de plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;</p> <p>»Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento do território;</p> <p>»Planear de forma integrada a área dos concelhos na envolvente da albufeira;</p> <p>»Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional, existentes ou em curso, nomeadamente com o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego;</p> <p>»Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e/ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;</p> <p>»Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades secundárias, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações.</p>	<p>» proteção e valorização dos ecossistemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conservação de Habitats e Espécies de Interesse Conservacionista -Recuperação e conservação de povoamentos de espécies autóctones; -Recuperação e conservação da vegetação rípica nas zonas identificadas como de interesse conservacionista. - Promoção da Educação Ambiental -Implantação de sinalização informativa e interpretativa. -Instalação de um Centro de Interpretação e de Observação da Natureza -Recuperação de caminhos <p>»Definição e Compatibilização dos usos secundários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e Requalificação de Zonas de Recreio e Lazer -Parque de Merendas da Sr.ª da Ribeira; -Parque da Natureza.
<p align="center">Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 4 (RH4) PGBH do Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste</p>	
<p align="center">Objetivos</p>	<p align="center">Orientações</p>
<p>»Evitar a degradação, proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres e zonas húmidas daqueles dependentes;</p> <p>»Promover uma utilização sustentável de água e assegurar o seu fornecimento em quantidade e qualidade, de forma equilibrada e equitativa;</p> <p>»Reforçar e melhorar o ambiente aquático através da redução gradual ou cessação de descargas, emissões e derrames de substâncias prioritárias;</p> <p>»Assegurar a redução gradual e o agravamento da poluição das águas subterrâneas;</p> <p>»Mitigar os efeitos das inundações e das secas e proteger as águas marinhas e prevenir e eliminar a sua poluição.</p>	<p>»Para facilitar a gestão global do programa as medidas foram enquadradas em 10 programas operacionais que agregam medidas com objetivos semelhantes Os dez programas previstos são:</p> <p>REDUZIR-TOP: que visa a redução de contaminação tóxica;</p> <p>REDUZIR-DIF: que visa a redução de contaminação difusa;</p> <p>PREVENIR: que visa a prevenção ou redução do impacte de poluição acidental, riscos de cheias e inundações, de secas e de rotura de infraestruturas hidráulicas;</p> <p>SENSIBILIZAR: que visa a elaboração e aplicação de códigos de boas práticas e projetos educativos;</p> <p>PROTEGER: que visa a proteção das massas de água, definição de critérios de classificação de massas de água, revisão das licenças e das autorizações relevantes, condicionamento de utilizações;</p> <p>CONHECER: que visa projetos de investigação, desenvolvimento e demonstração, estudos integrados de qualidade e reforço da monitorização;</p> <p>RACIONALIZAR: que visa a uso eficiente da água e recuperação de custos;</p> <p>ORGANIZAR: que visa a capacitação e ações administrativas, económicas e fiscais;</p> <p>PREPARAR: que visa a projetos de reabilitação e projetos de obras para garantir o abastecimento de água para os diferentes usos;</p> <p>REQUALIFICAR: que visa a requalificação hidromorfológica.</p> <p>»Estão previstas 144 medidas com incidência no município de Carregal do Sal (18 medidas na</p>

Sub-bacia do Mondego, 59 medidas na Sub-bacia do Dão e 67 medidas comuns a todas as bacias).	
Plano Setorial da Rede Natura 2000	
Objetivos	Orientações
<ul style="list-style-type: none"> »Salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental; »Garantir a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> »Redução do risco de incêndios florestais; »Adopção de práticas silvícolas adequadas; »Promoção da qualidade da água; »Manutenção da naturalidade das margens; »Condicionar a expansão urbano-turística nas áreas mais sensíveis; »Ordenar o recreio, o lazer e as acessibilidades.
Instrumentos de Âmbito Local	
Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal (2006)	
Objetivos	Orientações
<ul style="list-style-type: none"> »Assegurar a adequação da rede de estabelecimento de educação pré-escolar e ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam á procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar; »Orientar a expansão do sistema educativo num dado território em função do desenvolvimento económico e sociocultural; »Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município; »Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e reconversão e adaptação do parque otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão; »Definir prioridades; »Otimizar a utilização dos recursos consagrados à educação; »Evitar ruturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico; »Prever os termos da contratualização, entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades; »Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestes das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; »Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> »Criação do Centro Educativo de Cabanas de Viriato, aproveitando a Escola Básica Integrada existente, para o 1º, 2º e 3º CEB; »Recuperação do antigo edifício da Escola Primária, para os jardins-de-infância; »Criação do Centro Educativo de Carregal do Sal, aproveitando a EB 2,3 para o funcionamento do 2º CEB; »Requalificação do colégio Nun`Alvares para o funcionamento do pré-escolar, 1º CEB, Centro de Formação de Professores, Ocupação de Tempos Livres e também, se possível, um berçário; » Escola Secundária/3 de Carregal do Sal para funcionamento do 3º CEB do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, para o Ensino Secundário, 10º, 11º e 12ºanos e formação profissional; »Requalificação/ transformação do antigo edifício do quartel dos Bombeiros Voluntários em Espaço Polivalente para atividades culturais diversificadas ligado à rede escolar e á comunidade em geral; »Requalificação/transformação do antigo edifício da Câmara Municipal para o Ensino Profissional e Ensino Especial.
Pré-Diagnóstico do Concelho de Carregal do Sal (2007)	
Objetivos	Orientações
<ul style="list-style-type: none"> »Identificar os recursos existentes, assim como, as necessidades e as prioridades sentidas pela população, prestando especial atenção às pessoas mais carenciadas do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> »Não são apresentadas propostas, remetidas para o Plano de Ação Social.
Atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal (2009)	
Objetivos	Orientações
<ul style="list-style-type: none"> »Identificar as necessidades do concelho, os problemas e as suas causas; »Identificar os recursos e as potencialidades existentes a nível local; »Determinar a importância e amplitude dos problemas; »Definir as prioridades e estratégias de intervenção com o objetivo de dar respostas as necessidades da população local envolvendo-a no processo de mudança. 	<ul style="list-style-type: none"> »Não são apresentadas propostas, remetidas para o Plano de Ação Social.
Plano de Ação (Social) de Carregal do Sal (2013/2014)	
Objetivos	Orientações

<p>»Identificação de projetos e intervenções, tendo em conta o Plano de Desenvolvimento Social.</p>	<p>»Eixo 1: Promover e aumentar a Empregabilidade, a Qualificação Escolar e Profissional »Eixo 2: Fomentar competências pessoais, sociais e parentais »Eixo 3: Alertar/Prevenir as dependências e os comportamentos de risco »Eixo 4: Desenvolver e criar respostas sociais ao nível da Infância, Juventude, Terceira Idade, Deficiência e Saúde Mental »Eixo 5: Incrementar ações de beneficiação e melhoria do parque habitacional</p>
<p>Projeto de Constituição do Programa Integrado de Educação e Formação (Ano Letivo 2013/2014)</p>	
<p>Objetivos</p>	<p>Orientações</p>
<p>»Contribuir para uma diminuição do absentismo e consequentemente situações de abandono escolar, fomentando ativamente condições favoráveis de igualdade de oportunidades entre os jovens; »Eliminar todas as formas identificadas de exclusão social; »Certificar alunos com o 3º ciclo de escolaridade e tornar acessível a experiencição vocacional aos jovens inseridos na medida PIEF; »Proporcionar o cumprimento da escolaridade básica obrigatória e sensibilizar os jovens e as respetivas famílias para a importância do mesmo; »Oferecer novos referenciais aos jovens que ajudem na sua emancipação e valorização como cidadãos de plenos direitos; »Contribuir para a construção do projeto de vida de jovens que se encontram abrangidos por acordos de promoção e proteção, ou como plano de conduta, no caso de existir processo tutelar educativo; »Proporcionar a estes jovens a construção responsável e autónoma de um projeto de vida pensado, integrado num espaço de aprendizagem, com regras de convívio, assente na aquisição de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais; »Prevenir comportamentos desviantes e distúrbios de personalidade; »Reforçar o gosto pela escola e consequentemente pela aprendizagem e dotar os alunos das competências essenciais à integração do jovem em percursos de educação e formação escolar ou extra-escolar em qualquer momento do ano letivo, de acordo com a oferta disponível e lhes permitam uma integração plena na comunidade e sociedade; »Adequar e articular os conteúdos curriculares face às necessidades/potencialidades dos alunos; »Alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimento e competências de forma não comparativa ou eliminatória; »Promover a articulação com diferentes entidades, com vista a facilitar os percursos de integração dos jovens; »Adequar os processos educativos aos jovens que apresentam necessidades educativas especiais de caráter permanente; »Reforçar o que de mais positivo há nestes jovens, através do estabelecimento de relações afetivas e de treino de competências; »Reforçar as relações entre Pais, Filhos e Escola, através do desenvolvimento de estratégias de motivação para um maior investimento na aprendizagem específica e formação integral; »Estimular para a aprendizagem e para o desenvolvimento psicossocial dos jovens; »Prevenir situações de exploração de Trabalho Infantil, integrando jovens em situação de abandono escolar e risco de entrada extemporânea num mundo do trabalho num percurso escolar alternativo.</p>	<p>»Aprender implica participar, logo o aluno deverá ser sempre implicado no processo, desde a fase diagnóstica até à avaliação dos resultados; »A aprendizagem ocorre quando as atividades didáticas são cuidadosamente concebidas e adaptadas aos alunos em causa e são complementadas por reflexão, análise crítica e síntese adequada; »Durante este processo, os alunos deverão ser estimulados a participar ativamente, colocando questões, investigando razões, experimentando soluções, resolvendo problemas, exercitando o gosto pela curiosidade/ descoberta e assumindo responsabilidades; »A aprendizagem implica que os jovens sejam envolvidos não apenas intelectualmente nas atividades propostas, mas também no plano emocional, físico e relacional. »Uma vez que, os resultados das atividades pedagógicas realizadas têm sempre um grau de imprevisibilidade, os jovens tenderão a experimentar sentimentos de sucesso, fracasso, desafio, assunção de riscos, incerteza, etc., que deverão ser objeto de exploração pedagógica e comparados com situações do quotidiano.</p>
<p>Relatório Final de Diagnóstico e Modelo de Planeamento do Programa de Respostas Integradas</p>	
<p>Objetivos</p>	<p>Orientações</p>

»Caracterizar o território considerado de intervenção prioritária e que compreende as Freguesias de Currelos e de Cabanas de Viriato, com o objetivo de retratar e identificar problemas, grupos em situação de risco, intervenções a desenvolver tendo em conta a problemática do consumo de substâncias psicoativas, utilizando a metodologia RAR- RapidAssessmentand Response.	»Essencialmente no âmbito da Prevenção Universal e Seletiva.
Grandes Opções do Plano/ Plano de Atividades do Município	
Objetivos	Orientações
»Instrumento orientador do exercício da atividade executiva do município.	»Atividades mais relevantes do ano de 2014: - Funções Gerais: administração geral; proteção civil e luta contra incêndios. - Funções Sociais: educação; segurança e ações sociais; ordenamento do território; cultura; desporto, recreio e lazer; atividades cívicas e religiosas; resíduos sólidos. - Funções Económicas: agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca; indústria e energia; transportes e comunicações. - Outras Funções: operações da dívida autárquica; transferências entre administrações.
Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal (2001)	
Objetivos	Orientações
»Melhorar as condições de vida das populações do Concelho; »Desenvolvimento económico concelhio; »Qualificar o espaço ambiental natural e edificado; »Salvaguardar os valores patrimoniais naturais e edificados; »Afirmar Carregal do Sal como território de qualidade de vida.	»São sugeridas algumas medidas relativamente: -Infraestruturas urbanas; -Equipamentos; -Indústria; -Habitação social;
Plano de Urbanização de Carregal do Sal (2005)	
Objetivos	Orientações
»Estabelecer o ordenamento do território, definindo a organização espacial integrada no perímetro urbano.	»Avenida Norte, ligação da Avenida Paços do Concelho com saída junto ao Centro de Saúde; »Melhoramento de arruamentos existentes; »Eixos Pedonais previstos; »Área de equipamentos desportiva a construir junto ao Estádio Nº Sª das Febres; »Escola de "Artes e Ofícios"; »Equipamento, antigo edifício da CM; »Equipamento Religioso; »Avenida Norte, ligação da Avenida Paços do Concelho com saída na rotunda Parque Industrial da Gândara; »Parques Urbanos; »Melhoramentos de arruamentos existentes.
Plano Municipal de Emergência de Carregal do Sal (1999)	
Objetivos	Orientações
»Instrumento para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.	»Antes da Emergência: -Organizar e montar o Centro Municipal de Operações de Emergência de proteção Civil (CMOEP) para condução e coordenação das operações a levar a efeito em situações de emergência; -Proceder à avaliação e inventariação dos meios e recursos necessários para fazer face a uma emergência, prevendo a sua rápida mobilização; -Promover a informação e sensibilização das populações tendo em vista a sua auto-proteção face a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade; -Promover medidas preventivas destinadas à evacuação das populações que a venham a necessitar em caso de emergência bem como, as suas eventuais necessidades de alojamento, alimentação e agasalhos;

	<ul style="list-style-type: none"> -preparar e realizar exercícios e simulacros para treino dos quadros e forças intervenientes do PME. »Durante a Emergência: <ul style="list-style-type: none"> -Ativar de imediato o CMOEPC e accionar desde logo o alerta às populações em risco; -Coordenar e promover a atuação dos meios de socorro, de modo a controlar o mais rapidamente possível a situação e prestar o socorro adequado às pessoas em perigo, procedendo à sua busca e salvamento; -Manter-se permanentemente informado sobre a evolução da situação, a fim de, em tempo útil, promover a atuação oportuna dos meios de socorro; -Difundir através da comunicação social ou por outros meios, os conselhos e medidas a adotar pelas populações em risco; -Promover a evacuação dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento; -Assegurar a manutenção da lei e da ordem e garantir a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco; -Coordenar e promover a evacuação das zonas de risco, bem como as medidas para o alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas; -Informar o CMOEPC da situação e solicitar os apoios e meios de reforço que considere necessários; -Promover a coordenação e atuação dos órgãos e forças municipais de Proteção Civil; -Promover as ações de mortuária adequadas à situação. »Depois da Emergência: <ul style="list-style-type: none"> -Adotar as medidas necessárias à urgente normalização da vida das populações atingidas, procedendo ao restabelecimento, o mais rápido possível, dos serviços públicos essenciais, fundamentalmente o abastecimento de água e de energia; -Promover o regresso das populações, bens e animais deslocados; -Promover a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigo de desmoronamentos; -Proceder à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, elaborando um relatório sobre as operações realizadas.
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Carregal do Sal (2012)	
Objetivos	Orientações
<p>Até 2018:</p> <ul style="list-style-type: none"> »Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 há; »Ausência de incêndios com áreas superiores a 100 há; »Redução da área ardida para menos de 1º há/ano até 2015; »1º intervenção em menos de 10 minutos em 90% das ocorrências; »Ausência de tempos de 1ºintervenção superiores a 60 minutos; »Ausência de incêndios ativos com duração superior a 24h; »Redução do número de reacendimentos para menos de 95% das ocorrências totais. <p>Para além de 2018:</p> <ul style="list-style-type: none"> »Verificar uma área ardida anual inferior a 5 há da superfície florestal constituída por povoamentos; »Eliminação do número de incêndios ativos com duração superior a 12 horas; »Diminuição para menos de 50% do número de reacendimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> »Eixo 1: Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais: <ul style="list-style-type: none"> -Criar e manter redes de faixas de gestão de combustíveis, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; -Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; -Promover ações de silvicultuta no âmbito da DFCl; -Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água); -Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais. »Eixo 2: Reduzir a incidência dos incêndios: <ul style="list-style-type: none"> -Fiscalização da população; -Identificação de locais com acumulação ilegal de resíduos; -Patrulhamento de zonas mais vulneráveis à ocorrência de incêndios florestais. »Eixo 3: Melhorar a eficácia e a eficiência de combate a incêndios florestais; »Eixo 4: Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades; »Eixo 5: Adaptar uma estrutura orgânica e funcional.

Anexo V

Programa Operacional	Fundo	Tipologia de Operação (Eixo/Medida)	Beneficiário	Descrição	Data de Aprovação	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Comunitário Aprovado (€)
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 1- Equipamentos e infraestruturas locais	Município de Carregal do Sal	Infraestruturas de acesso a escola.....		209.538	146.676
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 1- Equipamentos e infraestruturas locais	Município de Carregal do Sal	Construção das infraestruturas envolventes.....		1.056.716	739.701
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 1- Equipamentos e infraestruturas locais	Município de Carregal do Sal	Restauro da escola Conde Ferreira		328.031	229.622
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 1- Equipamentos e infraestruturas locais	Município de Carregal do Sal	Arruamentos de acesso ao Lar de		218.133	109.067
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 2- Ambiente e recursos naturais	Município de Carregal do Sal	Rede de esgotos de Ca....		186.269	139.702
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 2- Ambiente e recursos naturais	Município de Carregal do Sal	Rede de águas residuais de Currelos....		107.235	80.426
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 3- Acessibilidades	Município de Carregal do Sal	EM de ligação Carregal do Sal/S....		437.426	328.070
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 3- Acessibilidades	Município de Carregal do Sal	Reconstrução de infraestruturas		437.677	328.258
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 4- Qualificação dos Aglomerados Urbanos e das Estruturas de Povoamento	Município de Carregal do Sal	Beneficiação da Casa da Cultura		536.458	402.343
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		345.711	259.283
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		11.417	8.563
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		522.492,48	391.869
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		123.376,36	92.532
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		62.858,85	47.144
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 6- Desenvolvimento dos Recursos Humanos	Município de Carregal do Sal	Formação Profissional		59.363,05	44.522
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 7- Ações específicas de Valorização Territorial	Município de Carregal do Sal	Construção Centro Cultural de Carregal do Sal		1.038.472,44	519.236
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 8- Bonificação de juros em linha de crédito ao investimento	Município de Carregal do Sal	Financiamento complementar projeto.....		28.494	21.370
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 8- Bonificação de juros em linha de crédito ao investimento	Município de Carregal do Sal	Financiamento complementar projeto.....		8.660	6.495
PO do Centro	FEDER	Eixo 1: Medida 8- Bonificação de juros em linha de crédito ao investimento	Município de Carregal do Sal	Financiamento complementar projeto.....		12.629	9.472
PO do Centro	FEDER	Eixo 2: Medida 3- Ações inovadoras de dinamização das Aldeias	Município de Carregal do Sal	Reabilitação da área envolvente.....		62.500	43.750
PO do Centro	FEDER	Eixo 2: Medida 3- Ações inovadoras de dinamização das Aldeias	Município de Carregal do Sal	Reabilitação dos espaços envolventes....		152.000	106.400
PO do Centro	FEDER	Eixo 2: Medida 3- Ações inovadoras de dinamização das Aldeias	Município de Carregal do Sal	Reabilitação de Espaço público.....		35.712	24.999
PO do Centro	FEDER	Eixo 2: Medida 3- Ações inovadoras de dinamização das Aldeias	Município de Carregal do Sal	Restauro e Reabilitação de fontes.....		43.953	30.767
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-170		345.711	259.283
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-96			
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-229	21-10-2004	11.451	8.588
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-260	31-01-2005	546.008	409.506
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-391	18-10-2005	3.463	2.598
PO do Centro	FSE	Eixo 1: Medida 1.6-Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Programa FORAL	Município de Carregal do Sal	Projeto 42-I-06-496	28-09-2006	123.376	92.532
POSI	FEDER	Eixo 4: Medida 4.3- Promover a utilização da internet de banda larga	Município de Carregal do Sal	Apetrechamento Informático das Escolas do Ensino Pré-Escolar		15.641,60	4.813
POSI	FEDER	Eixo 4: Medida 4.3- Promover a utilização da internet de banda larga	Município de Carregal do Sal	Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet na Biblioteca e Museu Municipal		6.847	
POSI	FSE	Eixo 1: Medida 1.1- Competências Básicas	Município de Carregal do Sal	Diploma de Competências Básicas			
POSI	FEDER	Eixo 2: Medida 2.1- Acessibilidades	Município de Carregal do Sal	Espaço Internet			
PO Educação- PRODEP IIII	FEDER	Eixo3: Medida 9: Ação 9.1- Apetrechamento Informático de Escolas e ligação à Internet e Intranets	Município de Carregal do Sal	Apetrechamento Informático de Escolas e ligação à Internet e Intranets		19.395,48	6.465
PO Educação- PRODEP IIII	FEDER	Eixo 3: Medida 9: Ação 9.2- Conteúdos Multimédia Educativos	Município de Carregal do Sal	Conteúdos Multimédia Educativos		3.966	1.322
POSI	FEDER	Eixo3: Medida 3.1- Modernização da Administração Pública	Município de Carregal do Sal	Criação de uma Secção de Património e Implementação do POCAL (2001)		39.904	19.952
POSI	FEDER	Eixo3: Medida 3.1- Modernização da Administração Pública	Município de Carregal do Sal	Mais Perto do Cidadão (2002)		42.340	21.340

	Programa Operacional	Fundo	Tipologia de Operação (Eixo/Medida)	Beneficiário	Descrição	Data de Aprovação	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo Comunitário Aprovado (€)
QREN 2007-2013	PO Potencial Humano	FSE	Eixo 6: Tipologia 6.5- Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	Município de Carregal do Sal	Promoção da qualidade da acessibilidade nos serviços municipais:RAMPA	15-11-2010	104.219	74.673
	PO Potencial Humano	FSE	Eixo 5: Tipologia 5.2-Estágios Profissionais	Município de Carregal do Sal	Programa de estágios na Administração Local 1º e 2ªedição	07-07-2008	22.958	16.071
	PO Potencial Humano	FSE	Eixo 7: Tipologia 7.2: Planos para a Igualdade	Município de Carregal do Sal	Planos para a Igualdade	14-04-2011	67.550	47.285
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 1: Áreas de Acolhimento Empresarial	Município de Carregal do Sal	Ampliação do Parque Industrial de Sampaio	27-04-2011	726.181	617.254
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 3: Requalificação da Rede Escolar	Município de Carregal do Sal	Centro Educativo Nun Alvares	16-06-2008	3.666.865	3.116.835
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 3: Mobilidade Territorial	Município de Carregal do Sal	Rede de Acessibilidades ao Centro Urbano	17-03-2011	1.334.327	1.134.178
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 3: Mobilidade Territorial	Município de Carregal do Sal	Requalificação dos Arruamentos na Envolvente do Parque Escolar	22-02-2011	168.645	143.349
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 2: Rede de Equipamentos Culturais	Município de Carregal do Sal	Equipamento técnico e cénico para o Centro Cultural	19-01-2012	214.480	182.308
	PO do Centro: Mais Centro	FEDER	Eixo 1: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Município de Carregal do Sal	InoveSal	28-05-2010	52.682	44.780
	PO Valorização do Território	Fundo de Coesão	Eixo 5: Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	Município de Carregal do Sal	Construção/Instalação de Campo Relvado Sintético	23-07-2009	238.465	166.926
					Total		6.596.374	5.543.658

Anexo VI

	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		
	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	
União das Freguesias Currelos, Papizios e Sobral	ADEF – CCS Associação de Desporto e Educação Física														
	Associação Amigos do Carocha de Carregal do Sal														
	Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro	162	118 (5,00)	175	175 (5,00)									234	85%
	Associação Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária "A Quinta"	150	75 (6,00)	-	-				150	(6,00)					76 (6,00)
	Casa do Benfica de Carregal do Sal			460	102 (12,00)										
	Centro Cultural de Currelos	933	450 (12)	950	350 (12,00)				900	(12,00)				981	(12,00)
	Clube de Futebol de Carregal do Sal	220	100 (15)	220	150 (15,00)				250	120 (15,00)				394	
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal														
	Confraria Gastronómica e Enófila de Terras de Carregal do Sal														
	Grupo de Intervenção Cultural e Artística de Carregal do Sal	120	42 (6,00)												
	Núcleo Sportinguista do Concelho de Carregal do Sal	420	120 (12)	430	210 (12,00)										
	Centro de Recreio e Convívio do Sobral			224	40 (6,00)										
	Associação Recreativa Cultural do Sobral														
	PARCA – Associação Cultural Recreativa Amigos de Papizios								101	(12,00)					
	Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão														
	Cooperativa Agrícola de Carregal do Sal														
	Universidade Sénior de Carregal do Sal														
	Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Carregal do Sal														
Centro Cultural Carregalense	470	100 (12)													
Associação Juvenil Entreplanos	60	48 (6,00)													
Freguesia de Oliveira do Conde	Associações														
	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	
	Associação Cultural "Rancho Infantil Cravos e Rosas"	254	224 (7,00)	301	154 (7,00)				430	(7,00)	350	(7,50)	280	(10,00)	
	Associação Para o Progresso de Travanca de São Tomé	166	110 (6,00)						112	(12,00)			120	(6,00)	
	Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos	367	130 (5,00)	376	140 (5,00)				380	(5,00)			400	(5,00)	
	Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha	380	102 (3,00)	380	102 (3,00)				102	(3,00)	80	(3,00)	382	70 (3,00)	
	Associação Recreativa e Desportiva de Fiais da Telha	845	360 (7,50)	880	450 (7,50)				900	(7,50)			890		
	Clube Associativo de Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal	294	275 (10,00)	308	255 (10,00)			384	(10,00)		403	(10,00)	470	320 (10,00)	
	Grupo Folclórico D'Alegria de Vila Meã	215	120 (12)	230	120 (12,00)	247	130		200	(12,00)	254	90	250	(12,00)	
	Grupo Recreativo e Cultural "Zés Pereiras"	116	116 (3,60)			280	250 (5,00)						152	(5,00)	
	MOVE - Associação Jovem de Vila Meã			21	21					29	(5,00)	36		43	
NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha	135	135 (9)							45	(9,00)			91		
Sociedade de Educação e Recreio de Oliveira do Conde	305	141 (5)	312	230 (5,00)					321	(5,00)	323	(5,00)			

	Associações	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		
		Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	
Freguesia de Cabanas de Viriato	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato									1500	(12.00)					
	Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato									129	(5.00)			82	(6.00)	
	Associação Festas da Vila de Cabanas de Viriato															
	Associação Recreativa Cultural e Desportiva das Ladeiras	135	135 (5.00)	141	24 (5.00)						152	(5.00)			178	(5.00)
	Clube de Caça e Pesca de Cabanas de Viriato	350	290 (24.00)	360	301 (24.00)			360	(24.00)					530	60 (24.00)	
	Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato	1104	752 (12.00)	1112	759 (12.00)									765	(12.00)	
	Sport Cabanas de Viriato e Benfica	420	170 (6.00)	420	170 (6.00)						400	(6.00)				
	Grupo de jovens "Nós os Cabanitos"	80	35 (3.00)	78	28 (5.00)											
	Associações	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	
Freguesia de Beijós	Associação Cultural e Desportiva de Beijós	317	122 (6.00)	339	151 (12.00)					209				285	(12.00)	
	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Pardieiros	318	130 (6.00)	320	140					340				134	(10.00)	
	Associações	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	Nº sócios	Nº sócios c/ quotas pagas	
Freguesia de Parada	Associação Recreativa de Parada													160	(h-8,00/M-5,00)	
	Grupo de Atletismo "3 Santos Populares"	90	80 (5.00)	90	80 (5.00)					80	(5.00)	80	(5.00)	80	(5.00)	

Anexo VII

	Associações	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		
		Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	
União das Freguesias Currelos, Papizios e Sobral	ADEF – CCS Associação de Desporto e Educação Física									500		4,564,35		1,750,00		6500		
	Associação Amigos do Carocha de Carregal do Sal			Não Recebeu														
	Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro	200.00		500.00		1,000,00		1,000,00				600		600	250	600		
	Associação Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária "A Quinta"	1960.00	150.00	1300.00		1,300,00		1,300,00		900		1,544,74		1,100,00		1,250,00		
	Casa do Benfica de Carregal do Sal					500		500										
	Centro Cultural de Currelos			7.500		8,000,00		7,000,00		7,000,00		7,000,00	150	7,000,00		6,550,00		
	Clube de Futebol de Carregal do Sal	21.075	350.00	20.000	500.00	23,000,00		23,000,00		23,000,00		29582,5		30,062,00		12,250,00		
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal					17,400,00 (40,000,00)		17,400,00 (35,000,00)		17,400,00		61,508,12		63,000,00				
	Confraria Gastronómica e Enófila de Terras de Carregal do Sal																	
	Grupo de Intervenção Cultural e Artística de Carregal do Sal			500.00														
	Núcleo Sportinguista do Concelho de Carregal do Sal	720.00		500.00		500		500										
	Centro de Recreio e Convívio do Sobral					500		500										
	Associação Recreativa Cultural do Sobral																	
	PARCA – Associação Cultural Recreativa Amigos de Papizios									500		300						
	Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão																	
	Cooperativa Agrícola de Carregal do Sal																	
	Universidade Sénior de Carregal do Sal																	
	Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Carregal do Sal																	
Centro Cultural Carregalense	4.500	250.00	4.500															
Associação Juvenil Entreplanos			Não Recebeu															
Freguesia de Oliveira do Conde	Associações	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	
	Associação Cultural "Rancho Infantil Cravos e Rosas"	2170	250.00	2,453,00	Não Recebeu	2,000,00		3,500,00	250	3,150,00		3,150,00		3,300,00		3,300,00		
	Associação Para o Progresso de Travanca de São Tomé	1,920,00		2,000,00						900		1,500,00		2,000,00		2,550,00		
	Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos	20.370,02	600.00	18,86635	Não Recebeu	8433,5		3,000,00		2,700,00		12,088,00		13900,14	100	2,750,00		
	Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha	2.500.00		2.500.00	Não Recebeu	3,000,00		3,000,00		2,700,00		5,170,73		2,800,00		1,400,00		
	Associação Recreativa e Desportiva de Fiais da Telha	5.395.73 (1/5/06 a 30/04/2007)	250.00 (1/5/06 a 30/04/2007)	10.300.00	250	6,000,00		5,000,00		4,500,00		2,000,00		1,000,00		900		
	Clube Associativo de Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal	875.00?		1.250.00	Não Recebeu	1.250.00		1,000,00		900		4,4499,70		3100		600		
	Grupo Folclórico D'Alegria de Vila Meã			2,000,00		794,2	250	3,500,00		3,150,00		3,150,00	150	3,300,00		3,300,00		
	Grupo Recreativo e Cultural "Zés Pereiras					5,000,00		5,000,00		5,000,00		5,000,00		5,250,00		8,000,00		
	MOVE - Associação Jovem de Vila Meã			Não Recebeu	Não Recebeu	500				500		500		500		300		
	NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha			6,000,00		6,000,00	250	7,000,00	250	7,000,00	250	7,000,00		7,650,00	100	7,500,00		
	Sociedade de Educação e Recreio de Oliveira do Conde			3.000.00		3,000,00		2,000,00		1,800,00		750		750				

		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Associações	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF
Freguesia de Cabanas de Viriato	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato					16,161,00	250	17,400,00		19,400,00	1,250,00	40,883,77		23,000,00		23,000,00	
	Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato					15,000,00		15,000,00		15,000,00		16,420,70		15,500,00		15,500,00	
	Associação Festas da Vila de Cabanas de Viriato							1000		1000	500	1000		1100		900	
	Associação Recreativa Cultural e Desportiva das Laceiras	1.500	400.00	1.000.00		1,000,00	250	750		675	250	600		600	100	600	
	Clube de Caça e Pesca de Cabanas de Viriato		250.00	1250.00		1,250,00	250	1,000,00		900		5,000,00				500	
	Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato	12.080	250.00	11.800		11,800,00	250	12,000,00	450	12,000,00	350	12,000,00		12,500,00		12,500,00	
	Sport Cabanas de Viriato e Benfica	11.500	500.00	20.000		23,000,00	500	23,000,00		20,700,00		24,944,50		20,000,00		10,000,00	
	Grupo de jovens "Nós os Cabanitos"	2.000	250.00	1.700	300.00	2,000,00	50	2,000,00									
Freguesia de Beijós	Associações	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF
	Associação Cultural e Desportiva de Beijós	1250	50.00	1250.00	300.00	1,500,00	25	1,500,00		1,350,00		750		750		850	
	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Pardieiros			1250.00		1,500,00		1,500,00		1,350,00		600		600	250	600	
Freguesia de Parada	Associações	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF	Contribuição CMCS	Contribuição JF
	Associação Recreativa de Parada													600		600	
	Grupo de Atletismo "3 Santos Populares"			7,500,00	200	8,500,00		8,500,00		8,500,00		8,611,45		8,900,00		8,750,00	

Anexo VIII

Vetor 1- Proteger e valorizar o ambiente: “CS, um município verde e saudável”

- 10 participantes adotantes

Problemas Identificados	Sugestões	Fórum
Incêndios florestais	Proteção das florestas e matos; Recorrer aos meios legais para que os proprietários procedam à limpeza; Papel mais ativo das associações florestais, nomeadamente dinamizando campanhas de sensibilização e informação; Limpeza e manutenção das florestas por beneficiários de rendimentos sociais; Profissionalização dos bombeiros voluntários.	Parada
Desordenamento florestal	Condicionar a plantação de espécies de crescimento rápido junto às edificações.	Beijós
Árvores em risco de queda		Parada
Falta de limpeza urbana	Junta de freguesia deve melhorar a gestão das limpezas; Sensibilização da comunidade para colaborar na manutenção dos espaços.	Parada
Poluição das linhas de água (perda de biodiversidade)	Impedir descargas ilegais.	Parada Beijós
Falta de limpeza das linhas de água e corte indiscriminado	Responsáveis pela limpeza deveriam ser sensibilizados para estas questões.	Beijós
Saneamento Básico	Reabilitação da rede e equipamentos.	Carregal do Sal Beijós
RSU (falta de educação ambiental, falta de equipamentos, lixo depositado no chão...)	Aumentar o volume de entulho que os particulares podem depositar semanalmente no ecocentro; Promover campanhas de sensibilização e de educação ambiental; Disponibilizar meios e incentivos para promover hábitos sustentáveis (oferta de ecopontos domésticos, aumentar a densidade dos ecopontos, ...).	Carregal do Sal Cabanas de Viriato
Quantidade elevada e indiscriminada de cartazes afixados	Disponibilização de locais apropriados para a afixação; Maior controlo e responsabilização pelos cartazes que são afixados.	Cabanas de Viriato

Vetor 2- Fixar e atrair os jovens: “CS, um município jovem e dinâmico”

- 7 participantes adotantes

Problemas identificados	Sugestões	Fórum
Instabilidade (desemprego, precariedade, falta de valorização profissional, desprovimento de capital)	Incentivo ao investimento privado	Oliveira do Conde
Vários	Criar uma incubadora de empresas Desenvolver uma política de fixação de empresas de serviços e indústrias Promover o gosto pela Terra Aumentar o n.º de eleitores	Carregal do Sal
Falta/ desajustamento do ensino profissional local	Necessidade de articulação entre o município, agrupamento de escolas e pais para “deliberação” dos cursos a serem lecionados; Formação profissional que permita que os jovens tenham emprego no município; Escola profissional no município (transformar a EB de Cabanas de Viriato).	Carregal do Sal
Vários	Gabinete de apoio ao empresário deveria apoiar os empresários na abertura a novos mercados e internacionalização; Jovens despertarem para o empreendedorismo.	Cabanas de Viriato
Formações	Deveriam ser direcionadas para pessoas realmente interessadas (materializarem-se em oportunidades de emprego para jovens)	Cabanas de Viriato
Jovens têm que reconhecer o mercado de trabalho	A escola é a entidade crucial nesta ação, auxiliando-os na seleção do seu percurso profissional tendo em conta as suas competências	Cabanas de Viriato
Falta de oportunidade para jovens qualificados	Atrair empresas que os empreguem	Beijós
Baixa oferta habitacional para jovens (arrendamento)		Beijós
Vários	Discriminação positiva para empregar munícipes Incentivos à natalidade e políticas de jovens Aposta nos recursos locais, designadamente nas atividades ligadas à floresta	Beijós

Vetor 3- Promover a competitividade dos recursos endógenos: “CS, um município de recursos e herança”

- 3 participantes adoptantes

Problemas identificados	Sugestões	Fórum
Perda de saberes	Associações devam promover ações que perpetuem os saberes; Promover a transmissão de saberes.	Oliveira do Conde Beijós
	Promoção da fileira do Pinheiro Manso.	Carregal do Sal
Produtos que não promovem desenvolvimento económico (preconceito ligado à agricultura e dificuldade no escoamento dos produtos)	Captação de investimento (Ex. Município de Nelas); “Operação de charme” junto a empresas, nomeadamente em feiras da especialidade.	Cabanas de Viriato
Falta de comunicação	Realização de reuniões entre a CMCS e empresários locais permitindo o reconhecimento dos serviços / produtos que estas disponibilizam e os que a CMCS necessita; Promover uma discriminação positiva.	Beijós

Vetor 4- Promover a qualificação urbana e dos espaços de lazer- “Qualidade de vida urbana”

- 4 participantes adoptantes

Problemas identificados	Sugestões	Fórum
Falta de espaços de lazer	Parque Verde.	Parada Carregal do Sal Beijós
Vandalismo nos parques	Aumento de vigilância; Os responsáveis deveriam ser identificados e responsabilizados.	Beijós
Polidesportivos fechados	As associações locais promoverem a utilização destes equipamentos.	Parada
Custo de acesso às piscinas municipais	Criar um incentivo familiar.	Parada
Deficiente promoção dos equipamentos culturais	Promover campanhas de divulgação e informação.	Parada
DesCaracterização do edificado	Valorizar e proteger a arquitetura típica beirão; Incentivar a reconstrução em detrimento da construção de raiz.	Parada
Vários	Ligação local à Ecopista; Melhoria das condições de acesso aos percursos arqueológicos.	Carregal do Sal
Degradação do edificado	A localidade de Beijós fosse alvo de uma ARU; A CMCS deveria reabilitar algumas casas degradadas e arrendá-las a preços simbólicos a jovens.	Beijós

Vetor 5- Ligar as comunidades carregalenses e incorporar e incorporar iniciativas externas- “CS, um município aberto e inovador”

- 1 participante adotante

Problemas identificados	Sugestões	Fórum
Negligência com potenciais dinamizadores económicos (Rio Dão e Mondego)	Poder regional e local como agentes dinamizadores; Implementação de políticas facilitadoras e de incentivos a projetos.	Parada
	Promover a mobilidade elétrica.	Carregal do Sal
	Reduzir o CO2 em menos 30%.	Carregal do Sal

Nota:Em diversos vetores os participantes foram dando exemplos do que é feito externamente, considerando que a sua implementação poderia solucionar alguns dos problemas identificados localmente.

Vetor 6- Informar e envolver os munícipes na gestão municipal: “CS, um município participativo”

- Nenhum participante adotante

Problemas identificados	Sugestões	Fórum
Falta de interesse dos munícipes	Colocação de mupis com informação relevante e adicional como a qualidade do ar; Aumento da amplitude de internet wireless grátis no município	Carregal do Sal Cabanas de Viriato
Participação reduzida		Cabanas de Viriato
Pouco envolvimento do executivo	Maior proximidade com os munícipes nomeadamente através da sua participação em iniciativas como o Fórum 21.	Beijós